UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS DE
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

FERNANDA FÁTIMA DA FONSECA SANTOS

**Experiência colonial e pós-colonial na ordem ruínosa do mundo:
uma leitura de *O esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes**

São Paulo
2016

FERNANDA FÁTIMA DA FONSECA SANTOS

**Experiência colonial e pós-colonial na ordem ruínosa do mundo: uma leitura de
O esplendor de Portugal, de António Lobo Antunes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Salete de Almeida Cara

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237e Santos, Fernanda Fátima da Fonseca
Experiência colonial e pós-colonial na ordem
ruinosa do mundo: uma leitura de O esplendor de
Portugal, de António Lobo Antunes / Fernanda Fátima
da Fonseca Santos ; orientadora Salete de Almeida
Cara. - São Paulo, 2016.
150 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Clássicas e
Vernáculas. Área de concentração: Estudos Comparados
de Literaturas de Língua Portuguesa.

1. Literatura portuguesa. 2. Literatura da guerra
colonial. 3. António Lobo Antunes. 4. Colonialismo.
5. Pós-colonialismo. I. Cara, Salete de Almeida,
orient. II. Título.

SANTOS, Fernanda Fátima da Fonseca. **Experiência colonial e pós-colonial na ordem ruínosa do mundo**: uma leitura de *O esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em: ____/____/____.

Banca examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Ao meu pai, com amor e gratidão.

À vó Dina (*in memoriam*), com imensa saudade.

Ao António Lobo Antunes, com profunda admiração.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar e de maneira muito especial, agradeço à Salete, minha orientadora, por ter abraçado meu projeto de pesquisa, por me ajudar a enxergar o alcance da obra de Lobo Antunes e a desenvolver meu potencial crítico, por abrir meus olhos à amplitude da representação literária e à sua capacidade de nos ajudar a compreender a História, a sociedade e, em consequência disso, a compreendermos o nosso próprio modo de estar e de atuar no mundo. Obrigada, Salete, pelas valiosíssimas sugestões de leitura e de caminhos para minha análise de *O esplendor de Portugal*, por ter compreendido e respeitado meu percurso, indicando-me sempre os rumos a seguir e as deficiências a serem sanadas.

Ao professor Benjamin Abdala Junior, quem primeiro leu meu projeto e mediou meu contato com a Salete.

Às professoras Fatima Bueno e Rita Chaves, pelas palavras de incentivo e valiosas observações a respeito do meu trabalho à altura do meu exame de qualificação.

Aos professores que, ainda na graduação, me inspiraram de alguma maneira, entre eles, Murilo Marcondes, Vima Lia, Rejane Vecchia, Tania Macedo, Jorge de Almeida e Roberto Zular.

À minha mãe, por ter feito por mim e por meus irmãos o que esteve ao seu alcance fazer.

Ao meu pai, por sua presença e apoio incondicionais.

À Marta, à Waldecy e à Daniella, meus portos seguros, sempre.

Ao Guilherme, meu irmão de sangue e de lutas, pelo companheirismo.

À Tina, com imenso carinho, por ter acreditado em mim, por ter me motivado a alçar voos e por ter me amparado com generosidade quando mais precisei. Gratidão eterna.

Aos meus colegas de trabalho do Colégio São Luís. Especialmente ao Henrique, pelos inúmeros favores relacionados a impressões e por esclarecer minhas dúvidas sobre a formatação dos meus textos; e à Cristiane, com quem compartilhei dia a dia a trajetória que culminou nesta dissertação e quem sempre esteve disposta a me ouvir e a me dar uma palavra de incentivo.

Aos amigos e parceiros das Letras, Paula Fábrio, Adriano Almeida, Sil Costa e Romilton de Oliveira.

Ao Marcelo, funcionário da copiadora da FFLCH, pela prestatividade e pelos esclarecimentos sobre a impressão deste trabalho.

Ao Zeca e à Rabita, por me proporcionarem todos os dias muitos risos e sorrisos.

Por fim, não posso deixar de agradecer, de forma muito especial, à Isabel Monteiro e ao Isidro, dois portugueses que, há alguns anos, sugeriram que eu lesse António Lobo Antunes e, assim, influenciaram sobremaneira o início desta caminhada.

O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos.

Walter Benjamin

RESUMO

SANTOS, Fernanda Fátima da Fonseca. **Experiência colonial e pós-colonial na ordem ruínosa do mundo**: uma leitura de *O esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A observação dos procedimentos formais empregados por António Lobo Antunes em *O esplendor de Portugal* (1997) levou-nos a constatar a existência, no livro, de uma visão crítica muito peculiar e complexa a respeito da História do colonialismo português e do contexto pós-colonial em que Angola e Portugal inserem-se. Dessa forma, o objetivo de nossa dissertação de mestrado é elucidar a dinâmica social representada n'*O esplendor de Portugal* e a condução que o desígnio autoral dá a essa representação. Nesse sentido, procuramos identificar as inter-relações entre os elementos formais estruturadores da obra e aqueles que regem as dinâmicas sociais que nela figuram. Para alcançarmos tal objetivo, direcionamos nossos estudos a leituras de teoria e crítica literária pautados nas noções de redução estrutural e de interpretação dialética, que Antonio Candido propõe. Paralelamente, procedemos ao delineamento e à análise dos contextos históricos que envolvem o enredo do romance em questão, com ênfase à observação das dinâmicas dialéticas que se deram entre o desenvolvimento do capitalismo das grandes potências mundiais e o atraso econômico de Portugal, bem como ao modo como essas dinâmicas intervieram na constituição e na manutenção das formas sociais de base do colonialismo português na África. Depois desse embasamento teórico, efetuamos a análise literária de *O esplendor de Portugal* e constatamos que, nessa obra, a visão crítica sobre o colonialismo português em suas imbricações com as conjunturas políticas e econômicas mundiais assenta-se no cruzamento, dentro do romance, de diversas temporalidades, que se situam entre o fim do século XIX e o ano de 1995. É a partir do cruzamento dessas temporalidades que o desígnio autoral faz sobressair questões como os modos de exploração da força de trabalho angolana, a atuação do grande capital estrangeiro em Angola, o travamento das expectativas de expansão econômica dos colonos proprietários, subordinados que estavam ao Estado português e ao poderio do grande capital, a corresponsabilidade desses colonos na instituição e na generalização da violência que permeou as relações sociais na colônia e a influência que os interesses estrangeiros também tiveram na exploração de Angola, nos rumos da guerra colonial e na intensificação e ampliação dos conflitos existentes entre os movimentos

nacionalistas angolanos. A principal conclusão a que chegamos, portanto, é a de que o pilar sobre o qual se assenta a construção de *O esplendor de Portugal* é a composição, subjacente à complexa rede narrativa do romance, de uma rede não menos complexa de relações causais entre as temporalidades abrangidas no livro, na qual se destacam as linhas de ruptura e de continuidade históricas que sustentam essa rede e que constroem a representação do presente catastrófico em que se situam os narradores.

Palavras-chave: literatura portuguesa; literatura da guerra colonial; António Lobo Antunes; colonialismo; pós-colonialismo.

ABSTRACT

SANTOS, Fernanda Fátima da Fonseca. **Colonial and post-colonial experience in runious world order**: a reading from *O Esplendor de Portugal*, by António Lobo Antunes. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

The observation of formal procedures employed by António Lobo Antunes in *O esplendor de Portugal* (1997) took us to recognize the existence, in the book, a very peculiar and complex critical view about the History of portuguese colonialism and the post-colonial context in that Angola and Portugal are inserted. In this way, the purpose of our dissertation is to show the social dynamics represented in *O esplendor de Portugal* and the driving the authorial plan gives to this representation. Therefore, we look for to identify the relationships between the formal elements structures of the work and those that react the social dynamics that are listed. To achieve this purpose, we direct our studies to readings of literary theory and criticism based on the concepts of structural reduction and dialectical interpretation that Antonio Candido proposes. At the same time, we proceed to delineation and to analysis of the historical context to involve the plot of the novel in question, with emphasis to observation of dialectical dynamics that happened between the development of capitalism of the major world powers and the economic backwardness of Portugal, as well to how these dynamics intervened in the constitution and in the maintenance of basic social forms of portuguese colonialism in Africa. After this theoretical base, we did the literary analysis of *O esplendor de Portugal* and we found that, in this work, the critical view on portuguese colonialism in their impact, appear with the political and economic situations in the world are cross, into the novel, of different temporalities, which fall between the end of the 19TH century and the year of 1995. Is from crossing these temporalities that authorial intent does to protrude issues like operating modes of the angolan workforce, the performance of large foreign capital in Angola, the expectations of economic expansion of the colonists owners, subordinates who were the Portuguese State and the power of big capital, the co-responsibility of these settlers in the institution and in the widespread violence that pervaded the social relations in the colony and the influence that foreign interests also had on Angola exploration, in the direction of the colonial war and on intensification and expansion of the existing conflicts between the Angolan nationalist

movements. The main conclusion that we reached, therefore, is that the pillar on which sits the creation of *O esplendor de Portugal* is the composition, underlying the complex net of romance narrative, not less complex of causal relationships between the temporalities covered in the book, in which the lines of rupture and historical continuity that underpin this network and that build the representation of the catastrophic present in which are situated the narrators.

Keyword: portuguese literature; literature of the colonial war; António Lobo Antunes; colonialism, post-colonialism.

Sumário

INTRODUÇÃO	14
1 AS CONFIGURAÇÕES DA LITERATURA DA GUERRA COLONIAL, A OBRA DE LOBO ANTUNES E OS CAMINHOS DA CRÍTICA	17
1.1 D’ <i>Os Lusíadas</i> ao Estado Novo – Imbricações entre nação e império.....	18
1.2 A década de 1960 para o colonialismo português – Contexto da emergência da guerra em Angola e da Literatura da Guerra Colonial	32
1.3 Percursos da crítica sobre a Literatura da Guerra Colonial	39
1.4 A obra de António Lobo Antunes no quadro da crítica – Visões acerca de <i>O esplendor de Portugal</i>	42
2 AS REDES DA HISTÓRIA	50
2.1 Que especificidade?	54
2.2 Capitalismo e colonização portuguesa na África.....	59
2.2.1 Formas do colonialismo português pré-industrial	62
2.2.1.1 O trabalho contratado (forçado)	67
2.2.1.2 Os “donos” de Angola	71
2.3 Reconfigurações do poder global, descolonizações e a guerra colonial em Angola .	74
2.3.1 Portugal e suas ex-colônias africanas no contexto das descolonizações	75
2.3.2 A internacionalização da guerra colonial em Angola e a atuação capitalista na África Austral a partir da década de 1960.....	77
2.4 A emergência dos nacionalismos independentistas brancos e suas motivações.....	82
2.5 O “tabuleiro” da Guerra Fria em Angola, a independência e as reconfigurações da ingerência internacional em território angolano.....	85
3 A REDE NARRATIVA DE <i>O ESPLendor DE PORTUGAL</i>	90
3.1 Visão geral da organização do enredo	91
3.2 O cruzamento de blocos históricos no romance	95
3.3 A ilusão do dinheiro e do poder.....	107

3.4	Entre vítimas e algozes	111
3.5	Por trás do “amor à África”	116
3.6	“visto que moro no que me pertence”	125
3.6.1	Em Angola.....	132
CONCLUSÃO.....		141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		144

INTRODUÇÃO

Certamente, quem se propuser a ler *O esplendor de Portugal*, livro do português António Lobo Antunes, publicado em 1997, não negará que o contato com essa obra é impactante e, ao mesmo tempo, perturbador, seja pela complexidade da composição, seja pelas inquietações que ela é capaz de gerar em quem aceita o desafio de sua compreensão. Foram essas inquietações que, num primeiro momento, nos motivaram a abraçar esse desafio, a fazer com que aquilo que, no início deste projeto, constituía-se para nós apenas em intuição – a percepção de que esse livro muito tem a nos revelar sobre o mundo em que vivemos – adquirisse forma objetiva e consistência intelectual.

Sem dúvida, o aspecto que de imediato chama a atenção do leitor de Lobo Antunes é a complexidade dos procedimentos estéticos levados a cabo pelo autor na construção desse seu romance. Essa complexidade da narrativa, contudo, é proporcional ao caráter intrincado das matérias que são representadas por meio dela. Em *O esplendor de Portugal*, opera-se uma revisitação crítica do colonialismo português iluminando-se suas inter-relações com o desenvolvimento do sistema capitalista no mundo. Isso, por sua vez, revela importantes aspectos dessas inter-relações, como a sua atuação na constituição das formas de base do colonialismo instauradas em Angola e a violência que perpassou a manutenção dessas formas naquele país. Dessa maneira, constatamos que as questões acerca do colonialismo que o livro suscita não podem ser analisadas isoladamente, ou seja, elas requerem que as pensemos levando em conta a sua inserção na conjuntura econômica global.

Não obstante o grande número de abordagens críticas sobre a obra de António Lobo Antunes em Portugal e a relevância das questões que essas abordagens privilegiam, não conseguimos vislumbrar uma interpretação de *O esplendor de Portugal* em que se ultrapassem limites restritos ao colonialismo português. Isto é, em nenhum dos estudos sobre o referido romance, com os quais tivemos contato ao longo de nossa pesquisa, analisa-se de maneira aprofundada a elaboração crítica do colonialismo que vigora na obra em conjunção com as conjunturas políticas e econômicas externas a Portugal e a Angola. Nesse sentido, este trabalho adquire maior relevância, na medida em que prima pela evidenciação dessas questões.

Tendo em mente que uma desejável compreensão a respeito de uma obra literária somente se pode concretizar à proporção que nos debruçarmos sobre essa obra “[...] fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra [...]” (CANDIDO, 2000, p. 6),

objetivamos, em nossa pesquisa de mestrado, analisar a construção formal do romance de Lobo Antunes, de maneira a conseguirmos captar as imbricações entre essa construção, a matéria que ela representa e o contexto em que a composição da obra se insere.

Para alcançarmos tais objetivos, nossos esforços de análise guiaram-se pela noção, proposta por Antonio Candido (2000), segundo a qual, na obra literária, os fatores sociais alinham-se entre os fatores estéticos. Assim sendo, investigamos esses fatores (sociais e estéticos) para compreendermos a significação geral do romance, ou ainda, o que ele nos aponta sobre os impasses surgidos no cerne das experiências históricas nele abarcadas.

Por isso, direcionamos nossos estudos teóricos em dois sentidos, paralelos e indissociáveis. Um deles refere-se a questões relacionadas à análise literária pautada na ideia de redução estrutural, “[...] isto é, o processo por cujo intermédio a realidade do mundo e do ser se torna, na narrativa ficcional, componente de uma estrutura literária [...]” (CANDIDO, 2010, p. 9). Paralelamente, para que conseguíssemos atingir esse nível de análise, fizeram-se necessários também a delimitação dos contextos históricos que envolvem a narrativa em questão e, por conseguinte, o estudo aprofundado desses contextos, que abrangem o colonialismo português, o período pós-colonial e diferentes fases do desenvolvimento do capitalismo no mundo – desde o final do século XIX até o dia 24 de dezembro de 1995.

Apresentaremos, então, por meio deste trabalho, os resultados do nosso percurso investigativo, organizados em três capítulos.

No capítulo 1, “As configurações da Literatura da Guerra Colonial, a obra de Lobo Antunes e os caminhos da crítica”, localizamos o autor no âmbito da literatura portuguesa contemporânea que privilegia questões relativas ao colonialismo português e ao contexto pós-colonial. Para isso, apresentamos o panorama do surgimento, em Portugal, de um *corpus* literário cujos textos têm possibilitado que se discutam alguns temas importantes concernentes à experiência do colonialismo, como a histórica e problemática vinculação entre as noções de nação e império e a também problemática ruptura desse vínculo a partir da desintegração do “império” português. Feito isso, passamos a elucidar a posição que a obra de Lobo Antunes ocupa dentro desse panorama e os termos que têm regido a crítica literária principalmente em relação a *O esplendor de Portugal*. Com base na observação desses termos e na discussão que propomos a respeito deles, visamos esclarecer nosso posicionamento diante da crítica antuniana predominante e as linhas gerais de nossa própria visão sobre o romance de que tratamos aqui.

O capítulo 2 intitula-se “As redes da História” e nele apresentamos um quadro histórico em que vigoram aspectos relativos às dinâmicas dialéticas entre o desenvolvimento do capitalismo e o colonialismo português. Esse quadro precede nossa análise literária porque

elucida o modo como se deram, no plano objetivo, muitas das questões que o texto literário suscita e que, em nossa análise, serão esclarecidas. É o caso, por exemplo, da mediação capitalista na estrutura colonial imposta pelos portugueses em suas antigas colônias, da ingerência internacional nos conflitos que se intensificaram em Angola após a independência do país e dos resultados das frustrações das expectativas econômicas de parte da burguesia colonial.

Finalmente, o capítulo 3, “A rede narrativa de *O esplendor de Portugal*”, é dedicado à análise do romance, visando-se à elucidação da estrutura composicional e, de maneira indissociável, da visão crítica do colonialismo que é traçada no livro.

1 AS CONFIGURAÇÕES DA LITERATURA DA GUERRA COLONIAL, A OBRA DE LOBO ANTUNES E OS CAMINHOS DA CRÍTICA

Neste capítulo que inicia nossa dissertação, intentamos primeiro apresentar ao nosso leitor um delineamento acerca da repercussão que a literatura portuguesa surgida a partir da experiência da guerra colonial em Angola – e com essa experiência estreitamente relacionada – teve e ainda hoje tem em Portugal. Paralelamente, faremos um reconhecimento sobre a maneira como as discussões a respeito dessa literatura têm sido encaminhadas no contexto português contemporâneo. Feito isso, situaremos a obra de António Lobo Antunes nesse *corpus* literário ao qual alguns dos principais críticos têm chamado de literatura da guerra colonial¹ e procederemos à observação de alguns aspectos da ficção antuniana recorrentemente abordados pela crítica. Na parte final do capítulo, apresentaremos as linhas gerais de nossa perspectiva de leitura sobre *O esplendor de Portugal*.

Para abrangermos esses tópicos, dividimos este capítulo em quatro partes. Na primeira delas, nós nos ocuparemos do impacto que a literatura da guerra colonial vem tendo, desde seu surgimento, no âmbito das discussões acerca do colonialismo português e de outras questões que se apresentam na atualidade para Portugal. Entendemos que, para compreendermos esse impacto e, posteriormente, os termos que guiam a crítica literária, faz-se necessária a composição de um panorama histórico que possa nos dar a dimensão da relevância que tem em Portugal o eixo em torno do qual têm girado as discussões não apenas de críticos literários mas também de historiadores e sociólogos: a reflexão a respeito do reordenamento (em diversos sentidos) da nação portuguesa, tendo-se em vista a ruptura, na década de 1970, do seu império colonial. Com o delineamento desse quadro, queremos verificar a inserção das discussões a respeito da guerra colonial em Angola, do colonialismo e do surgimento de uma literatura que os coloca em xeque em uma linha de continuidade histórica na qual sobressaem as principais questões de que se tem ocupado o pensamento português contemporâneo – como a ruptura da histórica relação entre as noções de nação e império, que sempre esteve no centro da consciência nacional e da política portuguesas, e a adesão de Portugal à Comunidade Econômica Europeia. Após estabelecermos esse panorama histórico, partiremos para a segunda seção do capítulo, na qual abordaremos o contexto que envolve a eclosão da guerra colonial em Angola (como a crise

¹ Essa expressão é utilizada, por exemplo, por Ribeiro (2004) e Vecchi (2010), para referirem-se a um tipo de literatura que surge a partir de 1961 em Portugal, no ano em que se inicia a guerra colonial em Angola. Não se trata, contudo, de todo e qualquer texto literário que se associe à experiência da guerra, mas especificamente daqueles que a põem em foco motivando o seu questionamento, bem como o do colonialismo português.

do Estado Novo e a pressão externa pelas independências das colônias portuguesas na África) e a emergência dos textos literários a que temos nos referido. Na parte seguinte, direcionaremos nossos apontamentos aos caminhos da crítica literária, ou seja, verificaremos os termos que a têm conduzido nos estudos acerca da literatura relativa à guerra colonial; para, enfim, na quarta parte do capítulo inserirmos nesse percurso de reflexões a nossa proposta de análise do romance de António Lobo Antunes publicado em 1997, *O esplendor de Portugal*.

1.1 D’Os Lusíadas ao Estado Novo – Imbricações entre nação e império

Com relação aos efeitos sociais dos textos de ficção portugueses em que se privilegia a representação e o questionamento de temas relacionados ao colonialismo e ao contexto pós-colonial português, podemos intuí-los, logo de início, por meio da constelação vocabular que permeia sobremaneira os estudos sobre esses textos, nos quais são muito recorrentes termos que sugerem imagens de morte, por exemplo – tais como fantasmas, sepulcro, cemitério, ruínas, melancolia, restos de experiências etc. Esse vocabulário dá-nos, de imediato, uma ideia dos vieses pelos quais esses estudos têm se pautado, predominantemente relacionados a questões identitárias advindas do fim do colonialismo e à composição de histórias e de memórias coletivas a partir das testemunhas do fim do império (ou, mais precisamente, das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas na África).

Podemos dizer ainda que os textos literários que se enquadram no *corpus* a que estamos nos referindo têm exercido um papel fulcral no âmbito do esforço de reflexão que se faz hoje, em Portugal, acerca do colonialismo e do seu fim, na medida em que se chocam com muitos aspectos dos discursos oficiais a respeito da nação imperial e das guerras coloniais iniciadas nas ex-colônias na década de 1960. Sobre a importância da literatura nesse sentido, Sanches (2006, p. 11) chega a afirmar que a literatura da guerra colonial preenche, na atualidade, um “vácuo historiográfico”, pois motiva a revisitação de um passado ainda muito latente na sociedade portuguesa. Essa é uma ideia também defendida por Vecchi (2010), segundo o qual, em oposição à historiografia da década de 1990, que ainda não questionava as imagens conservadoras da nação e seu império, a literatura já se configurava, àquela altura, em um espaço de choque entre essas imagens e as da catástrofe da guerra colonial em Angola. Conforme o autor,

A memória disputada ainda não tinha produzido uma história compartilhável. A literatura parecia desempenhar um papel vicário, preenchendo um vácuo e correspondendo ao mesmo tempo à urgência de uma institucionalização não monumental do passado que pudesse fundar, antes ou depois, uma memória pública. (VECCHI, 2010, p. 24)

Esse “vácuo historiográfico” diz respeito ao fato de que a guerra colonial de Angola carece ainda de uma historização que dê conta de abarcar os impasses, contradições e perdas relacionadas a essa experiência. Essa carência comprova, entre outras coisas, que, ainda hoje, a guerra colonial constitui-se em uma espécie de ferida na qual se evita tocar. Como afirma Sanches (2011, p. 10):

A memória da guerra colonial, os conflitos sobre uma descolonização apelidada de “exemplar” ou “desastrosa” revelam, no caso português, o modo como as feridas continuam abertas, sobretudo nas gerações que as presenciaram. As memórias dos “retornados” afloram timidamente, sempre em termos de um debate controverso que parece longe de encerrado.

Diante disso, cabe-nos perguntar em que, objetivamente, esbarra esse “debate controverso”. Pelo que pudemos constatar ao longo de nossa pesquisa, basicamente, no choque inevitável entre a problematização da guerra colonial (e, por extensão, do colonialismo português) e determinados discursos e paradigmas ideológicos sobre os quais se construiu e reconstruiu, ao longo de séculos, a ideia de nação que povoa a consciência nacional portuguesa. Por sua vez, o grande problema desse choque consiste no fato de que esse passado histórico construído, em grande medida, por meio desses discursos continua a caracterizar o presente de Portugal. Em outras palavras, a revisitação do passado português implica a problematização não apenas desse passado mas também, e talvez principalmente, do país do presente, da sua reconstituição como nação, agora desvinculada do império, e do seu reposicionamento no mundo contemporâneo e, mais especificamente, no âmbito europeu.

Dito isso, verificamos que, para entendermos o impacto que a literatura da guerra colonial tem em Portugal, ainda hoje, bem como a abordagem crítica que tem regido as discussões acerca dessa literatura, precisamos compreender, em primeiro lugar, a construção simbólica desse ideário nacional, que sempre imbricou as noções de nação e de império no imaginário português. É por isso que julgamos pertinente a elaboração de um panorama histórico por meio do qual apresentaremos alguns momentos decisivos dessa construção. Salientamos que nossa abordagem será guiada pelas análises de Ribeiro (2004), que nos apontam como as noções de nação e império foram se fundindo ao longo de séculos em

Portugal, por meio da observação de questões políticas e econômicas da História portuguesa e da reverberação dessas questões em alguns textos literários.

Em primeiro lugar, ao delinear a maneira como essa fusão ganha corpo no século XVI, período do auge das Navegações portuguesas, Ribeiro (2004) aponta *Os Lusíadas* como sendo o texto literário em que se pode vislumbrar o nascimento da imagem de Portugal como centro do mundo, como a nação responsável por mediar o encontro entre o Oriente e o Ocidente. Junto dessa celebração de Portugal expansionista, no poema épico de Camões põem-se em foco algumas preocupações quanto a certas fragilidades do império, como a corrupção, que poderiam ameaçar a manutenção da posição central de Portugal no mundo. Longe de se chocarem com a exaltação do império, essas preocupações iluminam justamente uma ambiguidade que era própria da nação portuguesa. Segundo Ribeiro (2004, p. 39-40. Grifo nosso.),

É nesta medida que *Os Lusíadas* se assumem como **discurso fundador da identidade de uma pátria** em expansão que dinamicamente se procura entre a Europa a que pertence e “as novas partes do Oriente” que deseja, entre o arrojo e heroísmo dos seus homens e a consciência das suas fraquezas e perversidades.

Poucos anos depois da publicação de *Os Lusíadas*, a derrota em Alcácer-Quibir e a perda da independência, em 1580, são os principais fatores responsáveis por uma mudança de rumo no pensamento português relacionado ao império. É a partir de então que toma conta da consciência nacional o sentimento de “uma morte coletiva” (RIBEIRO, 2004, p. 41) que faz emergir o que Ribeiro (2004, p. 41) chamou de “nostalgia do império”. Neste ponto, interessamos pensar nas imagens paradoxais do país que transitam no centro desse sentimento coletivo: a imagem de subalternidade em relação ao restante da Europa, que aflora de maneira acentuada em Portugal, e, por outro lado, a imagem da nação grandiosa que poderia ser recuperada a partir do revigoramento de sua atuação nas colônias.

É nesse contexto que, em 1607, é publicada a *Lusitânia transformada*, de Fernão Álvares do Oriente, um “[...] ilustrativo exemplo da transição que se vinha operando no pensamento português [...]” (RIBEIRO, 2004, p. 42). Nessa obra, representam-se a nação esvaziada e o império em esfacelamento, constituindo-se, assim, em um alerta à metrópole, a respeito da necessidade de se revigorarem as relações imperiais ou a presença e atuação portuguesa nos territórios ultramarinos que compunham o império. Por meio desse exemplo, é possível constatar que, no imaginário nacional, a grandeza e a soberania de Portugal estavam, já àquela altura, inexoravelmente atreladas às suas colônias.

No que se refere à representação desse pensamento nos textos literários, notamos que, mesmo quando esses textos, diferentemente de *Os Lusíadas*, detêm-se nas fragilidades do império, isso é feito com vistas a alertar Portugal a respeito dessas fragilidades para que o país pudesse recuperar sua grandeza perante a Europa. Tendo em vista, por exemplo, a obra de Fernão Álvares do Oriente que mencionamos antes e a *História do Futuro*, do Padre António Vieira, Ribeiro (2004, p. 49) afirma que estes são

[...] discursos que, sendo imperiais, nos revelam Portugal como uma periferia imperial, seja na expressão real das suas carências como metrópole política e mental, seja na mais exorbitante imaginação de Portugal como metrópole de um império universal a haver, mas que se encontra esvaziado.

Ainda no século XVII, além da ocupação espanhola, outro fator foi decisivo para os rumos que tomaria a História de Portugal e a de sua relação com as colônias. Trata-se da emergência de grandes potências europeias, entre elas, Inglaterra e Holanda, que, em busca de conquistar novas terras, avançaram sobre os territórios coloniais portugueses. Afora todas as implicações políticas e econômicas para Portugal, o avanço dessas potências marcou uma nova mudança no imaginário da nação no que dizia respeito ao seu império; no centro dessa mudança estava, agora, a ameaça perene das invasões estrangeiras.

Além disso, o apoio da Inglaterra à Restauração da independência portuguesa, em 1640 – devido, em grande medida, aos interesses econômicos dos britânicos nas colônias portuguesas – fez que Portugal ficasse cada vez mais subordinado política e economicamente àquele país. Essa crescente subordinação, aliada ao fato de a nação estar economicamente falida e vivendo à custa da economia de suas colônias (sobretudo do Brasil), fez sobressair ao restante da Europa a imagem de Portugal como um país periférico, quase sem importância, não fossem os seus territórios ultramarinos. Como aponta Ribeiro (2004, p. 50): “Para a Europa, e particularmente para a sua velha aliada, Portugal existia, não pelo reino europeu que era, mas pelas possessões que tinha [...]”.

Aludimos a essas questões para apontarmos alguns dos processos históricos que foram o pano de fundo do abalo daquela imagem camoniana de um Portugal exuberante, mediador entre o Oriente e o Ocidente, sobre a qual se foi impondo a imagem um país pequeno e periférico dentro do continente europeu.

Passando ao século XIX, ainda com o foco nas reformulações do ideário nacional e imperial português, começaremos a abordá-las a partir de um dos acontecimentos mais marcantes daquele século para Portugal: a independência do Brasil, que “traz consigo a questão

da própria identidade de Portugal e do seu lugar no concerto das nações” (ALEXANDRE, 1998, p. 45). Assim, a ruptura brasileira, ocorrida no contexto da crescente subordinação de Portugal à Inglaterra e das guerras civis que assolavam o país na década de 1820, impulsionou o surgimento de um intenso debate, que vigorou durante todo aquele século, a respeito da nação e até mesmo a respeito das chances de continuidade de sua existência (RIBEIRO, 2004).

Cabe ressaltarmos, ainda, a posição central que tinham nesses debates as possessões portuguesas na África. Não foi à toa que justamente na primeira metade do XIX, em 1836, elaborou-se o primeiro projeto colonial português para aquele continente. De acordo com Alexandre (1993, p. 56), o referido projeto

[...] respondia a uma preocupação muito comum entre as elites portuguesas, na primeira metade de Oitocentos: a que respeitava à viabilidade da existência do país como nação independente, após o desmembramento do império luso-brasileiro.

Para nos indicar as proporções da repercussão dos debates em torno da ideia da nação portuguesa naquele período, Ribeiro (2004) observa a sua manifestação nos textos de alguns escritores portugueses, assinalando duas das principais questões que transparecem nesses textos. Trata-se da focalização, por uma lado, do contraste de Portugal em relação ao restante da Europa (principalmente no que se refere à sua modernização política, cultural, etc. e ao seu desenvolvimento econômico e industrial) e, por outro lado, daquilo que se apresentava naquele momento como “[...] a maior crise de identidade imperial/nacional, consubstanciada na encruzilhada Brasil/África, em que Portugal viveu ao longo do século” (RIBEIRO, 2004, p. 57). É nesse âmbito do debate nacional que se inserem escritores como Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Eça de Queirós e Antero de Quental.

Para nos determos apenas na famosa Geração de 70, da qual fizeram parte, entre outros autores, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Antero de Quental, podemos dizer que, por meio dos textos desses escritores, inaugurou-se uma nova maneira de se compreender o passado colonial português, assumindo-se, em primeiro lugar, uma imagem decadente de Portugal e criticando-se obstinadamente o passado de conquistas ultramarinas, em grande parte responsável pela decadência da nação, no entendimento desses intelectuais. Esse novo prisma por meio do qual a Geração de 70 propôs que se passasse a enxergar Portugal fez que, nas obras desses autores, pudesse se vislumbrar uma “[...] contraimagem da imagem tradicionalmente dada desse tempo solar da história portuguesa, sobre a qual se tinha edificado a identidade da nação.” (RIBEIRO, 2004, p. 59).

As respostas aos discursos da Geração de 70, dadas por setores tradicionalistas da sociedade portuguesa da época e encabeçadas por Pinheiro Chagas, mostram-nos que as reflexões sobre a condição portuguesa dividiam-se em duas vertentes. Uma dessas vertentes privilegiava o questionamento do passado expansionista português com vistas a encontrar as causas dos problemas pelos quais o país passava àquela altura. Os intelectuais dessa linha pregavam um novo modelo de desenvolvimento para Portugal, para que ele pudesse se igualar, econômica e socialmente, ao restante da Europa. Para que isso acontecesse, segundo essa linha de pensamento, era preciso, sobretudo, que Portugal alienasse suas colônias na África, que representavam nada mais que apego a um longínquo passado de glórias e prejuízos financeiros à metrópole. Em contrapartida, a vertente tradicionalista caracterizava-se pela nostalgia imperial, ou seja, “encerra-se numa contemplação enternecida das glórias da história nacional, silenciando convenientemente os períodos de penumbra, de forma a torná-los quase inexistentes [...]” (RIBEIRO, 2004, p. 62). A respeito desse embate ideológico, e tendo em vista nossa intenção de pontuar as reconfigurações por que passa o entrelaçamento entre as ideias de nação portuguesa e de império colonial, importa-nos reter especialmente dois aspectos do referido embate: o confronto que, naquele momento, estabeleceu-se entre a imagem imperial idealizada e a imagem do Portugal real e a posição privilegiada que a questão colonial ocupou nesses debates acerca da nação – principalmente pela sua permanência e reconfiguração durante o período do Estado Novo. De acordo com Ribeiro (2004, p. 66),

[...] a questão colonial, na sua dimensão brasileira, africana e europeia, foi um dos pontos cruciais do nacionalismo português, do pensamento sobre a identidade nacional e uma das grandes ocupações dos políticos ao longo do século XIX.

A dimensão da centralidade das colônias africanas nas rusgas teóricas em torno dos rumos da nação pode ser verificada por meio da simultaneidade entre as discussões teóricas e as medidas práticas que o governo português foi tomando em relação às colônias, em muito impulsionadas pela expansão do imperialismo europeu e pelo consequente interesse das potências europeias naqueles territórios até então precariamente ocupados pelos portugueses. Assim, na década de 1870, por exemplo, tentou-se estabelecer, por iniciativa de Andrade Corvo – à época, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal –, uma política até certo ponto realista em relação à África. Realista porque, embora em suas bases ainda vigorasse a ideia da legitimidade histórica da ocupação portuguesa, essas políticas pautavam-se também na assunção da fragilidade de Portugal na conjuntura da expansão do novo tipo de imperialismo europeu, muito distanciado das concepções portuguesas de direito histórico sobre os territórios

africanos e pautado estritamente em interesses econômicos. Foi nesse sentido, então, que Andrade Corvo implementou o novo projeto português para a África e manteve, ao mesmo tempo, as necessárias relações diplomáticas com a Inglaterra. Entretanto, as estratégias políticas do então ministro não foram bem-aceitas internamente, sendo entendidas como traição aos interesses portugueses em prol dos britânicos, e o resultado desse entendimento foi a construção de um outro tipo de projeto para a África, que ganhou o centro da cena política em Portugal.

Esse outro projeto africano orientou-se, em primeiro lugar, no sentido de se reavivarem os mitos imperiais com vistas a reforçarem-se não só a ideia do direito histórico de Portugal mas também o caráter sagrado e, portanto, inalienável dos territórios sob seu domínio. Foi nesse contexto que o famoso mapa cor-de-rosa foi delineado, a despeito da realidade objetiva interna e externa ao país, que tornava esse mapa inviável no plano prático. Todas essas questões são amplamente abordadas por Ribeiro (2004); mas, aqui, interessa-nos sobretudo salientar a maneira como em Portugal, à ocasião da feitura do mapa cor-de-rosa, recorreu-se mais uma vez às glórias do século XVI para se lidar com questões políticas e econômicas concretas que se apresentavam ao país em finais do século XIX – como a competição entre as potências europeias em expansão, demasiado interessadas nas terras africanas. Isso demonstra, entre outras coisas, que esse imaginário imperial, que parece transcender à História ou à realidade objetiva, estava de tal maneira arraigado na sociedade portuguesa que influenciou todas as políticas portuguesas relacionadas à África, não apenas no século XIX, como veremos mais adiante. A esse respeito, Ribeiro (2004, p. 76) afirma o seguinte:

Nesta perspectiva, o projecto colonial africano português apresentava uma maior complexidade teórica, anterior ao imperialismo europeu de tipo económico que determinou a corrida para a África, ligando-se à definição do país como nação expansionista e colonizadora, delineada no momento central da história de Portugal em que a empresa da viagem de Vasco da Gama se fundiu com o canto de Camões, constituindo-se como a imagem referencial da pátria.

Outra questão importante, que já se deixa entrever no trecho transcrito acima e à qual convém reportar-nos, refere-se a uma noção que se origina no contexto do século XIX, mas que vigorará por muito tempo ainda em Portugal, sendo especialmente reconfigurada durante o Estado Novo: a ideia da missão colonizadora singular de Portugal. Trata-se de um esforço praticado no sentido de se estabelecer uma distinção entre o imperialismo português e aquele praticado pelo restante da Europa, disseminando-se a ideia de que, na contramão dos interesses capitalistas europeus sobre a África, estavam o direito histórico de Portugal sobre aqueles territórios e sua missão colonizadora singular – o que se tratava também de uma tentativa

nacional de superar, pelo menos simbolicamente, as desvantagens de diversa ordem em relação aos países europeus em grande expansão econômica (RIBEIRO, 2004).

É certo que essa perspectiva presa ao passado do Quinhentos, embora angariasse a simpatia de grande parte da sociedade, foi muito criticada por alguns intelectuais, entre eles, o historiador Oliveira Martins e os escritores da Geração de 70. Trata-se de intelectuais que, como já dissemos, defendiam a modernização de Portugal, sem (notemos), entretanto, questionar o imperialismo. A observação de um trecho de Oliveira Martins nos permitirá termos ideia de como se encaminhavam as discussões a respeito da dicotomia entre os grandes projetos imperiais elaborados e a decadência nacional que os inviabilizava:

E nós? E a nossa Angola? E Moçambique? *Iremos vivendo*, que é a fórmula consagrada com que se define ingenuamente a apatia nacional. Iremos declamando, que é o alimento mais apazível ao paladar português. Todavia, nós, desde que não somos um povo fabril, ou devíamos empenhar-nos seriamente em fazer de Angola uma boa *fazenda* à holandesa, sem escrúpulos, preconceitos nem quimeras, se depois de maduro estudo julgássemos que valia a pena o sacrifício; ou devíamos com franqueza aplicar também a Angola o único sistema sensato a seguir com todo o resto: enfeudá-la a quem pudesse fazer o que nós decididamente não podemos [...] (OLIVEIRA MARTINS, 1920, p. 287-288)

A distância entre a nação real e a nação imaginada é particularmente percebida por setores mais amplos da sociedade portuguesa à ocasião do *Ultimatum* Britânico de 1890. A perda dos territórios entre Angola e Moçambique para a Inglaterra teve papel importantíssimo para que ocorresse uma conscientização mais ou menos geral acerca da nova ordem de expansão capitalista que vigorava no mundo e da posição subalterna de Portugal nessa ordem. No país, irromperam manifestações antibritânicas de diversa natureza, e é interessante o fato de que a tragédia do *Ultimatum* abriu espaço para novas esperanças de reerguimento da nação (que, como veremos, novamente serão calcadas nos territórios ultramarinos) e para a reconfiguração de discursos patrióticos assentes, mais uma vez, no atrelamento do desenvolvimento de Portugal ao de suas colônias africanas. É por isso que, nesse contexto de ressurgimento das esperanças, as inúmeras soluções propostas para o país por jornalistas, escritores, historiadores, políticos etc. têm um denominador comum: a expectativa de uma nação a acontecer, a ressurgir pela sua vocação imperial. Nas palavras de Alexandre (1993, p. 58), a questão colonial passa a ser o “ponto-chave da vida política, interessando e mobilizando, não já apenas as elites, mas vastos sectores da sociedade portuguesa”.

No que diz respeito às ideias que guiavam a apresentação dessas “soluções”, queremos focalizar dois tipos de visão que, de maneira geral, regiam as discussões à altura. O primeiro

trata-se de uma visão da pátria e de seus problemas que preconizava reformas políticas, econômicas e sociais que fizessem Portugal adquirir autonomia em relação à economia das colônias e em relação às potências estrangeiras. Nessa linha de pensamento, percebemos que existe uma preocupação quanto à inserção de Portugal no capitalismo aos níveis dos outros países europeus, com maior atenção ao saneamento das defasagens internas do país, que o impediam de alcançar esses níveis de desenvolvimento. Eis o que afirma, por exemplo, Antero de Quental, em um discurso na Assembleia Geral da Liga Patriótica do Norte:

A vida nacional, para ser autônoma e independente, tem de ser remodelada [...] no plano da emancipação económica, de restauração das forças produtoras, de levantamento do nível intelectual e de garantia e defesa da integridade nacional, plano de ordem, justiça e moralidade sociais, que significará, ao mesmo tempo a emenda dos passados erros e a esperança dum futuro em que Portugal retome entre as nações civilizadas um lugar digno das suas nobres tradições (QUENTAL, 1982, p. 456-457)

Com essa concepção coexistia outra, ancorada no século XVI português e segundo a qual o ressurgimento da nação estava inexoravelmente submetido à realização de novas e grandiosas obras na África. A respeito desse tipo de visão e discurso, Ribeiro (2004) cita, por exemplo, uma poesia surgida imediatamente após o *Ultimatum*, que evoca o passado de glórias portuguesas fazendo retornar os tradicionais mitos do império, como a coragem dos antigos navegadores lusitanos, o pioneirismo português nas Navegações, etc². Esses mitos são, então, atualizados tendo-se no horizonte a ocupação portuguesa dos territórios africanos como resposta à afronta estrangeira em que se configurou o Ultimatum. O discurso que retoma e atualiza os símbolos imperiais – entre esses símbolos, a epopeia camoniana, cujo papel no desenvolvimento desse ideário imperial de fins do século XIX é fulcral (RIBEIRO, 2004) – ocupa posição de destaque na consciência nacional, e são muito devidos a ele o apoio e a expectativa da sociedade em relação aos novos direcionamentos que teriam as políticas coloniais para a África.

A latente relação semântica e ideológica entre estes textos [poéticos aos quais nos referimos acima] e o poema e a imagem de Camões completa e sacraliza o processo de mitificação do poeta nacional e da epopeia em que se definiu a nação portuguesa e, ao fazê-lo no contexto específico da humilhação nacional que foi o Ultimatum, canaliza a consciência nacional e imperial para o espaço africano, marcando toda a filosofia e actuação política em relação ao ciclo imperial africano. (RIBEIRO, 2004, p. 91)

² Como exemplos de autores que escreviam nessa linha, podemos citar Lopes de Mendonça e Alberto Osório de Castro.

É nessa conjuntura, então, que Portugal intensifica sua presença na África, motivada e marcada pelos acontecimentos históricos e pelas ideologias a que nos referimos acima (e também por outras ideias correntes na cena europeia do fim do XIX que não abordaremos aqui, como o chamado “darwinismo social”). A primeira etapa do alargamento da ocupação das colônias foi caracterizada pelo que se denominou de campanhas de pacificação (ALEXANDRE, 1993), que, na verdade, constituíram-se no empreendimento de conquista dos domínios portugueses na África. Além disso, também a essa época robusteceram-se certas práticas políticas, econômicas e sociais em relação às colônias, tais como o trabalho forçado dos africanos e a expropriação de suas terras pelos colonos portugueses – práticas que permanecerão em vigência durante toda a primeira metade do século XX (ALEXANDRE, 1993).

Saindo do século XIX, o acontecimento que marca, primeiro, o século XX português é a implantação da Primeira República, cuja política colonial será marcada pela descentralização política e econômica das colônias. No plano econômico, assistiu-se ao crescimento acentuado da presença de capitais estrangeiros naqueles territórios (ROSAS, 1986), e, entre os resultados dessa abertura, o mais visível talvez seja a criação das companhias majestáticas – grandes companhias internacionais instaladas nas colônias portuguesas, às quais era outorgada a soberania sobre suas zonas de atuação. Em contrapartida, o investimento financeiro de Portugal em suas possessões ultramarinas era irrisório, cerca de 2% das despesas totais do Estado, ainda segundo Rosas (1986). Essas políticas descentralizadoras operadas pelos governos da Primeira República portuguesa foram algumas das razões pelas quais Portugal passou, na década de 1920, por um novo período de fragilidade em relação às colônias. Isso porque, em um contexto em que os interesses de alguns países voltavam-se novamente àqueles territórios, a autonomia política e financeira das principais regiões colonizadas por Portugal possibilitou o estreitamento de relações entre essas regiões e antigos rivais dos portugueses. Referindo-se ao caso de Angola, Rosas (1986, p. 89) aponta que

[...] o fomento colonial angolano se fazia para crescente proveito e reforço dos interesses britânicos, da África do Sul e de outras potências, ameaçando [mais uma vez] política e economicamente as posições do colonizador metropolitano.

Acrescentemos a isso dois fatores que participaram da configuração desse novo contexto de fragilidade para Portugal. Primeiro, a crise econômica pela qual o país passava já no início da década de 1920, aliada aos fracos resultados econômicos das colônias (ALEXANDRE,

1993) e, posteriormente, à Grande Depressão. Depois, as pressões internacionais que surgiam no âmbito da Sociedade das Nações, relativas às formas de trabalho compulsório praticadas pelos colonizadores portugueses em Angola (ALEXANDRE, 1993).

Esse é o quadro, muito resumido, é certo, da conjuntura de novas pressões políticas e econômicas externas e de vulnerabilidade das relações coloniais em que se insere o Golpe Militar de 1926, que originou o chamado Estado Novo e o regime salazarista em Portugal, que, entre outras coisas, orquestrará uma nova reformulação do ideário colonial da sociedade portuguesa e das políticas coloniais.

Antes de iniciarmos nossas observações acerca dos anos que se seguem ao Golpe Militar de 1926 em Portugal, ressaltamos que elas serão focadas nas décadas de 1930 e 1940, pelo fato de que é nesse período que se opera de maneira mais intensa à reelaboração da ideologia imperial pelo Estado Novo, após mais uma crise do que Rosas (1995, p. 19) chama de “consciência colonial” (o conjunto de paradigmas ideológicos relacionados à colonização), na década de 1920.

Em primeiro lugar, convém lembrarmos que, a essa altura, a grande extensão da sociedade portuguesa já era simpática aos discursos de defesa das colônias. Além das constantes investidas ideológicas de várias gerações da elite política e econômica do país no sentido de conquistar a aderência da sociedade ao discurso colonial, essa aderência pauta-se também em fatores econômicos. Para essa constatação contribui a observação, por exemplo, da importância econômica das colônias, principalmente em contextos de crise, para a classe alta de Portugal (ligada diretamente à exploração, transporte e comercialização dos produtos coloniais), assim como para as classes intermediárias (ligadas também, de alguma forma, às atividades coloniais) e para as classes mais baixas, exercendo o papel simbólico de um virtual destino promissor (ROSAS, 1995). Foi sobre essas bases (ideológicas e de dependência econômica) que se construiu e solidificou o “imperialismo popular” – uma ideologia de tal maneira arraigada na sociedade portuguesa, que, como aponta Rosas (1995), não foi contestada em sua essência nem mesmo pelo Partido Comunista Português:

[...] a própria oposição comunista nos anos 30 e 40, mesmo contra a doutrina expressa nas condições de filiação no Komintern, defenderá persistentemente posições de nacionalismo colonial idênticas às do republicanismo, em nome das quais, critica o que entende ser a política de “traição nacional” do salazarismo em relação à defesa do patrimônio ultramarino. (ROSAS, 1995, p. 22)

Esse era o quadro em que figurava o ideário legitimador do colonialismo português até finais dos anos de 1920, quando a ditadura salazarista passa a investir pesado na redefinição do

paradigma ideológico colonial, atribuindo-lhe um cunho ainda mais nacionalista, e das políticas econômicas para as colônias africanas. Quanto a essas políticas, os planos colocados em prática pelo governo português iam radicalmente de encontro àqueles adotados durante os tempos do liberalismo e se assentavam, essencialmente, sobre três pilares:

a centralização administrativa e financeira da política colonial no Governo metropolitano e no Ministério das Colônias; a nacionalização tendencial da exploração colonial e o reforço da política do pacto colonial. (ROSAS, 1995, p. 27)

A respeito da redefinição do ideário colonial, o símbolo emblemático dos esforços do regime nesse sentido foi a elaboração do Ato Colonial de 08 de julho de 1930, publicado por António de Oliveira Salazar (então Ministro das Colônias), que retomava muitas das concepções míticas da nação e do império e que, além disso, incorporava alguns elementos novos ao discurso ideológico em torno das colônias, nos quais nos deteremos a partir daqui, pois foram as ideias contidas nesse documento que pautaram as práticas do regime no sentido da inculcação ideológica com vistas a reanimar na sociedade portuguesa as concepções míticas da nação, a fazer que ela aderisse ao projeto colonial estado-novista e, mais do que isso, que os indivíduos estivessem todos voltados ao cumprimento do destino mítico português.

Antes de tudo, é preciso dizer que o pilar sobre o qual se assentou essa “moral de (re)educação, de regeneração colectiva e individual” (ROSAS, 2012, p. 327) levada a cabo pelo Estado Novo foi (novamente) o elo inextrincável entre a nação portuguesa e o seu império, agora oficialmente declarado, por meio do Ato Colonial, e incorporado ao texto da Constituição em 1933. A respeito da reafirmação da vocação colonizadora de Portugal, Alexandre (1993) afirma que, embora não se tratasse de uma convicção nova no país, “A novidade reside na sua inserção no texto constitucional – unindo irrefragavelmente o destino, se não do país, pelo menos do regime do ‘Estado Novo’, então nascente, ao projecto colonizador” (ALEXANDRE, 1993, p. 62). Além disso, o Estado Novo passava a apresentar-se como o regime redentor da nacionalidade, uma vez que somente ele seria capaz de assegurar a manutenção e a união do império e, dessa forma, a própria independência e nacionalidade portuguesas. Dessa forma, podemos afirmar que se operou, naquele período, um entrelaçamento entre independência nacional, império e Estado Novo; e a consequência primeira desse entrelaçamento seria a convicção de que nenhum elemento dessa tríade poderia sobreviver sem o outro, de onde decorre a legitimação da manutenção dos três elementos conjuntamente. Daí que, nas palavras

de Rosas (1995, p. 30), “Ser contra o Estado Novo, passa a ser atentar contra o ‘império’ e a própria nacionalidade”.

Para estruturar seu discurso colonial, reelaborar e alicerçar a secular ideia mítica de nação na sociedade portuguesa, o regime valeu-se de alguns “mitos ideológicos fundadores” (ROSAS, 2012, p. 323). Entre esses mitos, claro, consta o mito do império, sobre o qual se executou uma remodelação. Embora a ideia do império como ser ontológico, inerente à essência mesma da nação, não fosse inédita, a principal novidade que se enquadra no contexto da sua recuperação reside no fato de que, agora, o regime estado-novista também assumia um caráter ontológico, isto é, de inerência à própria existência da nação portuguesa, uma vez que, como vimos anteriormente, seria o único regime político capaz de concretizar o reencontro da nação consigo própria ou, em outras palavras, com sua vocação imperial histórica. “O Estado Novo surgia, assim, como a institucionalização do destino nacional, a materialização política no século XX de uma essencialidade histórica portuguesa mítica” (ROSAS, 2012, p. 323). A esse respeito, é muito emblemático o que se afirma no artigo 2º do Ato Colonial de 1930: “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar populações indígenas”. Além disso, consolidando-se a noção de que o império e o regime eram as essências da pátria, seria fácil concluir-se daí que o império fosse inalienável, por ser parte constituinte do corpo uno e, portanto, indivisível da nação portuguesa. E, nesse caso, são muito representativas as palavras de Salazar, de 1937, em resposta aos interesses internacionais sobre as colônias portuguesas:

Alheios a todos os conluíus, não vendemos, não cedemos, não arrendamos, não partilhamos as nossas colónias [...]. Não no-lo permitem as nossas leis constitucionais; e, na ausência desses textos, não o permitiria a consciência nacional. (SALAZAR, 1937, p. 264)

Tendo como base esses paradigmas, o destino da colonização portuguesa vai, paulatinamente, deixando de ser a reconstituição ou a reposição da colônia brasileira perdida no século XIX e passando a ser o de consolidar a “ ‘Nação multirracial e pluricontinental, una e indivisível’ ” (ROSAS, 1995, p. 28). E esse dogma orientou a obsessão de Portugal na defesa de suas colônias até a década de 1960, quando emergem as guerras coloniais na África, entendidas, em grande medida, como continuidade de conspirações internacionais para o desmantelamento do império. Cabe ressaltarmos, ainda, que essas ideias vigoraram por muito tempo em Portugal. Tanto assim que, na revisão constitucional de 1951, embora oficialmente tenha-se anulado o Ato Colonial, seus termos foram incorporados ao texto constitucional revisto

com algumas mudanças referentes mais a nomenclaturas do que às essências que subjaziam a essas nomenclaturas. Assim, é nesse contexto que os termos “império” e “colônias”, por exemplo, são substituídos por “ultramar” e “províncias ultramarinas”, respectivamente (ROSAS, 1995).

Para finalizarmos o panorama do enquadramento ideológico realizado pelo Estado Novo sobremaneira nas décadas de 1930 e 40, queremos apontar ainda uma importante questão relativa a esse enquadramento, que tem sido muito abordada nas reflexões que se fazem hoje em Portugal a respeito do discurso estado-novista e dos contradiscursos que o colocam em xeque (como é o caso da literatura da guerra colonial). Trata-se do sentido que tomou a evolução do ideário legitimador da colonização portuguesa no que se refere ao “darwinismo social” – em voga na Europa em fins do século XIX, segundo Alexandre (1993). A ideia da superioridade racial do homem branco ocidental, ainda nos anos 30, serviu para justificar as práticas “civilizacionais” dos portugueses em relação aos negros africanos. Nas décadas de 1950 e 1960, entretanto, o vácuo deixado pela obsolescência de tal ideia foi preenchido, pelo regime salazarista, com o lusotropicapismo de Gilberto Freyre, com base no qual se pôde inferir, entre outras coisas, que

O português seria portador, agora, de uma aptidão especial para se “unir aos trópicos” (por “vocação” e não por interesse, como acontecia com as demais experiências europeias de colonização), marcada pela ausência de preconceitos racionais, pela capacidade de fusão biológica e cultural com os indígenas, tendendo para uma miscenização civilizadora. (ROSAS, 1995, p. 31)

O lusotropicapismo seria, assim, convertido em outra das bases de sustentação ideológica do salazarismo frente ao contexto internacional de descolonização.

Esses eram, portanto, os principais paradigmas que regiam as práticas do Estado Novo no sentido de “[...] ‘educar politicamente o povo português’ num contexto de rigorosa unicidade ideológica e política definida e aplicada pelos aparelhos de propaganda e inculcação do regime [...]” (ROSAS, 2001, p. 1032). Tendo abordado esses paradigmas ideológicos sob a influência dos quais a sociedade portuguesa chegou à década de 1960³, sondaremos agora a situação política em que se encontrava o regime salazarista às vésperas do início da guerra colonial em Angola, para que, antes de abordarmos a guerra propriamente dita e o discurso literário que emerge dessa experiência, tenhamos em vista, além dos paradigmas ideológicos cultivados pelo

³ Embora tenhamos optado por abordar apenas alguns dos “mitos ideológicos fundadores” que perpassam o discurso colonial do Estado Novo, que servem especificamente aos nossos objetivos aqui, salientamos que Fernando Rosas aborda todos eles detalhadamente no livro *Salazar e o poder. A arte de saber durar* (2012), mais especificamente no capítulo intitulado “O projecto totalitário: o salazarismo e o ‘homem novo’ ”.

Estado Novo, as conjunturas interna e externa a Portugal nas quais se insere o início dos conflitos na África. A esse respeito, nossos apontamentos terão como base as análises de Rosas (2012).

1.2 A década de 1960 para o colonialismo português – Contexto da emergência da guerra em Angola e da Literatura da Guerra Colonial

Sobre a maneira como o regime salazarista chega à década de 1960, em primeiro lugar, é necessário atentarmos ao fato de que, ao fim da Segunda Guerra Mundial, a vitória aliada e a conjuntura internacional bipolarizada foram fatores que desencadearam crises e rupturas internas ao regime, as quais, embora não tenham chegado a causar abalos significativos na estrutura do Estado Novo, tiveram desdobramentos relevantes até o início da guerra colonial em Angola. Tanto assim que em 1958 surge, dentro das instâncias mais altas do Governo, uma expressiva vertente de cunho reformista, cujos nomes principais são os do general Craveiro Lopes (então presidente da República) e o de Marcelo Caetano (ministro da Presidência). Ao redor de Craveiro e Caetano, constituiu-se um grupo de altos oficiais que se opunha a Santos Costas, o fiel ministro da Defesa de Salazar, e que visava à reeleição de Craveiro e à substituição de Salazar na presidência do Conselho de Ministros. Cabe, aqui, salientarmos que esse grupo reformista não tinha no horizonte uma ruptura com o regime estado-novista, mas sim “[...] modernizar o arcaico aparelho militar português, tanto no plano técnico-militar, como nas suas relações com o poder político” (ROSAS, 2012, p. 238). De qualquer maneira, é importante visarmos o fato de que, nos altos comandos das Forças Armadas, já não se verificava um alinhamento irrestrito à liderança de Salazar.

Entretanto, mesmo com o importante apoio militar com que contava, Craveiro Lopes desistiu de concorrer à presidência contra a União Nacional e, nesse quadro, tomou vulto a candidatura de Humberto Delgado, um general vindo da alta cúpula do regime e, àquela altura, um seu crítico. A candidatura de Delgado ganhou grandes proporções, maiores inclusive do que as esperadas por seus apoiadores de início, angariando grande apoio popular. A partir disso, a intenção primeira de Delgado, ou seja, a realização de uma transição de governo moderada e ordeira esbarra na aderência popular à sua candidatura. Assim, como aponta Rosas (2012, p. 243): “Por singular ironia das coisas, o candidato da mudança segura transmutara-se no instigador da rebelião cívica. E bloqueada a primeira, ninguém soube o que fazer com a

segunda”. Ao mesmo tempo em que essa situação paralisou os planos da oposição, o regime, tendo à frente Santos Costa, passou a reprimir intensa e violentamente as manifestações populares de apoio a Delgado, bem como quaisquer ações militantes de seus apoiadores. Para o sucesso das medidas de Santos Costa, foi fundamental a intervenção de todo o aparelho das Forças Armadas e mesmo os oficiais superiores oposicionistas ao ministro da Defesa uniram-se em torno dele no momento em que a revolta contra o regime ameaçou ganhar um cunho popular. Depois de contida a “desordem subversiva” e garantida a manutenção do regime, esses oficiais, cientes de sua importância para Salazar naquele contexto, exigiram-lhe a demissão de Santos Costa, que, então, foi substituído por Júlio Botelho Moniz no Ministério da Defesa. Contudo, apesar da concessão do chefe de Governo, a crise interna não foi extinta e o regime salazarista chega ao ano de 1961 caracterizando-se por sucessivas crises e desacordos com grande parte das Forças Armadas no que dizia respeito, principalmente, aos rumos políticos que o regime deveria tomar àquela altura.

A crise por que passava o salazarismo não era apenas interna, e fatores externos importantes também contribuíram para que o regime tivesse suas estruturas abaladas. Entre esses fatores, está, sem dúvida, a pressão descolonizadora da ONU, encabeçada pelos Estados Unidos, sob a administração Kennedy – com quem, aliás, Botelho Moniz mantinha estreitas relações e de quem receberá apoio para concretizar a conspiração contra Salazar que vinha sendo arquitetada. À pressão norte-americana vieram juntar-se os então recentes acontecimentos em Angola, onde, em novembro e dezembro de 1960, os produtores de algodão da Baixa do Cassange, em protesto contra a exploração portuguesa, pararam de trabalhar e se recusaram a pagar os impostos, ao que se seguiu a repressão violenta por parte das tropas coloniais de Portugal (WHEELER; PÉLISSIER, 2013). Os acontecimentos que se seguiram a essa revolta dos camponeses do norte de Angola culminaram nos primeiros combates entre angolanos e portugueses em Luanda, em 04 de fevereiro de 1961 – data que marca oficialmente o início da guerra colonial (ROSAS, 2012; WHEELER; PÉLISSIER, 2013). Nessa conjuntura, a questão colonial passou a ocupar posição central no que diz respeito à crise do regime estado-novista, na medida em que a situação conturbada em Angola contribuiu sobremaneira para que se acentuassem os discursos de oposição a Salazar e para que se desse prosseguimento aos planos de Botelho Moniz e dos EUA de impor mudanças, principalmente de natureza política, ao regime. Dessa forma, o ministro da Defesa ressaltava em público a falta de condições das Forças Armadas portuguesas de arcar com a guerra que se iniciava, tendo em vista as pressões internacionais para a autodeterminação das colônias. A esse respeito, Rosas (2012, p. 251) cita

um trecho de uma carta enviada a Salazar por Botelho Moniz, em que este alude à questão da inviabilidade da guerra para Portugal:

Poderemos ficar à mercê de um ataque frontal com forças dispersas pelos quatro continentes, sem meios bastantes e com uma missão de suicídio da qual não seremos capazes de sair, uma vez que a política lhe não encontra solução nem parece capaz de a procurar.

Diante desse contexto, Salazar antecipa-se aos conspiradores e os destitui de seus cargos, e é ele próprio quem assume a pasta da Defesa, cercando-se de aliados fiéis. Para termos noção do papel crucial que a questão angolana teve na ofensiva de Salazar, basta que nos reportemos à justificativa que ele apresenta à nação, em 13 de abril de 1961, para a remoção da alta cúpula das Forças Armadas: “Se alguma explicação há a dar [...] essa é Angola”. Com essa manobra, Salazar “[...] não viabilizou só a sua política colonial – assegurou a fidelidade dos novos comandos ao Estado Novo (e à política de guerra) [...]” (ROSAS, 2012, p. 255).

Traçado esse breve percurso histórico das ideologias que permearam o colonialismo português em suas dimensões materiais e simbólicas e tendo chegado ao ano em que a guerra colonial em Angola oficialmente tem início, passamos a centrar nossas observações naquilo que mais nos interessa dentro do contexto que procuramos apresentar até aqui: a configuração de uma literatura em que se representam e questionam toda a tradição imperial portuguesa, as concepções míticas da nação, a inculcação ideológica operada especialmente pelo Estado Novo e, principalmente, a guerra colonial.

Em se tratando desses textos literários, escritos e veiculados em Portugal à época do início da guerra em Angola, não podemos deixar de referir, de início, a publicação, em maio de 1961, de *Poesia 61*, que reuniu textos poéticos de cinco autores: Fiamma Hasse Pais Brandão, Luiza Neto Jorge, Maria Teresa Horta, Casimiro de Brito e Gastão Cruz. Ribeiro (2004) alude aos aspectos temáticos e estéticos que caracterizam essa poesia, sendo que um deles é, sem dúvida, o agudo questionamento acerca da guerra que se iniciava em Angola, do envio dos jovens portugueses a essa guerra, dos valores inculcados pelo Estado Novo na sociedade portuguesa e das imagens do império secularmente construídas e reconstruídas no imaginário nacional. Quanto à elaboração poética desses questionamentos, ela se pauta sobretudo na subversão de determinados signos historicamente relacionados à expansão colonial portuguesa. Além disso, nessa poesia é recorrente a representação de um processo de fragmentação, em diversos sentidos (material, subjetivo etc.), que pairava agora sobre Portugal – representação

essa que se dá por meio de, entre outros recursos, imagens de frações de cadáveres, além da fragmentação da própria estrutura textual. Segundo Ribeiro (2004, p. 180-181),

[...] esta poesia correspondeu a um estado de espírito de prenúncio de fim de um tempo, não só de um império e de uma identidade nacional aprendida desde os bancos da escola, mas também de uma moralidade nacional e familiar que já não correspondia às expectativas da época.

É nesse sentido que se opera nesses textos a inversão de certas imagens sedimentadas no imaginário imperial português, como as do mar e dos barcos. Ribeiro (2004) ilustra o modo como se concretiza essa inversão por meio da observação de, entre outros, dois poemas de Fiama Hasse Pais Brandão, um deles publicado em *Poesia 61*, no qual o eu lírico constrói uma imagem do mar que é oposta àquela que sempre remeteu o imaginário português às conquistas ultramarinas e à amplitude do império. Agora, ao contrário, trata-se de um mar fechado, com a forma de uma ânfora, e que se constitui em espaço de morte (“Na forma de ânfora que é o mar / os homens crucificam o sexo e a primavera / e mutilaram a morte com flores ininterruptas”). Em outro poema, “Barcas Novas”, de 1967, ocorre a mesma inversão, dessa vez relacionada à imagem dos barcos portugueses que se lançam ao mar, agora, para levar os homens à guerra em Angola. É interessante o fato de que os versos de “Barcas Novas” são uma espécie de releitura de um poema medieval, de João Zorro, em que se exaltam as barcas novas que Lisboa mandava ao mar àquela época. Reproduzimos, abaixo, o poema de Fiama:

Lisboa tem barcas
agora lavradas de armas

Lisboa tem barcas novas
agora lavradas de homens

Barcas novas levam guerra
As armas não lavram terra

São de guerra as barcas novas
ao mar mandadas com homens

Barcas novas são mandadas
sobre o mar

Não lavram terra com armas
os homens

Nelas mandaram meter
os homens com a sua guerra

Ao mar mandaram as barcas
novas lavradas de armas

Em Lisboa sobre o mar
armas novas são mandadas (BRANDÃO, 2006, p. 31-32)

No poema, pela inversão do sentido das barcas, portadoras de armas e morte, contrapõe-se o tempo da expansão marítima portuguesa ao tempo da tragédia da guerra colonial (RIBEIRO, 2004).

“Barcas novas” é um entre os vários textos dos poetas de *Poesia 61* referidos e analisados por Ribeiro (2004), do qual nos valem para ilustrar a incipiência desses discursos poéticos mais acentuadamente questionadores da (des)ordem de coisas em Portugal e na África. A partir deste ponto, porém, passaremos a focalizar outro grupo de textos literários relativos à guerra: aqueles que chegam a Portugal da África (tendo sido escritos sob a influência da guerra que lá ocorria) de maneira, em grande medida, clandestina. Isso porque aqueles cuja publicação foi autorizada pela censura do Estado Novo compõem um *corpus* que não nos interessa aqui, ao qual Ribeiro (2004, p. 189) chamou de “literatura colonial/ultramarinista”, isto é, trata-se de um *corpus* formado por discursos em que se defendem as doutrinas do Estado Novo e a manutenção das colônias a qualquer custo⁴. Do lado oposto a essa literatura colonial/ultramarinista, é que se encontra o *corpus* que nos importa e no qual, como veremos mais adiante, insere-se a obra de António Lobo Antunes. Constituem esse grupo, ao qual a autora citada refere-se como “literatura da guerra colonial” (RIBEIRO, 1998, p. 129), textos intervencionistas e oposicionistas, que fazem chegar à então metrópole, mesmo que de forma ainda reticente, devido à censura, uma visão da guerra até então desconhecida da maior parte dos cidadãos portugueses. Os primeiros autores por meio dos quais a visão da torpeza da guerra que sucedia em Angola chega a Portugal são os poetas Fernando Assis Pacheco (*Cuidar dos vivos* [1963]); José Bação Leal (*Poesias e Cartas* [1966 e 1971]) e Manuel Alegre (*Praça da canção* [1965]) e *O canto e as armas* [1967]).

Entre esses poetas, podemos afirmar que Manuel Alegre foi aquele eleito o porta-voz de um espírito de resistência contra a guerra (RIBEIRO, 1998), que nascia especialmente entre a juventude portuguesa. Essa posição de Manuel Alegre funda-se principalmente porque em seus poemas (diferentemente do que ocorre nos de Fernando Assis Pacheco e de José Bação Leal, cujo tom é muito mais testemunhal e intimista) representa-se em tom inflamado um sentimento coletivo de indignação e se questiona a instrumentalização da memória portuguesa por parte do

⁴ Como exemplos de obras e autores constituintes desse *corpus*, Ribeiro (2004) cita, entre outros: *Não quero ser herói* (1970), de António de Cértima; *Sangue no capim* (1963), de Reis Ventura; *Aquelas longas horas: narrativas sobre a actual epopeia africana* (1968), de Barão da Cunha.

Estado Novo. Esse questionamento, por sua vez, constrói-se sobre a base da articulação entre História, memória e mito (RIBEIRO, 1998). Ou seja, Manuel Alegre captura elementos da História de Portugal e dos mitos que sempre envolveram essa História e funde esses elementos à experiência do horror da guerra (vista e vivida pelo autor em Angola), para, dessa forma, compor uma espécie de redimensionamento da História do país. É isso o que ocorre, por exemplo, quando o poeta justapõe imagens das experiências catastróficas de Alcácer-Quibir e da guerra colonial, igualando as duas imagens (do passado e do presente) no sentido de apontar ao seu leitor que ambas constituem-se em tempo e espaço de perdição, para os quais não há saída possível. É esse tipo de construção que se opera, entre outros poemas, em “Continuação de Alcácer-Quibir”, do qual reproduzimos apenas um pequeno trecho, com vistas a ilustrar as afirmações feitas:

Quantos desastres dentro de um desastre.
Alcácer Quibir foi sempre
o passado dentro do presente
ó meu país que nunca te encontre. (ALEGRE, 1995, p. 159)

Nesses textos, assim como na prosa de mesma natureza intervencionista, desenvolvida principalmente no início da década de 1970 por autores como Álvaro Guerra e Modesto Navarro, encontramos a gênese de uma das reflexões que ocuparão posição central tanto na literatura portuguesa produzida após o 25 de Abril de 1974 quanto na esfera de sua crítica, a saber: a reflexão acerca de Portugal a partir da experiência colonial na África. Nas palavras de Ribeiro (1998, p. 132), trata-se de uma

[...] literatura saída da experiência da guerra colonial que ocupa nestas narrativas de regresso um lugar privilegiado, [...] pela multiplicidade de questões que este *corpus*, aparentemente homogêneo, levanta ao pensar Portugal de uma margem, ou seja, a partir da experiência africana.

Após a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, as independências na África e a deposição do regime autoritário até então vigente impuseram novos desafios ao Portugal da década de 1970, paralelos aos esforços de consolidação da democracia no país. Um desses desafios diz respeito à instauração de uma memória pública/coletiva acerca da experiência colonial na África e, por extensão, do colonialismo português. Como toda construção dessa natureza, o erguimento da memória da guerra colonial ou de sua historização deveria obrigatoriamente, segundo Ribeiro (2012), passar pelo crivo de uma negociação sobre o que se deveria lembrar e o que se deveria esquecer. Nesse sentido é que a memória da África

constituía-se em um “elemento perturbador” (RIBEIRO, 2012, p. 89) do estabelecimento da democracia portuguesa nos anos seguintes a 1974. Em outras palavras, isso significa que a visitação crítica da experiência da guerra colonial e do colonialismo português obrigava que a nação tivesse de lidar de frente com os despojos dessa guerra, como a questão dos ex-combatentes e dos retornados, por exemplo. E, justamente por inserir-se nesse contexto de silenciamento a respeito da guerra, é que a emergência de uma literatura notadamente marcada pela representação dos últimos anos da experiência colonial portuguesa, do império e de suas heranças simbólicas e materiais adquire importância ímpar no âmbito das reflexões sobre Portugal no período pós-colonial.

Dentro desse quadro da produção literária relacionada à guerra colonial, destacam-se duas vertentes em que vislumbramos igualmente a intenção de se pensar o Portugal pós-25 de Abril sob a luz da experiência africana, cujas perspectivas, entretanto, divergem (RIBEIRO, 2012). Uma dessas vertentes é composta por escritores cujo discurso pauta-se na transformação do colonialismo e do seu fim em novas fantasias imperiais. Essa transformação materializa-se por meio de uma escrita em que se busca um passado e uma África idílicos e na qual não se encontram quaisquer indagações sobre o colonialismo. Como exemplos dessa escrita passadista, podemos citar os seguintes títulos, entre muitos outros: *Os colonos, os retornados* (António Trabulo), *Deixei meu coração em África* (Manuel Arouca) e *Balada do Ultramar* (Manuel Acácio). Ribeiro (2012, p. 92) menciona que essas obras são afinadas com um “discurso ‘pós-luso-tropical’”, representativo de uma parcela da sociedade portuguesa que, ainda hoje, abstém-se de questionamentos a respeito do colonialismo português.

Todavia, também nos anos seguintes à Revolução dos Cravos surge em Portugal um outro tipo de discurso literário, caracterizado por Ribeiro (2012) como contradiscurso, na medida em que, em suas bases, encontramos a problematização do colonialismo português sobre várias perspectivas. E é essa a linha ficcional que desempenhará um papel crucial naquela negociação da memória que mencionamos antes – em primeiro lugar, pelo seu caráter acentuadamente questionador das imagens de Portugal imperial, e, depois, por forçar o rompimento do silêncio que, mesmo após a deposição do regime salazarista, fazia-se sobre os então recentes acontecimentos passados na África. Entre os escritores e obras que compõem o quadro do que chamaremos de “literatura da Guerra Colonial escrita no pós-25 de Abril” – para usarmos a expressão de Ribeiro (2004, p. 252) –, estão João de Melo (*A memória de ver matar e morrer, Autópsia de um mar em ruínas*), José Martins Garcia (*Lugar de massacre*), Vergílio Alberto Vieira (*Guerrilheiro é terra móvel*), Wanda Ramos (*Percursos*), Álamio Oliveira (*Até*

hoje (memória do cão)) e António Lobo Antunes (*Memória de elefante, Os cus de Judas*), entre outros.

Escritos por autores que participaram diretamente da guerra colonial na África ou que com ela tiveram relação estreita, importa-nos pensar, neste ponto, que, antes mesmo dos discursos historiográficos, esses textos romperam o silêncio social e político que, após o 25 de Abril, ainda vigorava sobre aquela guerra, daí o seu grande impacto em Portugal. A esse respeito, podemos nos reportar, para ilustrar esse rompimento, ao sucesso editorial do romance *Os cus de Judas* (1979), de António Lobo Antunes, devido em parte ao eco que nele encontrou uma geração de ex-combatentes que estiveram na África (RIBEIRO, 2006), que agora se viam sem lugar em Portugal e cuja voz, pela primeira vez, se fazia ouvir em um espaço público – no caso, o espaço da literatura. Para nos fixarmos em António Lobo Antunes, a respeito de seus romances, Ribeiro (2006, p. 62) afirma que se trata de textos que

[...] questionam os silêncios que o antigo e o novo regime saído do 25 de Abril fizeram sobre a gesta colonial e o seu trágico fim, questionam o tal paradigma narrativo dominante e ele próprio assombrado por este fantasma do império frequentemente sublimado em fantasia.

1.3 Percursos da crítica sobre a Literatura da Guerra Colonial

Tendo em vista, então, a posição central que a literatura da guerra colonial ocupa na cena das discussões acerca do fim do império português na contemporaneidade, é importante entendermos em que medida essas discussões têm pautado os estudos críticos sobre esse *corpus* literário. Assim, em primeiro lugar, cabe ressaltarmos que, além da obra pioneira de João de Melo (*Os anos da guerra 1961-1975. Os portugueses em África – Crónica, Ficção e História*, publicada em 1988), a historização e sistematização do *corpus* literário relativo à guerra colonial conta, na atualidade, especialmente com os nomes de Roberto Vecchi e Margarida Calafate Ribeiro, cujos principais ângulos por que têm visto essa literatura abordaremos aqui.

No caso de Roberto Vecchi, seus esforços de interpretação têm se guiado pelas noções de melancolia e testemunho, que muito se relacionam ao fato de que os autores da chamada “geração da guerra colonial” estiveram, em sua maioria, diretamente envolvidos na referida guerra. Além disso, segundo o raciocínio do autor, uma vez que as dimensões da guerra afetaram direta ou indiretamente praticamente a totalidade da sociedade portuguesa, a literatura

que surge especialmente após o 25 de Abril de 74 tem caráter essencialmente testemunhal. É, portanto, principalmente pelo viés do testemunho que Vecchi (2010) procura localizar e interpretar aspectos recorrentes na literatura da guerra colonial, como a impossibilidade da simbolização do trauma, a fragmentação do sujeito, a incomunicabilidade da experiência e a tentativa de fundação de uma memória pública que possa ser compartilhada. Afora isso, ao debruçar-se sobre o paradigma da testemunha, o autor abrange categorias tais como: ato de autor, resto da experiência traumática (no caso, a da guerra colonial), crise moderna da experiência, ruínas e fantasmas. Dessa forma, Roberto Vecchi insere a literatura da guerra colonial no quadro dos limites da representação da experiência e da possibilidade de sua tradução testemunhal, relacionados à crise da experiência na modernidade.

Ainda segundo Vecchi (2010), essa literatura, nascida da experiência da guerra colonial em Angola, é marcada intensamente pela melancolia e pela tentativa de elaboração de perdas (seja de um tempo, de alguém ou da própria possibilidade de se comunicar a experiência), sendo em grande parte construída por meio do que ele chama de “estética do fragmento” (VECCHI, 2010, p. 96), ou seja, com base em um discurso em que, de alguma maneira (por exemplo, através da sobreposição, no texto, de várias temporalidades e espaços), tenta-se recompor os fragmentos, os restos dispersos da experiência, na tentativa de se construir uma totalidade fictícia que consiga em alguma medida abarcar a totalidade perdida da realidade.

Essas categorias interpretativas convergem para a constituição de uma imagem da literatura como sendo um lugar depositório de restos da experiência da guerra colonial e, mais do que isso, da experiência colonial portuguesa como um todo, finda a partir de 1974. É nesse sentido que Vecchi (2010, p. 115) chega a referir-se à poética constitutiva desses textos como uma “poética de rastos e restos”. Daí a metáfora da literatura como um cemitério de ruínas e de fantasmas imperiais. À parte o detalhamento de todas essas categorias, operado por Roberto Vecchi em *Excepção atlântica. Pensar a literatura da guerra colonial*, importa-nos principalmente reter o ponto central das reflexões do autor, que, em nosso entender, visa ao apontamento da literatura da guerra colonial como o espaço privilegiado por meio do qual se pode, graças a esse caráter residuário, revisitar e, assim, repensar o passado colonial português, observando-se aspectos desse passado comumente negligenciados por outras narrativas (literárias ou historiográficas) em que vigoram ainda fantasias exuberantes acerca desse passado. Nos termos de Vecchi (2010, p. 117):

[...] o próprio texto [...] pode desempenhar uma função próxima da cemiterial, isto é, pode conferir existência mnésica aos mortos pelos seus rastos deixados na

memória dos vivos, invertendo assim o sentido da morte ontológica como não-ser e extraindo do passado inconcluso um novo sentido historiográfico no presente.

Ao que nos parece, essas ideias ligadas ao paradigma da testemunha têm encontrado ecos na crítica sobre a ficção portuguesa associada à guerra colonial. Esses ecos são perceptíveis sobretudo por meio da observação de um grupo de temas comumente eleito para abordagem (como o luto, a melancolia e o trauma, bastante relacionados às experiências pessoais dos autores na África e, depois, de regresso em Portugal) e, além disso, pelo flagrante que podemos operar em alguns textos críticos nos quais muitas vezes imbricam-se as categorias de autor e narrador. Para ilustrar essa nossa última afirmação, recorreremos apenas a um exemplo (que, no entanto, pode ser verificado em outros ensaios críticos), o de Margarida Calafate Ribeiro, que, ao tratar do caráter testemunhal de *Caderno de Memórias Coloniais*, de Isabela Figueiredo, coloca no mesmo patamar narradora e autora:

Sem deixar de dar esse testemunho do que acontecia aos brancos, mas sabendo bem que nunca foi portadora da sua mensagem, **a narradora dá também testemunho** do que foi acontecendo aos negros ao longo do final do processo de colonização que testemunhou [...]

O testemunho de Isabela Figueiredo assenta essencialmente em três elementos fundamentais sobre os quais se funda qualquer colonialismo [...]. (RIBEIRO, 2012, p. 95-96. Grifos nossos.)

Ainda relativamente à historização da literatura da guerra colonial, Margarida Calafate Ribeiro é autora de um importante e bastante abrangente estudo intitulado *Uma história de regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*. No que se refere especificamente aos textos literários escritos após o 25 de Abril, seus focos também são o caráter testemunhal desses textos e a motivação que se tem, a partir deles, para uma reflexão ampla a respeito da experiência colonial – reflexão que extrapola o nível das experiências individuais – e do Portugal que se configuraria a partir do fim oficial do colonialismo.

O ângulo pelo qual a autora tem vindo a estudar essa literatura focaliza-a como sendo o espaço em que está registrado o início de um importante processo pelo qual Portugal vem passando desde 1974 e que ela chama de “um violento processo de desterritorialização e reterritorialização, marcado por um percurso de perdas, num sentido individual e coletivo, que implicou um outro olhar sobre Portugal” (RIBEIRO 2004, p. 250). Em linhas gerais, desterritorialização e reterritorialização remetem, respectivamente, ao fim do colonialismo português e à separação do antigo império, e, nesse contexto, ao retorno de Portugal à sua dimensão exclusivamente europeia. Segundo as ideias da autora em questão, além do fim do

império, o horizonte da inserção de Portugal na Comunidade Económica Europeia ao longo dos anos de 1980 também é fator de extrema relevância no que diz respeito à ocorrência de uma nova fissura na identidade nacional portuguesa, sempre muito ancorada na ideia do império, como já verificamos. E, também nesse aspecto do retorno de Portugal (sem império) ao âmbito estritamente europeu, a literatura constitui-se no espaço de registro e de reflexão acerca das novas questões que se colocavam diante do país de então:

Neste sentido, é uma literatura que, partindo de funções mais ou menos individuais de exorcização de um trauma, muito evidente nos primeiros livros da década de 70, se abre, pela quantidade e qualidade das mensagens que veicula, a funções sociais e políticas colectivas: funções de denúncia desta situação trágica, tão ambiguamente esclarecida, de alerta contra o esquecimento, de absolvição dos sujeitos narradores e do país face a si mesmos e face aos Outros, e de **reflexão sobre a nossa identidade e o nosso lugar no mundo** (RIBEIRO, 2004, p. 251. Grifo nosso.)

Tendo em vista tudo o que expusemos até aqui, fica muito claro o fato de que as questões relativas ao colonialismo estão muito imbricadas na constituição de Portugal como nação e que, portanto, o fim do império colocou no centro das discussões a respeito da pátria temas como o da identidade portuguesa, o da reconfiguração da ideia de nação e o da inserção desse “novo país” no contexto global e, especificamente, no âmbito dos países europeus. Por isso, é compreensível que esses temas tenham regido também os debates e estudos sobre a literatura da guerra colonial, que, como temos visto, esteve à frente dos discursos historiográficos e sociológicos no sentido não apenas de registrar essas questões como também de motivar o debate em torno delas. Cremos, então, que sejam essas as principais razões pelas quais muitos dos estudos críticos venham sendo guiados pela observação privilegiada de aspectos desses textos ficcionais que apontam para problemas relativos à identidade da nação portuguesa, à identidade dos sujeitos portugueses marcada por suas experiências na África, à construção de imagens do desmantelamento do império português e ao questionamento das relações coloniais.

1.4 A obra de António Lobo Antunes no quadro da crítica – Visões acerca de *O esplendor de Portugal*

Dentro do quadro de investigações que apresentamos, a extensa obra de António Lobo Antunes, vinda à luz a partir de 1979, com a publicação de *Memória de elefante*, tem ocupado

lugar de destaque. Não poderia ser diferente, uma vez que, nas palavras de Ribeiro (2012, p. 90), “[...] até hoje ninguém como Lobo Antunes relembra tão insistente e obsessivamente aos seus leitores as dores e as mágoas da história portuguesa recente”. Assim, para ilustrar o que apontamos até aqui, a respeito da crítica literária ocupada da literatura da guerra colonial, focalizaremos os termos em que ela tem abordado a obra do autor. Com base nessa focalização, poderemos perceber que esses termos estão em grande medida atrelados às questões a que nos referimos na seção anterior. Entre os inúmeros ensaios em que se versa sobre a ficção antuniana, selecionamos três para apresentarmos aqui, cujo foco é o romance, nosso objeto de estudo, *O esplendor de Portugal*.

No centro da narrativa de *O esplendor de Portugal*, está uma família de colonos portugueses que viveram, durante os anos do colonialismo, em Malanje, no norte de Angola. Quanto à posição que essa família ocupava no contexto colonial, ela pode ser aferida por meio de diversas referências fragmentárias dos narradores, que nos permitem perceber que ela pertencia a uma camada da burguesia colonial que, embora rica, era subordinada às grandes empresas e ao Estado, e cujas atividades econômicas pautavam-se nos interesses dos monopólios portugueses e internacionais, como o cultivo do algodão e do girassol (GUERRA, 1979). O núcleo familiar de destaque é composto por Eduardo e Eunice, Isilda (sua filha) e Amadeu, e pelos três filhos desses últimos: Carlos, Rui e Clarisse. Todos esses personagens atuam como narradores, sendo que Isilda e seus três filhos são os principais, cujos discursos intercalam-se ao longo das três partes de que é composto o livro. O eixo do enredo é a história desses narradores, intimamente relacionada ao colonialismo em Angola e ao contexto pós-independência naquele país e, no caso dos filhos de Isilda, em Portugal. Subjacente a essas histórias que nos vão sendo apresentadas pelos diversos narradores, entrevemos uma representação muito abrangente do colonialismo e do pós-colonialismo, que abarca diversas temporalidades: a chegada dos primeiros colonos portugueses ao interior de Angola, passando pelas relações sociais que se estabeleceram entre eles e os angolanos e entre eles e o Estado português e as grandes companhias internacionais estabelecidas na colônia, as primeiras revoltas dos camponeses angolanos, o contexto pós-independência, a instauração da guerra civil e a sua internacionalização, o retorno dos colonos a Portugal e, finalmente, o presente da narrativa, situado em 1995.

Entre os ensaios que tratam dessa obra, aludiremos primeiro ao de Margarida Calafate Ribeiro, publicado no volume intitulado *Portugal não é um país pequeno: contar o império na pós-colonialidade* (2006), organizado por Manuela Ribeiro Sanches, que reúne ensaios de

diversa natureza e cuja proposta é fomentar a reflexão a respeito do reposicionamento de Portugal no contexto europeu pós-colonial, agora como nação desvinculada do império.

O título do ensaio Margarida Calafate Ribeiro remete-nos desde logo aos eixos de interpretação em torno dos quais ele gira: “As ruínas da casa portuguesa em *Os cus de Judas* e em *O esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes”. Especificamente no que se refere a’ *O esplendor de Portugal*, o foco da autora é a observação, no romance, sobretudo dos seguintes aspectos: a casa colonial em que habitava a família protagonista como metáfora da nação portuguesa e da decadência desta enquanto nação imperial; a inversão de símbolos imperiais, como o barco e o hino nacional; a decrepitude da administração colonial; o tema do retornados; a desmistificação dos discursos imperiais consolidados durante o período do Estado Novo; além de problematizações de ordem social e racial sobre o colonialismo português. Em suma, segundo a posição da autora, “[...] o romance constitui-se como uma crítica melancólica ao colonialismo português e ao pós-colonialismo em Angola [...]” (RIBEIRO, 2006, p. 61).

Quanto aos seguintes exemplos que optamos por abordar, eles nos servirão também para salientarmos a vinculação de parte significativa dos estudos sobre a obra de Lobo Antunes a teorias de cunho pós-colonial, principalmente no que se refere ao enfoque de tópicos tais como o da construção de identidades. É isso o que podemos verificar, por exemplo, no ensaio intitulado “O silêncio da terra”, um dos que compõem o vasto volume de Maria Alzira Seixo, *Os romances de António Lobo Antunes* (2002), no qual a autora discorre acerca dos primeiros quinze romances do autor. No referido ensaio, que trata do nosso objeto de pesquisa, os sentidos da leitura de Maria Alzira Seixo são, também, as problematizações sobre o império e o seu fim. Dentro desse viés, a autora privilegia tópicos como o do feminismo (por meio da abordagem da perspectiva das personagens-narradoras femininas) e o da construção das subjetividades (dos colonos portugueses) marcadas pelo hibridismo conflituoso e pela ligação à terra africana. Para determo-nos nessa última questão, assinalamos a opinião da autora, segundo a qual,

O romance desenvolve, pois, uma história de separação e desencontro, de radical solidão e remissão das raízes que não são as próprias, e que surgem desenterradas (e desterradas) devido a uma apropriação indevida mas politicamente legitimada da terra, que se repercute na identidade dos indivíduos. (SEIXO, 2002, p. 328)

Nosso último exemplo consta no livro organizado por Eunice Cabral, Carlos J. F. Jorge e Christine Zurbach: *A escrita e o mundo em António Lobo Antunes – Actas do Colóquio Internacional António Lobo Antunes da Universidade de Évora* (2004). Trata-se do ensaio de

Ana Margarida Fonseca, intitulado “Identidades impuras – Uma leitura pós-colonial de *O esplendor de Portugal*”.

Como o próprio título já anuncia, nesse ensaio, Ana Margarida Fonseca procede a uma análise de viés pós-colonial sobre a construção das identidades dos colonizadores portugueses no referido romance, baseando-se sobretudo no discurso sociológico de Boaventura Sousa Santos, que define o colonialismo português como um “colonialismo subalterno” (SANTOS, 2003, p. 24), isto é, um colonialismo praticado por uma nação que, embora fosse o centro de um império, constituía-se em margem em relação às nações europeias hegemônicas, e que, além disso, foi caracterizado “[...] pela ausência de um centro forte que pudesse estruturar inequivocamente as relações de poder no interior do império” (FONSECA, 2004, p. 282). Uma das consequências dessa condição subalterna e desse acentrismo referidos pela autora teria sido a circunstância de que as distinções entre dominadores e dominados tenham muitas vezes se baralhado dentro dos territórios ocupados por Portugal⁵.

É, portanto, com base nessa dupla condição de Portugal (de centralidade por um lado e de subalternidade por outro) que Ana Margarida Fonseca interpreta a construção problemática das identidades dos colonos que aparecem em *O esplendor de Portugal*, bem como a condição subalterna desses colonos no âmbito do império colonial português. Para ela, a ambiguidade do colonialismo português reflete-se na constituição das identidades dos colonos, uma vez que os papéis de colonizador (em relação ao espaço africano) e de colonizado (em relação ao espaço europeu) acabariam, na concepção da autora, por baralhar-se também nas subjetividades desses colonos, que, dessa forma, passariam a ter sua condição subalterna duplicada, sendo ao mesmo tempo “subalternos pela deficiência dos processos de dominação [portugueses] e subalternos porque excluídos dos padrões civilizacionais europeus” (FONSECA, 2004, p. 284). É nesse sentido que Ana Margarida Fonseca refere-se a “identidades impuras”, relacionando-as ao baralhamento de posições sociais e aos processos de interação motivados pelo contexto colonial especificamente português.

Para que possamos ter uma noção mais clara a respeito desse posicionamento, reproduziremos um pequeno trecho do ensaio, em que a autora trata da constituição identitária dos personagens Carlos e Lena – ele, um mestiço criado na casa colonial; ela, uma branca pobre

⁵ Queremos salientar que discordamos das posições em relação ao colonialismo que guiam a análise de Fonseca. Isso porque, as ideias de baralhamento de posições, de processos de dominação deficientes, entre outras, podem sugerir alguma espécie de brandura nas relações coloniais impostas pelos portugueses na África. Por isso, e pelo fato de que, justamente, essa sugestão de brandura é amplamente problematizada em *O esplendor de Portugal* (conforme verificaremos em nossa análise da obra), nós a discutiremos mais demoradamente no item 2.1 do capítulo seguinte.

que vivia em um musseque de Luanda, ambos casados e possuidores, sempre segundo Fonseca (2004), de uma ambiguidade identitária compartilhada dentro da estrutura colonial. No excerto, poderemos verificar a maneira como Ana Margarida discute a condição ambígua desses personagens, associando-a às identidades impuras geradas pelo colonialismo português: “Na verdade, ao odiarem a diferença do outro, é a si mesmo que rejeitam, enclausurando-se ambos num ressentimento feroz contra a impossibilidade de encontrar uma identidade pura” (FONSECA, 2004, p. 285).

Por meio dos três ensaios a que nos reportamos, podemos ter a dimensão dos ângulos predominantes pelos quais se vem analisando a obra de António Lobo Antunes. Entretanto, queremos nos deter ainda um pouco mais no ensaio de Ana Margarida Fonseca, para abordarmos um ponto de sua análise que nos ajudará a expor nossa visão acerca de *O esplendor de Portugal*. Trata-se do modo como a questão da subalternidade de Portugal no contexto do imperialismo europeu e, paralelamente, dos colonos que ocupam o centro da cena no romance é abordada. Como apontamos, a autora do ensaio alude a essa subalternidade tendo em vista a ambiguidade do colonialismo português, central e periférico ao mesmo tempo. Para comprovar a explicitação dessa ambiguidade no livro de Lobo Antunes, ela se reporta, de início, a um pensamento da personagem Isilda, quando esta rememora uma parte do ponto de vista de seu pai, Eduardo, a respeito do colonialismo português na África. Transcreveremos o referido trecho e ressaltamos que as partes em negrito foram suprimidas na citação de Fonseca (2004):

O meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar na África não era dinheiro nem poder mas pretos sem dinheiro e sem poder algum que nos dessem a ilusão do dinheiro e do poder que de fato ainda que o tivéssemos não tínhamos por não sermos mais que tolerados em Portugal, olhados como olhávamos os bailundos que trabalhavam para nós e portanto de certo modo éramos os pretos dos outros **da mesma forma que os pretos possuíam os seus pretos e estes os seus pretos ainda em degraus sucessivos descendo ao fundo da miséria, aleijados, leprosos, escravos de escravos, cães**, o meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar na África era transformar a vingança de mandar no que fingíamos ser a dignidade de mandar, morando em casas que macaqueavam casas europeias e qualquer europeu desprezaria considerando-as como considerávamos as cubatas em torno, numa idêntica repulsa e num idêntico desdém, [...] (ANTUNES, 1999, p. 243. Grifo nosso.)

A despeito da escolha da autora, de ler esse trecho focalizando nele o que ela chama de condição ambígua de Portugal e dos colonos portugueses em Angola, cremos que o posicionamento desse país e desses colonos no contexto do colonialismo, assim como outras importantes questões que se apresentam em *O esplendor de Portugal*, deve ser analisado tendo-

-se em vista sua inserção em uma dinâmica mais ampla. Explicamo-nos: no excerto que reproduzimos acima, por exemplo, de fato vislumbramos a posição subalterna dos colonos, no caso específico, a da família de Isilda. Porém, se atentarmos à passagem que destacamos, perceberemos, desde logo, que ela evidencia que tal processo de subordinação não está descolado de uma dinâmica histórica extremamente complexa, que envolve uma rede de exploração à qual todos estão submetidos.

Obviamente, essa submissão não ocorreu nas mesmas proporções para todos (para os colonos portugueses e para os negros angolanos, por exemplo); mas sim, em “sucessivos degraus”, isto é, em uma escala progressiva de exploração em que todos estavam inseridos. Portanto, as concepções de Eduardo (o pai da narradora do trecho), analisadas em conjunto com a totalidade do romance, permitem-nos pensar que o caráter ilusório do poder adquirido pelos colonos portugueses em Angola decorre, antes de tudo, do fato de que esse suposto poder estava inserido em uma conjuntura de relações econômicas e de exploração que extrapolava os limites de Portugal e de Angola.

Ampliando um pouco mais a interpretação da visão de Eduardo sobre o colonialismo e o seu fim, que fora previsto pelo personagem muito antes de 1975, verificaremos também que às mudanças das conjunturas econômicas e políticas mundiais corresponde sempre a constituição de novos degraus, ou ainda, a reconfiguração das formas de exploração e de violência entrevistas no romance tanto quando nele se focaliza o espaço português quanto, e principalmente, quando se focaliza o espaço angolano. Nesse sentido, convém lembrarmos também que, após a independência de Angola, os conflitos internos, envolvendo os movimentos nacionalistas angolanos, intensificaram-se sobremaneira, entre outras questões, graças à ingerência estrangeira sobre eles – muito relacionada às disputas internacionais ligadas à Guerra Fria e ao período pós-Guerra Fria. Por outro lado, os portugueses que, naquele contexto, conseguiram embarcar para Portugal, quando lá chegaram, foram submetidos a outro tipo de marginalização, também muito evidenciada em *O esplendor de Portugal*. De acordo com essa perspectiva, após o término oficial do colonialismo, o destino dos colonos portugueses seria a morte em Angola ou o degrado em Portugal:

[os portugueses] que não engordarem o caju esquartejados nos trilhos e nos degraus das casas tornarão a Portugal expulsos através dos angolanos pelos americanos, os russos, os franceses, os ingleses que nos não aceitam aqui para chegarmos a Lisboa onde nos não aceitam também, carambolando-nos de secretaria em secretaria e ministério em ministério por uma pensão do Estado, despachando-nos como fardos de quarto de aluguel em quarto de aluguel nos subúrbios da cidade [...] (ANTUNES, 1999, p. 244-245.)

Detivemo-nos mais demoradamente no ensaio de Ana Margarida Fonseca por dois motivos: para apontar uma característica predominante dos estudos sobre a obra de Lobo Antunes e para começarmos a delinear nossa posição a esse respeito. Sobre o primeiro aspecto, queremos destacar o fato de que os ensaios críticos e os estudos acerca não apenas da obra de nosso autor, mas da literatura da guerra colonial no geral, conforme constatamos até aqui, têm se centrado em tópicos temáticos e formais dessas obras que dizem respeito estritamente ao âmbito português de reflexão a respeito do colonialismo, do seu fim, e do tempo e espaço pós-coloniais português e africanos. Sem desconsiderar tais aspectos e compreendendo as motivações dessas escolhas da crítica, bem como a sua relevância no campo das discussões que se operam hoje em Portugal, queremos, entretanto, propor uma outra leitura sobre *O esplendor de Portugal*. Nossa intenção é, por meio da análise da obra, ampliar o alcance da representação da realidade que nela se opera e mostrar como essa representação ultrapassa em grande medida os limites portugueses e angolanos, inserindo-os em dinâmicas históricas mundiais das quais, é evidente, o colonialismo e os acontecimentos que se seguiram ao seu fim fazem parte, mas que envolvem também fatores como a Guerra Fria, o contexto pós-Guerra Fria, a bipolarização do mundo, a disputa internacional por hegemonia e as reconfigurações dos modos de exploração capitalista.

A análise que desenvolveremos no capítulo 3 desta dissertação foi motivada, em primeiro lugar, pela verificação dos procedimentos formais empregados em *O esplendor de Portugal*, que nos conduziu à percepção de que ali se constrói, como já apontamos, uma visão muito abrangente, peculiar e complexa a respeito da História do colonialismo e do contexto pós-colonial em que Angola e Portugal inserem-se. Sobre essa visão – através da qual se verificam as estruturas econômicas e políticas portuguesas e mundiais que são o envoltório das questões relacionadas ao colonialismo –, queremos assinalar que ela já pode ser detectada, mesmo que com um caráter incipiente, em *Os cus de Judas*, o segundo romance de António Lobo Antunes, publicado muito próximo do contexto da retirada dos portugueses de Angola e da experiência da guerra colonial. Talvez pela proximidade dos acontecimentos, em *Os cus de Judas* essa visão ainda não está tão bem-elaborada quanto está em *O esplendor de Portugal* e aparece envolta em um tom de ira contra o quê, entretanto, ainda não se sabe muito bem. É o que percebemos quando atentamos a alguns questionamentos que, no romance de 1979, surgem fragmentária e espaçadamente no discurso do narrador, muito marcado pela rememoração de sua experiência na guerra colonial em Angola:

[...] são os guerrilheiros ou Lisboa que nos assassinam, Lisboa, os americanos, os russos, os chineses, o caralho da puta que os pariu combinados para nos foderem os cornos em nome de interesses que me escapam, quem me enfiou sem aviso neste cu de Judas de pó vermelho e areia [...] (ANTUNES, 2010, p. 40)

Em *O esplendor de Portugal*, publicado em 1997, ou seja, com 22 anos de distância em relação à independência de Angola, é de se notar que a visão do autor a respeito da realidade do colonialismo e do contexto pós-colonial foi beneficiada pelo distanciamento temporal no sentido de tornar-se mais abrangente e complexa, assim como a sua elaboração estética. Apenas para adiantarmos um pouco os aspectos sobre os quais nos deteremos quando analisarmos o romance, no capítulo 3, podemos afirmar que a visão crítica da realidade construída no livro parte, em primeiro lugar, da abrangência de diversas temporalidades situadas nos anos do colonialismo e no contexto pós-colonial em Portugal e Angola. Nesse sentido, focalizam-se questões latentes relacionadas ao colonialismo português, como a exploração do trabalho dos camponeses angolanos, a violência nas relações sociais e a posição subalterna dos colonos do norte de Angola em relação ao Estado português e ao grande capital estrangeiro atuante na então colônia. Por outro lado, no que se refere ao contexto pós-colonial, destacam-se a condição dos colonos retornados em Portugal e, no caso de Angola, a permanência de formas sociais manifestas durante o colonialismo, a saber: a exploração e a violência, agora complexificadas, por estarem imbricadas no contexto do capitalismo global, cujos interesses influenciaram sobremaneira a condução da guerra civil no período seguinte à independência.

Dito isso, podemos adiantar também que aquilo que acreditamos ser o pilar da construção de *O esplendor de Portugal* e que procuraremos demonstrar em nossa análise é a composição, subjacente à complexa rede narrativa tecida no romance, de uma não menos complexa rede de relações causais entre as temporalidades abrangidas no livro, na qual se destacam as linhas de ruptura e de continuidade históricas que sustentam essa rede e que confluem irremediavelmente para o presente catastrófico que se apresenta na narrativa – o que, por sua vez, faz que pensemos o colonialismo e o período seguinte às independências africanas, necessariamente, em conjunção com as conjunturas políticas e econômicas mundiais nas quais eles estão inseridos.

2 AS REDES DA HISTÓRIA

Tratando dos caminhos percorridos pelo discurso historiográfico, no que diz respeito ao tratamento da experiência da luta de libertação nacional em Moçambique, João Paulo Borges Coelho destaca o potencial que tem o texto literário de descongelar a “grande narrativa, com a estrutura simples de uma fábula” (COELHO, 2015, p. 156) em que, muitas vezes, a memória coletiva acaba por converter-se. Em poucas palavras, isso significa que a literatura é o espaço, por excelência, em que se podem registrar muitas das tensões e contradições inerentes às experiências históricas e que são negligenciadas pela narrativa historiográfica por muito tempo. É nesse sentido que ressaltamos uma vez mais a relevância do nosso objeto de estudo, *O esplendor de Portugal* (1997), que, certamente, muito ainda tem a nos revelar a respeito das experiências que nele são representadas. Sobre o que se encena no romance, afirmamos tratar-se nada menos do que a focalização – no espaço português e, sobretudo, no angolano – do colonialismo e do contexto que se segue ao seu fim como partes constituintes de uma complexa dinâmica mundial, que envolve a expansão do capitalismo e as disputas políticas, econômicas e ideológicas internacionais que marcaram a segunda metade do século XX.

Em linhas gerais, essa representação funda-se essencialmente na abrangência, ao longo do enredo, de três grandes “blocos” históricos que se inter-relacionam e que convergem para o presente da narrativa. Nesses blocos ou temporalidades, abarcam-se os contextos da ocupação de Angola pelos portugueses (a partir do final do século XIX), da guerra colonial (iniciada em Angola em 1961) e do período seguinte à independência angolana, marcado, entre outras questões, pelo acirramento da guerra civil naquele país (no livro esse período abarca os anos de 1978 a 1995). Conforme demonstraremos em nossa análise do romance, operada no capítulo 3 desta dissertação, o elemento da realidade que une e justapõe todas essas temporalidades no livro é a manifestação, em Angola (principalmente) e também em Portugal, da relação dialética entre o desenvolvimento do capitalismo das grandes potências mundiais e o capitalismo atrasado português. No referido capítulo, demonstraremos que são justamente alguns dos movimentos característicos das correlações entre colonialismo e pós-colonialismo, no âmbito do desenvolvimento capitalista, que formam o alicerce de *O esplendor de Portugal*.

No que se refere a esses movimentos históricos, podemos adiantar que eles são representados na composição literária por meio, sobretudo, da imbricação das diversas temporalidades que nela figuram. Entre essas temporalidades constroem-se elos que as tornam indissociáveis umas das outras, estabelecendo-se assim relações causais entre os diversos

passados e presentes⁶ que se apresentam no livro. O estabelecimento dessas relações na narrativa, por sua vez, é responsável pela representação dos presentes vividos pelos narradores como sendo resultados da acumulação de todas as temporalidades abarcadas no enredo. O traço comum e ponto de convergência entre elas é a violência que marca, de forma contundente, todas as relações sociais encenadas no romance e, nas circunstâncias daquelas experiências colonial e pós-colonial, a formação precária das subjetividades.

Essa fusão, no corpo da narrativa, de diferentes temporalidades do colonialismo e do período pós-colonial é o primeiro nível em que se concretiza a representação das conexões entre as experiências colonial, pós-colonial e capitalista vivenciadas pelos colonos proprietários que protagonizam o romance. Por meio desse procedimento, clareiam-se aspectos importantes da presença portuguesa na África, nem sempre levados em conta nos estudos sobre *O esplendor de Portugal*. É o caso, por exemplo, da mediação de interesses capitalistas na constituição e manutenção, em Angola, das formas sociais de base do colonialismo português, além da constituição, naquele país, de uma ampla rede de exploração, em cujo topo estava o grande capital internacional e em cuja base encontravam-se os negros angolanos.

O outro nível em que essas conexões são representadas no texto literário é o da subjetividade dos narradores. A condição particular de proprietários (com origem portuguesa pobre) no espaço angolano e a sua relação problemática com a realidade, tal como é exposta no plano da enunciação, dão conta de um processo de desintegração dessas subjetividades, como verificaremos mais detalhadamente no capítulo seguinte. Com base na experiência objetiva, para além de qualquer ligação afetiva com a terra angolana, é a frustração das expectativas ligadas à propriedade e à obtenção de lucros sobre aquela terra o que trava os movimentos dos protagonistas de *O esplendor de Portugal*. O saudosismo em relação aos passados rememorados e a revolta e melancolia diante dos presentes vivenciados são as faces mais visíveis de um processo de decomposição social e subjetiva.

O entrelaçamento entre colonialismo e desenvolvimento capitalista sustenta a fragilidade das posições ocupadas pelos colonos proprietários na rede de subordinação e exploração instituída na ex-colônia portuguesa – uma rede que também os submetia. No entanto, um dos aspectos decisivos da obra de Lobo Antunes consiste na evidência de que a subordinação desses colonos ao Estado português e ao capital internacional – representado pelas grandes companhias presentes em Angola – não abrandava o papel que eles desempenhavam

⁶ Dizemos que se trata de “presentes” (no plural) porque os tempos da enunciação de todos os narradores não são os mesmos. Assim, ao passo que os personagens que estão em Portugal narram em 24 de dezembro de 1995, Isilda, que está em Angola, narra em diferentes datas, enquadradas entre 1978 e 1995.

na exploração violenta e primitiva da terra e, sobretudo, dos trabalhadores camponeses angolanos. Ao contrário, em *O esplendor de Portugal* desvelam-se de maneira categórica o alinhamento desses portugueses no processo em que se enquadravam e os interesses econômicos que guiavam suas práticas de violência social nos anos do colonialismo.

O engenho do desígnio autoral faz sobressaírem todas essas questões no conjunto da narrativa, a despeito das dificuldades de percepção dos protagonistas acerca de suas próprias práticas sociais e das de seus antepassados (desdobradas nos presentes em que se situam esses protagonistas narradores). Para apreendermos o teor da crítica ao passado colonial português na África operado no romance, é necessário que atentemos, sobretudo, ao que esses narradores não dizem, mas que o arranjo da composição pelo narrador implícito nos revela, quando observamos os personagens, seus discursos, práticas e contradições, bem como as questões históricas que os envolvem, todos em conjunção.

No romance de António Lobo Antunes, estão em questão os fundamentos históricos e econômicos da estrutura colonial estabelecida em Angola, bem como das reconfigurações sociais e econômicas por que passou esse espaço após a independência (incluindo ainda a sociedade portuguesa). Para entendermos esses fundamentos e, assim, darmos maior clareza à análise do romance, é importante salientarmos alguns dados da realidade que remontam aos períodos históricos que despontam no enredo. Assim sendo, apresentaremos, neste capítulo, um chão histórico que, no entanto, não é suficiente – disso estamos cientes – para a exposição da complexa totalidade da matéria histórica: desse modo, abordaremos aspectos específicos da realidade posta em questão em *O esplendor de Portugal* e que estarão no centro de nossa interpretação da obra.

Ressaltamos ainda que a divisão entre as temporalidades históricas apresentada neste capítulo tem a finalidade de sistematizar as informações, enquanto, no romance, os blocos históricos dialogam entre si, com linhas de continuidade e ruptura entre eles. As imbricações entre os blocos, a interseção entre temporalidades e espaços, bem como as tensões que marcam essa interseção, são dinâmicas dialéticas que sustentam toda a arquitetura de *O esplendor de Portugal* e que dão alcance ao seu sentido crítico mais amplo, como veremos.

Tendo em vista que o ponto fulcral da obra de que estamos tratando, conforme já assinalamos, diz respeito à reverberação em Angola das relações entre o colonialismo português e a dinâmica capitalista mundial, começaremos nossos apontamentos históricos esclarecendo os termos em que entendemos essas relações. Para isso, focalizaremos, de início, a noção de especificidade do colonialismo português, muito referida em estudos sobre a literatura da guerra colonial, o colonialismo e o Portugal contemporâneo. A retomada dessa noção e a discussão

que propomos a seu respeito têm a finalidade de deixarmos muito claro o ângulo pelo qual enxergamos essa especificidade – ângulo que motiva e sustenta em grande medida nossa leitura da obra de Lobo Antunes e que nos auxiliou a apreender muito das matérias elaboradas ali.

Ainda no encalço das questões suscitadas a partir da leitura de *O esplendor de Portugal*, trataremos do período da ocupação portuguesa efetiva nos territórios africanos, e, para entendermos os processos de violência que permeiam as páginas do livro, nossa atenção estará voltada à intervenção do processo do desenvolvimento capitalista global na constituição das formas de base que regeram as relações sociais e as práticas de exploração estabelecidas pelos portugueses na África⁷, notadamente marcadas pelo primitivismo e pela violência, e às contradições e tensões que emanaram das inter-relações entre o capitalismo avançado das potências europeias e o capitalismo português atrasado. Destacaremos ainda, dentro desse quadro, o estabelecimento de uma rede de exploração no topo da qual encontravam-se os detentores do grande capital e em cujas bases encontravam-se as formas mais arcaicas de exploração, praticadas em solo africano.

No que concerne ao período da guerra colonial em Angola (de 1961 a 1975), tocaremos em algumas questões também intimamente relacionadas aos interesses capitalistas em jogo à época. A principal delas liga-se às reconfigurações pelas quais a geopolítica mundial passou fundamentalmente após a Segunda Guerra Mundial, que envolveram, entre outros fatores, a emergência dos Estados Unidos como potência econômica mundial e a bipolarização ideológica do mundo, que caracterizou as disputas internacionais relacionadas à Guerra Fria. Nossa intenção, com isso, é mostrarmos a maneira como essas reconfigurações repercutiram em Angola, influenciando direta e indiretamente os rumos da guerra colonial.

Ademais, apresentaremos ainda neste capítulo uma questão bastante complexa, que, pelo que pudemos constatar ao longo de nossa pesquisa, não tem sido muito explorada quando se trata do colonialismo na antiga África portuguesa, mas cuja compreensão é fundamental para que possamos captar de maneira mais eficaz as contradições dos narradores que estudaremos no capítulo seguinte. Trata-se da emergência, nos anos que antecederam as independências de Angola e Moçambique, de nacionalismos independentistas brancos nesses países e em Portugal, muito emblemáticos das tensões que se colocavam entre as aspirações capitalistas dos colonos portugueses e o capitalismo atrasado de Portugal. A observação da ideologia de fundo desse processo e de sua inserção no contexto das tentativas de se estabelecerem projetos de inspiração

⁷ Uma vez que o espaço africano em que se situa o enredo de *O esplendor de Portugal* é o angolano, nossas observações serão muito mais voltadas a Angola.

capitalista e neocolonial na África é de extrema relevância para o entendimento da elaboração crítica do colonialismo desenvolvida em *O esplendor de Portugal*.

Finalmente, quando chegarmos ao contexto pós-colonial, pensaremos os anos finais do colonialismo português e os que se seguiram às independências africanas tendo em vista que essas temporalidades também se inserem em um movimento histórico mundial, marcado, conforme aponta Ahmad (2002), pela dialética entre as descolonizações, as lutas pelo socialismo e, novamente, as reconfigurações do sistema capitalista. Trata-se de um contexto em que a correlação de forças mundial não é a mesma do século XIX e primeiras décadas do XX, o que influencia sobremaneira a reorganização das realidades angolana e portuguesa. Dessa forma, atentaremos às correspondências entre as novas reorganizações do poder global e as reconfigurações políticas, econômicas e sociais da Angola independente, que serão caracterizadas, entre outros aspectos, pela intensificação da inserção da guerra civil em curso naquele país no subsistema da Guerra Fria na África Austral.

2.1 Que especificidade?

Como vimos na primeira seção deste trabalho, o império e, principalmente, suas crises sempre estiveram no centro do imaginário político, econômico e identitário da nação portuguesa. Também é notável a vinculação entre a posse dos territórios imperiais e um suposto direito histórico, atribuído ao povo português, de colonizar e civilizar. De acordo com Rosas (1995), na fantasia que sustenta essa ideia, a formação da nacionalidade portuguesa – “ela própria um processo integrador de várias ‘raças’ sob os ideais da fé cristã e da ‘portugalidade’” (ROSAS, 1995, p. 23) – e as suas circunstâncias geográficas seriam algumas das razões para a vocação descobridora, evangelizadora, civilizadora, enfim. A essa ideia da missão civilizadora singular de Portugal, que se acentua sobremaneira no contexto do Estado Novo, subjaz o esforço político-ideológico de se estabelecer uma distinção positiva entre o imperialismo português, supostamente pautado pela vocação histórica, e aquele praticado pelas potências imperialistas europeias, guiado estritamente por interesses econômicos. A esse respeito, Perry Anderson reporta-se às palavras do ex-Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, segundo o qual o imperialismo português destacava-se por constituir-se em uma

missão universalista que, durante séculos, o homem português tem levado a efeito e que jamais pode ser confundida com colonização, posta em termos de meros interesses materiais e segregação racial. (MOREIRA apud ANDERSON, 1966, p. 80)

As bases ideológicas e finalidades políticas desse tipo de formulação já foram por nós abordadas na seção anterior. Além disso, sua inautenticidade pode ser facilmente aferida, observando-se, por exemplo, o papel fulcral da economia das colônias africanas para Portugal, para o que recorremos novamente aos dois historiadores citados anteriormente. Rosas (1995, p. 21) afirma que as colônias portuguesas na África, sobretudo Angola e Moçambique, desde as últimas décadas do século XIX, “[...] se encontraram estreitamente ligadas ao próprio modelo de desenvolvimento econômico e político do capitalismo português”, constituindo-se, entre outras coisas, em “[...] fonte de acumulação decisiva das classes possidentes [...]”. Também Anderson (1966, p. 162), em uma análise contemporânea ao colonialismo português, constata essa inter-relação, ou ainda, a dependência econômica portuguesa em relação às suas colônias africanas:

A dependência econômica de Portugal das suas colônias é maior do que a de qualquer outra potência colonial, do passado ou do presente. Nunca teve a economia clássica colonial de “exportação e reexportação”; tem-se apoiado simples de predominantemente sobre os lucros em moeda estrangeira das suas colônias.

Não é difícil, pois, constatarmos que a desvinculação entre colonialismo e capitalismo no caso português é uma falácia.

No entanto, ainda assim, é fato que esse colonialismo não se materializou conforme os moldes do colonialismo britânico, entendido como sendo a norma; o colonialismo português foi um fato único, singular, e efetivamente, como não poderia deixar de ser, essa singularidade manifestou-se no plano objetivo das práticas e relações coloniais portuguesas. Nesse sentido é que atualmente, em estudos de crítica literária e de sociologia, entre outros, tem-se referido a essa especificidade pautando-se sobretudo pela noção de colonialismo subalterno⁸, muito estudada por Boaventura de Sousa Santos. De maneira sucinta, o conceito de colonialismo subalterno (SANTOS, 2003) remete à condição semiperiférica de Portugal dentro do sistema econômico mundial desde o século XVII – condição advinda do fato de o país constituir-se no centro de um império e em periferia em relação ao restante da Europa.

⁸ Como exemplos de estudos em que se utiliza essa noção, podemos citar os de Ribeiro (2004), Ribeiro e Ferreira (2003) e Fonseca (2004), esse último aludido mais detalhadamente em nosso primeiro capítulo.

Embora no famoso ensaio de Boaventura de Sousa Santos aluda-se, para caracterizar a posição semiperiférica de Portugal, às relações entre o colonialismo português e o parco desenvolvimento capitalista daquele país, tais alusões, em nosso entender, carecem de especificidade histórica. Para nos explicarmos, transcreveremos um dos trechos do ensaio em que essa relação é mencionada:

[...] a conjunção do colonialismo português com o capitalismo foi muito menos direta do que a que caracterizou o colonialismo britânico. Em muitos casos essa conjunção se deu por delegação, ou seja, sob o impacto da pressão inglesa por meio de mecanismos como condições de crédito e tratados internacionais desiguais. Assim, enquanto o Império Britânico assentou num equilíbrio dinâmico entre colonialismo e capitalismo, o Português assentou num desequilíbrio, igualmente dinâmico, entre um excesso de colonialismo e um déficit de capitalismo. (SANTOS, 2003, p. 25)

Como podemos observar, ainda que colonialismo e capitalismo sejam postos em conjunção, não se especifica em que consistiram os desequilíbrios referidos, ou ainda, não se abordam muito detalhadamente as consequências dessa conjunção na exploração portuguesa em solo africano. Cremos que isso se relacione ao fato de que o objetivo do autor seja fundamentalmente, a partir da ideia da subalternidade portuguesa, tratar de questões como a manifestação dessa subalternidade nos processos culturais, de representação e de construções identitárias, motivados pelas relações coloniais entre portugueses e africanos.

Não sendo nossa intenção aqui fazer uma crítica a essa concepção, apenas a apresentamos para estabelecermos um contraponto, que julgamos interessante e pertinente, entre ela e as concepções que nos guiam na composição do nosso quadro contextual e de nossa análise literária. É por isso que queremos apontar alguns aspectos da especificidade do colonialismo português compreendida nos termos de Santos (2003) que para nós constituem-se em problemáticas, na medida em que podem nos fazer incorrer no risco de, ao não observarmos a materialidade prática das relações entre colonialismo português e capitalismo mundial, deduzir que de alguma maneira o colonialismo português possa ter vindo a ser menos brutal do que aquele posto em prática pelas potências europeias avançadas economicamente; ou ainda, que possa ter havido, em alguma medida, um baralhamento das posições de dominadores e dominados nos territórios imperiais portugueses – ideia que, inclusive, esteve na base da análise de Fonseca (2004) acerca de *O esplendor de Portugal*, à qual nos reportamos no primeiro capítulo desta dissertação.

O primeiro desses aspectos, que se relacionam à compreensão do colonialismo português como sendo ambíguo (por ser semiperiférico), é a oposição estabelecida entre

portugueses e britânicos no sentido de que, ao contrário do que ocorreu com esses últimos, as relações coloniais portuguesas não teriam sido caracterizadas pela polarização colonizador – colonizado, mas pela ambivalência dessas relações (SANTOS, 2003). É nesse sentido que, ao tratar dos objetivos da crítica de cunho pós-colonial no âmbito do colonialismo português, Santos (2003) afirma que é sobre essa ambivalência que ela deve debruçar-se, ao contrário do que ocorre nos espaços coloniais polarizados. Segundo o autor,

O pós-colonialismo em língua portuguesa tem de centrar-se bem mais na crítica da ambivalência do que na reivindicação desta, e a crítica consistirá em distinguir as formas de ambivalência e hibridação que efetivamente dão voz ao subalterno (as hibridações emancipatórias) daquelas que usam a voz do subalterno para silenciá-lo (hibridações reacionárias). (SANTOS, 2003, p. 26)

Um outro ponto desse raciocínio que queremos assinalar, e que já se entrevê no trecho transcrito acima, é a manifestação dessa ambiguidade portuguesa na constituição da identidade dos colonos, que se autoidentificariam como colonizadores (na África) e como colonizados (pelas grandes potências europeias, sobretudo pela Inglaterra) ao mesmo tempo. Ainda segundo Santos (2003), essa duplicidade identitária decorria do fato de que, para o colonizador português, o colonizado africano não era totalmente um outro, na medida em que ele próprio (o português) continha em si uma parte dessa identidade de colonizado. A esse respeito, Santos (2003, p. 27) afirma o seguinte:

Para o pós-colonialismo de língua portuguesa a ambivalência das representações não decorre apenas de não haver uma distinção clara entre a identidade do colonizador e a do colonizado, mas também de essa distinção estar inscrita na própria identidade do colonizador português, a qual não se limita a conter em si a identidade do outro, o colonizado por ele, pois contém ela própria a identidade do colonizador enquanto colonizado por outrem.

A respeito desses dois pontos da análise de Santos (2003), esclarecemos que, no ensaio, eles focalizam principalmente as relações coloniais estabelecidas anteriormente ao período que abrangemos em nosso estudo, que focaliza a história do colonialismo português a partir da segunda metade do século XIX. Sobre esse período (as décadas finais do século XIX), aliás, o autor afirma tratar-se de um momento em que, pelas exigências de manutenção das colônias, as ambiguidades entre colonizador e colonizado neutralizaram-se e o colono português passou então a encarnar definitivamente a imagem imperial, quando então as relações passaram a caracterizar-se pela polarização, outrora inexistente no âmbito do império português, entre as duas figuras. Todavia, apesar disso, os delineamentos identitários referidos antes teriam ficado

enraizados no colonizador, o qual “[...] não podia contudo romper inteiramente com a longa duração histórica da interidentidade entre Próspero e Caliban” (SANTOS, 2003, p. 45). E é nos termos dessa reemergência da ambiguidade – do trânsito da identidade portuguesa entre Próspero e Caliban – e da dificuldade de Portugal em se impor como um Próspero, que Santos (2003) caracteriza a falta de competência do colonizador português, traduzida, entre outras coisas, por formas coercitivas violentas e pela exploração deficitária das riquezas africanas.

Em nosso entendimento, se vistas por esses ângulos, as práticas coloniais portuguesas continuam fulgurando numa constelação simbólica em que vigoram termos – como identidade, representação, cultura, autoidentificação etc. – que carecem de materialidade e, conseqüentemente, a inserção do colonialismo português em uma dinâmica histórica mundial muito concreta, que determinou as suas formas objetivas, acaba por ser relegada a segundo plano. Dito de outro modo, cremos que essa abordagem da especificidade portuguesa, mais voltada a questões relativas a processos identitários e culturais, sem que se pense bem nas condições objetivas em que esses processos se deram, atenua as implicações da mediação capitalista na constituição das relações coloniais de diversa ordem, marcadas, ressaltamos, pelo primitivismo e pela violência extrema. É por isso que, para tratarmos da colonização portuguesa na África, e nomeadamente em Angola, queremos situá-la dentro dessa dinâmica capitalista mundial, à qual ela não se opõe e com a qual, ao contrário, dialoga dialeticamente. Entre outras coisas, isso significa que, de acordo com nosso ponto de vista, a temporalidade do capitalismo atrasado português é contemporânea e inserida na temporalidade do capitalismo avançado das potências europeias, constituindo ambas duas faces da mesma moeda, que, assim, devem ser postas e analisadas em conjunção. Nas palavras de Anderson (1966, p. 81), “A verdade é que o colonialismo português é um fracasso na realização de um padrão imperial normal, jamais uma opção para suplantá-lo”.

Nesse sentido, nossa ideia de especificidade portuguesa remete não a um colonialismo subalterno, mas a um modelo imperial capitalista fracassado, cujas formas, arcaicas, estiveram em conformidade com o atraso do desenvolvimento capitalista português e, por outro lado, serviram em muito aos interesses do capitalismo avançado, como veremos mais adiante. Trata-se, por fim, de um sistema colonial que chega à década de 1960, quando se iniciam oficialmente as lutas de libertação nas então colônias portuguesas na África, marcado por essas formas arcaicas construídas desde meados do XIX, ou seja:

Trabalho forçado em massa: leis transmitidas *de facto*: capital estrangeiro onipresente: um conjunto de proletariado branco incendiário: uma superestrutura

de magia: uma máquina social e econômica funcionando num vazio, **impulsionada pelo terror puro**. (ANDERSON, 1966, p. 99. Grifo nosso.)

Excetuando-se a “estrutura de magia” – que se refere à ideologia colonial portuguesa pautada nos mitos imperiais, da qual já tratamos em nossa primeira seção –, são essas formas e suas relações com o capitalismo que focalizaremos na contextualização histórica que operaremos adiante. E, entre outras coisas, constataremos que, mesmo no caso do colonialismo português, não podemos referir-nos a qualquer tipo de baralhamento de posições ou de ambivalências concretas, pois essas posições sempre estiveram muito bem-marcadas em Angola. O que ocorre é que a delimitação dessas posições não pode ser observada isoladamente, isto é, visando-se apenas as relações entre colonizadores e colonizados que se davam em território angolano, pois essas relações fazem parte de uma escala maior de subordinação e exploração em cujo topo está o grande capital, concentrado nos países de capitalismo avançado, que, por sua vez, regula o restante da escala até a base, nas zonas mais pobres do globo, como é o caso de Angola.

2.2 Capitalismo e colonização portuguesa na África

A imbricação entre a economia portuguesa arcaica e a organização econômica e social das colônias africanas de Portugal a partir da segunda metade do século XIX foi marcada pelo estabelecimento e persistência de formas sociais igualmente arcaicas e violentas. Para a visualização e compreensão dessas formas, muito nos auxiliaram as análises de Perry Anderson (1966), contemporâneas à guerra de libertação nacional em Angola, acerca daquilo que ele chamou de “anomalia do imperialismo português” (ANDERSON, 1966, p. 17). Para nós, essas análises têm especial relevância na medida em que focalizam a história da ocupação dos territórios ultramarinos pelas metrópoles europeias levando-se em consideração principalmente as estruturas econômicas que perpassaram essa história e que, de diferentes maneiras para Portugal e para as outras potências expansionistas, motivaram e conduziram os modelos de colonização das terras africanas.

Dito isso, o primeiro aspecto da presença portuguesa na África que queremos destacar servirá, antes de tudo, para extrairmos essa presença de dentro daquela aura de misticismo com a qual o discurso estado-novista exaltador da vocação histórica civilizadora insistiu em cobri-la. Referimo-nos ao fato de que a ocupação dos territórios ultramarinos por Portugal foi, desde

o século XV, guiada por razões muito concretas, mais especificamente, econômicas. Ou seja, a qualidade do estabelecimento português na África dependeu desde o início da serventia desta para a manutenção das empresas econômicas/comerciais de Portugal⁹.

Foi, entretanto, apenas a partir das primeiras décadas do século XIX que Portugal tentou de maneira mais efetiva acentuar sua presença e garantir sua soberania sobre os territórios africanos a que os navegadores portugueses haviam chegado séculos antes. Isso se deveu principalmente à crescente presença e influência estrangeira (especialmente britânica e alemã), motivadas por interesses comerciais, naqueles territórios. Contudo, a sua ocupação efetiva era demasiado difícil para os portugueses, que, além de não possuírem os recursos humanos e materiais necessários para tal empreitada, esbarravam na forte resistência dos africanos, sobretudo nas zonas interioranas, e nos interesses internacionais de domínio sobre aquelas regiões.

Um episódio ilustrativo da resistência internacional à ocupação portuguesa em certas áreas da África ocorreu em 1846, quando as autoridades britânicas recusaram-se a reconhecer o domínio português sobre uma das áreas mais importantes para o transporte comercial realizado pelos europeus: a costa norte de Ambriz, até a foz do rio Congo (WHEELER; PÉLISSIER, 2013). A dependência econômica de Portugal em relação à Alemanha e, muito especialmente, à Inglaterra deixava o país numa posição de fragilidade nessas disputas por controle territorial e distanciava os portugueses da almejada soberania sobre importantes áreas da África Austral. Tanto assim que, conforme apontam Wheeler e Péliissier (2013), apenas em 1840 os portugueses conseguiram de fato estabelecer uma cidade no sul de Angola, para além de Luanda e Benguela (suas mais sólidas bases), a qual foi batizada de Moçâmedes¹⁰ (hoje, Namibe).

⁹ Para constataremos a autenticidade dessa afirmação, podemos, por exemplo, reportarmo-nos aos primeiros anos dos portugueses por aquelas paragens e às diferenças relativas às ocupações das costas oriental e ocidental africanas – diferenças que evidenciam os critérios portugueses para a sua inserção nos territórios. A área da costa oriental onde Portugal primeiro estabeleceu as suas bases (região onde se encontra Moçambique), do início do século XV ao início do XIX serviu àquele país exclusivamente como base de abastecimento e proteção para o tráfego comercial com a Índia e a Indonésia (ANDERSON, 1966) e, portanto, permaneceu praticamente despovoada e sem investimentos. Em contrapartida, as investidas na costa ocidental (região em que se localizam Angola e a foz do rio Congo) beneficiaram-se de maiores recursos materiais e militares vindos da metrópole. Certamente, esses investimentos relacionam-se à funcionalidade econômica da área para Portugal, uma vez que era de lá que saía o sem-número de escravos imprescindíveis ao desenvolvimento e à manutenção da economia açucareira no Brasil (ANDERSON, 1966; WHEELER; PÉLISSIER, 2013). Além disso, outro fato que atesta o atrelamento da inserção portuguesa na África a fatores econômicos é a conformidade com que se deram a queda do comércio com a Índia e a Indonésia, o declínio do tráfico negreiro e, paralelamente, a desintegração das já precárias ocupações portuguesas nas regiões de Angola e Moçambique.

¹⁰ A cidade de Moçâmedes tem papel de destaque em *O esplendor de Portugal*, entre outros fatores, porque as circunstâncias do estabelecimento dessa cidade nos ajudará a compreender as origens da família que protagoniza o romance, do que trataremos com mais detalhes no capítulo 3, quando procederemos à análise literária.

Afora todas as contendas envolvendo portugueses e outros europeus a respeito do estabelecimento de seus domínios ultramarinos, ocorridas ao longo de vários séculos, a primeira grande consequência prática do atraso português e de sua dependência econômica foi a perda oficial de vastos territórios quando da “partilha da África”, formalizada na Conferência de Berlim. Todavia, tanto a Conferência quanto o posterior *Ultimatum* britânico foram consumações de processos de negociação sobre os territórios africanos, nos quais Portugal já vinha perdendo espaço. Para ilustrarmos o modo como se encaminhavam essas negociações, remetemo-nos ao ano de 1882, quando a Inglaterra, que, como vimos acima, vinha se opondo ao controle português da região da foz do rio Congo, mudou de posição a esse respeito. Essa mudança não se deveu a outra coisa senão a interesses econômicos, isto é, tratou-se de uma tentativa britânica de contenção do avanço da França e da Bélgica sobre a África Equatorial. Tal avanço ameaçava os interesses ingleses na medida em que aqueles países poderiam bloquear a bacia do rio Congo para a Grã-Bretanha, e um modo de impedir que isso acontecesse era reconhecer a soberania de Portugal sobre as duas margens do rio, o que garantiria aos ingleses a liberdade de navegação, além de outros privilégios (ANDERSON, 1966). Contudo, essa aliança entre Inglaterra e Portugal, a respeito do controle da área referida, não chegou a se concretizar, pois esbarrou na forte oposição da França e da Alemanha. Foi, então, em meio a esse imbróglio, que se realizou a Conferência de Berlim, em 1884-85, na qual Portugal acabou por perder toda a margem norte do rio¹¹.

Além da posição delicada de Portugal no cenário do imperialismo europeu, o exame desse tipo de negociação ajuda-nos a constatar que a colonização portuguesa na África foi acentuadamente conduzida pelos interesses e impasses econômicos internacionais. Segundo Anderson (1966, p. 34. Itálicos do autor.),

As negociações no Congo, de 1884-85, que marcaram a entrada de Portugal na arena da partilha da África eram o resultado de apreensões *britânicas* a respeito da penetração *francesa e belga* na África Equatorial. Portugal entrou no jogo dos acontecimentos por ricochete: a França e o Rei Leopoldo ameaçavam as posições britânicas e a Inglaterra contramanobrava, manipulando Portugal. A Inglaterra

¹¹ Como sabemos, seguiu-se à Conferência de Berlim o delineamento do chamado mapa cor-de-rosa, reflexo das aspirações portuguesas a respeito da formação de um império que abrangesse a área entre Angola e Moçambique (o império de costa a costa). A contradição dessas aspirações, entretanto, residia no fato de que, embora reivindicasse esses territórios, Portugal jamais havia procedido à sua efetiva ocupação militar e administrativa, o que foi usado pela Inglaterra como argumento para rejeitar os acordos quiméricos, relacionados ao mapa cor-de-rosa, estabelecidos entre Portugal, França e Alemanha. A despeito da recusa inglesa, Portugal enviou expedições, sob o comando de Serpa Pinto, a regiões sob o controle da Inglaterra. E a essa empreitada, como também é de nosso conhecimento, seguiu-se imediatamente a reação britânica, por meio do ultimato dirigido a Portugal em 1891. Foi, então, somente depois do ultimato britânico que os territórios de Portugal na África restringiram-se fundamentalmente a Angola e Moçambique.

considerava Portugal um país de tal modo fraco que já contava como sendo zonas virtualmente suas aquelas que fossem reconhecidas como de domínio português.

Foi também nesse contexto da “corrida para a África”, na qual Portugal saía perdendo, que o país passou a mobilizar esforços materiais e humanos para a ocupação sistemática e efetiva das áreas que lhe couberam nessa partilha, colocando em prática as chamadas campanhas de pacificação (ALEXANDRE, 1993), que, na realidade, constituíram-se em expedições destinadas a eliminar de vez, pelo uso intensivo da força, as resistências africanas ao domínio português do território. Um exemplo da determinação e ferocidade dessas campanhas é referido por Alexandre (1993): a captura do rei Gungunhana, do antigo reino de Gaza, em Moçambique, e a sua exposição pelas ruas de Lisboa, semelhante à de um troféu de guerra. Essas campanhas duraram até o fim da Primeira Guerra Mundial e, só então, Angola e Moçambique estiveram totalmente sob o controle de Portugal (ANDERSON, 1966).

2.2.1 Formas do colonialismo português pré-industrial¹²

Até aqui, é de se notar que as ações portuguesas na África estiveram sempre atreladas ou, mais do que isso, foram sempre muito determinadas pelas conjunturas políticas e econômicas das quais Portugal era parte, estando suas ações em grande medida atadas pelas decisões de outras nações europeias. Essa inter-relação e seus desdobramentos concretos nos rumos da colonização portuguesa, especificamente a partir do século XIX, caracterizam o que Perry Anderson (1966, p. 38) chamou de “colonização reflexa”. Com essa expressão, o historiador designa uma colonização que, segundo ele, deu-se de fora para dentro, isto é, que, diferentemente do que ocorreu com as colonizações postas em prática por outras nações europeias em intensa expansão capitalista, não nasceu de um impulso industrial interno, mas de impulsos externos. Dessa forma, o que determinou, desde o início, a diferença do colonialismo português em relação aos demais foi a articulação entre a economia arcaica de Portugal e o acentuado desenvolvimento industrial especialmente da Inglaterra e da Alemanha, além das consequências objetivas dessa articulação no modelo colonial levado a cabo por Portugal na África. As formas sociais que estiveram nas bases desse modelo, praticamente inalteradas até a saída dos portugueses do continente africano, ocupam papel de destaque em *O esplendor de*

¹² Essa expressão é utilizada por Anderson (1966) para referir-se ao imperialismo português, numa oposição ao colonialismo de impulso industrializante das potências industriais europeias.

Portugal, o que torna a compreensão dessas formas, bem como a de suas relações com as dinâmicas capitalistas mundiais, de extrema relevância para que possamos alcançar um melhor entendimento acerca da crítica ao colonialismo que se constrói na obra.

Nesse sentido, para perscrutarmos as especificidades do colonialismo português e para que possamos situá-lo no contexto mais amplo das colonizações europeias do século XIX, importa-nos verificar as principais diferenças concretas entre o modelo imperialista de impulso industrial e o modelo português, pré-industrial. Para isso, apresentaremos, de partida, algumas das características do imperialismo europeu em vigor no século XIX, designado por M'Bokolo (2011, p. 392) de “capitalismo colonial”. Porém, antes de prosseguirmos, queremos ressaltar que nossos apontamentos acerca das formas do capitalismo colonial praticado pelas potências industriais europeias não são, absolutamente, suficientes para uma compreensão completa das ações predatórias da Inglaterra, Alemanha, França e Itália em todo o continente africano¹³. Nossos focos serão as principais estruturas de base desse colonialismo para entendermos em que medida o processo português diferencia-se dele.

A primeira questão a abordar, concernente ao novo tipo de imperialismo europeu, diz respeito ao seu pilar motivacional: a circunstância do vertiginoso desenvolvimento industrial das potências europeias, do qual resulta a necessidade de um novo tipo de exploração dos territórios ultramarinos. Tal necessidade liga-se aos novos processos industriais e ao paralelo desenvolvimento do capitalismo, que exigiam a obtenção de matérias-primas em quantidades sem precedentes e a abertura de novos mercados consumidores para os produtos manufaturados. A satisfação dessas necessidades, por sua vez, assentava-se na África, daí o impulso da corrida para a África:

Sonhando com os tesouros do continente negro e desejosas de rentabilidade, as potências coloniais precipitaram-se numa exploração econômica que muitas vezes assumiu a forma de uma pilhagem pura e simples, e cujos efeitos nefastos foram ainda agravados pelas calamidades “naturais” ligadas à intrusão colonial. (M'BOKOLO, 2011, p. 392)

Assim sendo, não foi à toa que, nas últimas décadas do século XIX, 80% do território africano encontrava-se sob o controle dos três países mais industrializados do mundo: Inglaterra, França e Alemanha (ANDERSON, 1966).

Logo de início, as ocupações da África por parte dessas potências caracterizaram-se pela violência imposta aos africanos de diversas maneiras, por exemplo, por meio do trabalho

¹³ Para um aprofundamento dessa questão, sugerimos, entre outras, a obra de Elikia M'Bokolo: *África Negra – História e civilizações*. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias) (2011).

forçado, do cultivo obrigatório e das expropriações de gado e de terra pelos colonizadores (M'BOKOLO, 2011). Todo esse processo foi guiado inicialmente pela batuta de uma instância muito característica do tipo de colonização posta em prática pelas potências europeias e também muito representativa do controle que exercia sobre a África o grande capital. Referimo-nos às chamadas companhias concessionárias, que, nos períodos iniciais da “corrida para a África”, controlavam todo o território africano que nominalmente pertencia às potências imperiais. As concessionárias eram companhias privadas que assumiam o controle da região em que estivessem estabelecidas em diversos âmbitos, inclusive no âmbito do exercício de poderes públicos. A respeito do peso dessas companhias na organização inicial do imperialismo das potências industrializadas, Anderson (1966, p. 30) afirma o seguinte:

A mais expressiva instituição desse imperialismo foi a companhia concessionária. A iniciativa política e geográfica foi tomada em mãos por organizações privadas poderosas, antes de a intervenção estatal ter lugar. As companhias assumiram o estatuto político de semissoberania, administrando vastíssimas áreas da África com seus orçamentos, leis, polícia e diplomacia próprias.

Na entrada do século XX, entretanto, os processos de colonização passaram por certos reajustamentos. Isso porque a continuidade do desenvolvimento capitalista impunha, depois de um primeiro momento de acumulação primitiva, o estabelecimento de um tipo de colonização mais racional. Conforme aponta M'Bokolo (2011, p. 411), “A colonização predadora e as calamidades que a acompanhavam estavam em contradição com os interesses a longo prazo do capitalismo colonial”. É por isso que, por exemplo, o sistema de concessões, dentro do qual as companhias privadas exerciam abusos de toda ordem, passou a ser gradativamente substituído por uma economia organizada de acordo com a divisão internacional do trabalho, cujos resultados eram muito mais rentáveis (M'BOKOLO, 2011). Dessa maneira, nas primeiras décadas do século XX, iniciou-se uma certa flexibilização das formas de exploração capitalista do trabalho em algumas colônias.

A respeito dessa flexibilização, Anderson (1966) também ressalta a circunstância de que a diminuição da coerção brutal dos trabalhadores esteve atrelada, antes de tudo, à necessidade de se criarem mercados consumidores dependentes das metrópoles, o que, por sua vez, exigia que os trabalhadores africanos tivessem um rendimento mínimo para tal. Além disso, os avanços tecnológicos permitiram a racionalização e, conseqüentemente, a otimização dos processos exploratórios dos recursos das colônias. Em consequência, a mão de obra necessária nas bases desses processos deveriam receber o mínimo de instrução e de condições materiais para exercer suas funções com o máximo de eficiência. Para Anderson (1966), são essas as

lógicas que estão na base da sofisticação dos modos de exploração dos colonialismos industriais¹⁴.

Feitos esses breves apontamentos a respeito de algumas das características do imperialismo industrial europeu, interessa-nos entender a maneira como Portugal enquadrou-se nesse contexto. Como sabemos, o país não acompanhou os níveis de desenvolvimento das potências europeias e já tivemos a oportunidade de verificar, em nosso primeiro capítulo, que o atraso industrial, político e cultural português em relação ao restante da Europa já na segunda metade do século XIX era alvo das críticas de escritores e intelectuais portugueses, assim como o ônus que as despesas ocasionadas pelas tentativas de ocupação na África acarretavam ao país, piorando ainda mais a sua situação econômica. Quando Portugal entrou no século XX, pouca coisa havia mudado quanto a essa situação, e o espaço e tempo do capitalismo português continuou discrepando do espaço e tempo do desenvolvimento capitalista das potências mundiais, configurando-se em sua contraparte.

Para abordarmos essa discrepância, temos de lembrar, antes de tudo, que na primeira metade do século XX o capitalismo global já se encontrava em outro estágio de desenvolvimento. No período posterior à Depressão dos anos de 1930, a terrível experiência da Segunda Guerra Mundial havia eliminado um dos principais fatores daquela crise – o descompasso entre a oferta e a procura de mercadorias – e motivado o desenvolvimento de novas tecnologias (AHMAD, 2002). Foi no período final da Guerra e nos anos imediatamente subsequentes ao seu fim que a humanidade assistiu tanto ao superdesenvolvimento do capitalismo quanto à consolidação da hegemonia dos Estados Unidos no mundo. Segundo Ahmad (2002, p. 28), o período pós-Guerra “[...] testemunhou o crescimento, a unificação e o poder tecnológico historicamente sem precedentes do próprio capitalismo [...]”, e, além disso,

Não apenas os Estados Unidos emergiram como o poder capitalista hegemônico, mas ao final da Segunda Guerra Mundial seus níveis de acumulação eram já muito maiores do que a Grã-Bretanha e a França jamais haviam experimentado até mesmo no auge do período colonial [...] (AHMAD, 2002, p. 28)

¹⁴ Com exceção do que ocorreu na África do Sul, que, apesar de se constituir na área mais industrializada do continente, ainda na década de 1960 fazia amplo uso do trabalho forçado. Perry Anderson aponta que as condições materiais dos trabalhadores das minas da África do Sul eram inferiores aos níveis necessários à subsistência e afirma que “[...] é precisamente a *irracionalidade* econômica da indústria do ouro sul-africana que torna isso necessário. O minério do Rand é de um teor tão pobre e, atualmente, encontra-se a tamanhas profundidades, que, em condições normais, a sua extração seria economicamente inviável [...]” (ANDERSON, 1966, p. 57. *Itálico do autor.*).

Em contrapartida, o capitalismo português continuava essencialmente atrasado. Conforme os apontamentos de Anderson (1966), na década de 1960 a economia rural absorvia nada menos que cerca de 50% da mão de obra em Portugal, e, todavia, a agricultura possuía baixíssimos níveis de mecanização. Ademais, a indústria pesada era praticamente inexistente no país e o mercado consumidor, muito limitado. A economia interna era controlada por oligarquias, e a presença de capital estrangeiro, principalmente britânico e norte-americano, era acentuada. A relação econômica com as colônias era exatamente oposta às estabelecidas pelas potências imperialistas:

Com a única exceção do algodão para a indústria têxtil, a clássica absorção colonialista de matérias-primas para reexportação como produtos manufaturados não ocorre. A balança é exatamente inversa: exportação quase total de matérias-primas (cortiça, vinho, etc., envolvendo um mínimo de intervenção tecnológica) e importação de manufaturados. O padrão é, assim, o verdadeiro reverso de uma economia imperialista. (ANDERSON, 1966, p. 7)

Tudo isso, ressaltamos, enquadrado em um regime político ditatorial, conservador e retrógrado, que exaltava o que chamava de vocação rural da nação¹⁵.

O atraso da metrópole evidentemente refletia-se em suas colônias, onde se mantinham formas arcaicas de organização econômica e onde se instauraram e mantiveram estruturas primitivas de exploração de recursos e da força de trabalho africana. Trata-se de anacronismos que persistiram nas colônias portuguesas na África até o fim do colonialismo, geradores de tensões sociais e desencadeadores de relações violentas em cadeia, amplamente representadas em *O esplendor de Portugal*.

Para verificarmos como se deram alguns desses processos sociais em Angola, abordaremos dois aspectos da organização econômica da ex-colônia que consideramos fundamentais para o entendimento das articulações entre o capitalismo avançado e o capitalismo atrasado de Portugal e de suas manifestações concretas no espaço africano. Tais aspectos referem-se aos modos de exploração da mão de obra africana e à atuação do grande capital internacional na organização econômica e social das colônias portuguesas na África.

¹⁵ Quanto a essa espécie de mitologia rural, Rosas (2012) expõe que o Estado Novo esforçava-se em disseminar, por meio da propaganda oficial, a ideia de que o campo era o espaço concentracionário das virtudes pátrias e da harmonia social, por estar imune, entre outras coisas, a ambições desmedidas que poderiam gerar desordens sociais. Conforme o historiador, “Daí também um discurso caro a certos sectores do regime, aliás dominante a nível do aparelho de propaganda, de crítica à industrialização, de desconfiança da técnica, de crítica da urbanização e da proletarianização [...]” (ROSAS, 2012, p. 325). Os objetivos de controle dos trabalhadores e de manutenção das oligarquias rurais que subjazem a esse discurso não são difíceis de se deduzirem, tendo-se em vista o conjunto da inculcação ideológica engendrada pelo Estado Novo em Portugal.

2.2.1.1 O trabalho contratado (forçado)

Um dos aspectos a que nos referimos acima, intimamente relacionado às inter-relações entre capitalismo e colonialismo, diz respeito à instituição do trabalho forçado nas ex-colônias portuguesas na África. O dito trabalho contratado, que sustentou a economia naqueles terrenos e a obtenção de lucros sobre eles, constituía-se numa das formas mais violentas de exploração dos negros e ocupa um papel fulcral na obra de Lobo Antunes que analisaremos no capítulo seguinte. Embora esse tipo de dominação da mão de obra também tenha caracterizado os outros sistemas coloniais impostos pelos europeus, Anderson (1966) ressalta que a especificidade portuguesa, nesse caso, reside essencialmente na amplitude desse uso por um tempo tão longo (até a saída dos portugueses da África) e, além disso, no fato de que, segundo o historiador, em nenhum outro território o trabalho forçado ocupou o papel central, de sustentáculo mesmo, na organização da economia assim como ocorreu nas áreas sob domínio português.

O trabalho forçado na antiga África portuguesa – do qual se beneficiaram o Estado e os empreendimentos privados e cujo primeiro código data de 1878 (poucos anos depois da abolição da escravatura) – representou a continuidade da escravidão sob o codinome “trabalho contratado”¹⁶. Eis o que Henrique Galvão¹⁷ afirmou a respeito dessa nomenclatura:

Os nativos chamam ao trabalho forçado “contratos”. Quando são levados para um lugar de trabalho forçado, dizem que “vão em contrato” – porque os negros que vão assim em rebanho para o trabalho são chamados pelos brancos “contratados” – um eufemismo aparentemente destinado a dignificar o ultraje. (GALVÃO, 1974, p. 99)

A estruturação do sistema de contratos nas ex-colônias portuguesas estava inserida numa cadeia de subordinação desencadeada pelos interesses do grande capital. Quanto ao elemento que ocupava a posição privilegiada nessa cadeia, ao contrário do que o senso comum

¹⁶ Anderson (1966, p. 42) identifica quatro principais categorias em que o trabalho nas ex-colônias portuguesas dividia-se – “correcional, obrigatório, contratado e voluntário”, excetuando-se a economia africana de subsistência. Apesar disso, o papel fulcral na economia colonial era desempenhado pelo trabalho contratado, e é por isso que, aqui, nós nos deteremos nessa categoria, bem como nas relações sociais que ela motivou, que incluem, como verificaremos, a tessitura de uma ampla rede de corrupção e de violência desmedida entre os sujeitos desse processo.

¹⁷ Entre outros cargos e atividades desempenhadas em nome do governo de Salazar, Henrique Galvão foi governador de um distrito de Angola e Inspetor Superior da Administração Colonial. Entretanto, após a publicação do seu “Relatório sobre os problemas nativos nas colônias portuguesas”, Galvão tornou-se figura de destaque na oposição e combate ao regime salazarista.

possa nos induzir a pensar, ele não era o colono português proprietário de terras, mas as grandes companhias cujo capital era predominantemente estrangeiro, às quais aqueles proprietários estavam subordinados. Eram, então, fundamentalmente, os interesses dessas companhias que punham a funcionar toda a estrutura do trabalho contratado. Sobre o papel dos colonos nessa estrutura, Henrique Guerra afirma que a exploração da mão de obra africana por eles

[...] só pode subsistir se estiver subordinada ao grande capital, diretamente ou através do auxílio do Estado, só pode subsistir se se tornar um simples **agente do grande capital**, praticando as culturas e as atividades econômicas que interessem aos monopólios portugueses e ao imperialismo. (GUERRA, 1979, p. 58. Grifo do autor.)

Essencialmente, o autor refere-se à subordinação dos padrões colonos ao crédito e a outras formas de domínio do grande capital, como a imposição das culturas que lhe interessavam que os colonos estabelecessem em suas terras. Para ilustrar essa imposição, podemos nos referir, por exemplo, ao cultivo de algodão e girassol no norte de Angola. De acordo com Guerra (1979), nos últimos anos do colonialismo português, em Malanje¹⁸, havia 260 empresas desse ramo, sendo que a produção de todas elas era quase toda comprada pela Companhia Geral dos Algodões de Angola, S.A.R.L (COTONANG), cujo capital era português e belga. Esse tipo de informação permite-nos inferir que era com base na demanda que essas companhias impunham aos colonos que estes, por sua vez, calculavam a quantidade de mão de obra de que precisariam para supri-la e, a partir disso, começava então a ser tecida a parte mais complexa da rede que envolvia o trabalho contratado¹⁹.

Depois de estabelecida a necessidade de determinado número de trabalhadores nas fazendas, de maneira que se garantissem a produção e os lucros das companhias e dos colonos, os proprietários de terras portugueses dirigiam-se a recrutadores ou a empresas especializadas, portadores de licença concedida pela administração colonial para recrutar africanos para o trabalho nas fazendas. De acordo com os apontamentos de Anderson (1966), esses intermediários ficavam responsáveis por reunir o número de africanos solicitado pelos fazendeiros e, então, partiam em busca dessa mão de obra nas aldeias²⁰. Como cerca de 95% dos africanos estavam, pelos regulamentos oficiais, obrigados a esse tipo de contratação

¹⁸Onde também se situam os colonos proprietários protagonistas de *O esplendor de Portugal* nos anos do colonialismo.

¹⁹Nesse sentido, não é, sem dúvida, à toa que as referências à COTONANG atravessam as memórias dos personagens de *O esplendor de Portugal* e que a imagem dessa companhia permeia a construção das relações econômicas, de trabalho e familiares que aparecem no livro.

²⁰No caso de Angola, as regiões mais visadas por esses agentes eram as do Huambo e Bié, na área central do país (GUERRA, 1979).

(ANDERSON, 1966), os recrutados eram coagidos a deixarem suas aldeias com o intermediário rumo às grandes plantações dos colonos portugueses.

Ainda com base nas observações de Anderson (1966), verificamos que esse sistema engendrou uma ampla rede de corrupção, na forma de exigência e pagamentos de subornos. É o caso, por exemplo, das propinas que o recrutador muitas vezes pagava aos administradores coloniais locais, com a intenção de que se reprimisse, por meio da força e da intimidação, qualquer tentativa de fuga ou de resistência por parte dos moradores das aldeias. Por outro lado, mesmo os proprietários de terras também tinham de pagar altas quantias em subornos aos chefes de posto (figuras da administração que recebiam os contratados antes de eles chegarem às fazendas) para garantir o recebimento da quantidade de mão de obra de que necessitavam. Nessa rede de corrupção, apenas estavam imunes às extorsões de diversos tipos as grandes companhias privadas, que, além de controlarem a produção dos colonos, possuíam suas próprias plantações e se beneficiavam do trato direto com o Governo para angariar mão de obra, o que as isentava da mediação dos chefes de posto ou dos recrutadores e lhes garantia a satisfação de suas necessidades de força de trabalho sem maiores problemas.

Assim como a corrupção entre os agentes envolvidos nas contratações, a violência contra os africanos permeava todo o sistema do trabalho contratado, a começar pela coerção dos moradores das aldeias a deixarem-nas rumo a locais de trabalho estranhos para eles. Além disso, os líderes tribais também ficavam sujeitos a perseguições fiscais caso não incentivassem a população de determinada aldeia a não fugir do recrutamento e a não oferecer resistência a ele.

Afora essa violência praticada já no processo de recrutamento, as condições de trabalho dos africanos eram precaríssimas, seus salários baixíssimos “nunca ultrapassavam níveis simbólicos” (ANDERSON, 1966, p. 46) e suas condições materiais de vida não ultrapassavam os níveis de subsistência, sendo muitas vezes inferiores a eles. Para que possamos ter uma dimensão da precariedade a que estavam submetidos esses trabalhadores, reproduzimos abaixo alguns trechos do “Relatório sobre problemas nativos nas colônias portuguesas”, elaborado por Henrique Galvão no ano de 1947 e, posteriormente, publicado no volume *O assalto ao “Santa Maria”*. A respeito do trabalho contratado, entre outros relevantíssimos apontamentos, lemos o seguinte:

[...] a deslocação em massa de trabalhadores e as condições de trabalho que foram estabelecidas para outros, não só em emprego voluntário, mas também, e principalmente, em mão de obra forçada, levaram estas colônias a um estado assustador de esgotamento demográfico. A mais óbvia manifestação deste

esgotamento observa-se na queda contínua do índice de natalidade, na mortalidade infantil horivelmente elevada, no número sempre crescente de pessoas doentes e inválidas, e no alto índice de mortalidade resultante de diversas causas, entre as quais sobressaem as condições de trabalho e os métodos de recrutamento de mão de obra. (GALVÃO, 1974, p. 89-90)

E mais adiante:

Se quisermos ser realistas, a situação é pelo menos tão desumana como era nos tempos da completa escravatura. [...]

Atualmente, o negro não é vendido mas simplesmente alugado ao Governo sem perder o rótulo de homem livre. O patrão importa-se pouco que o homem viva ou morra, desde que trabalhe enquanto puder; pois o patrão pode pedir que lhe forneçam outro trabalhador, se o primeiro ficar incapacitado, ou se morrer. (GALVÃO, 1974, p. 97)

A violência do sistema de contratos era tamanha, que influenciava estruturalmente a arregimentação de mão de obra para as outras categorias de trabalho. Era o que acontecia em relação ao chamado trabalho voluntário, cujos salários eram ainda mais baixos do que os do trabalho contratado. No entanto, o trabalho voluntário era acordado diretamente entre o africano e um empregador de sua própria região e, assim sendo, tendo em vista a fatalidade de ser obrigado a deixar sua aldeia e família, o trabalhador muitas vezes preferia aderir a esse sistema. Da mesma forma, para fugir do contrato, muitos angolanos e moçambicanos deixavam suas terras de origem e migravam massivamente para colônias vizinhas e, principalmente, para a África do Sul, para trabalharem nas minas de ouro, onde as condições em que se mantinham os trabalhadores eram de sobrevida, o que evidencia o quão desumano era o sistema de trabalho contratado nas ex-colônias portuguesas, a ponto de muitos nativos daquelas colônias preferirem as minas sul-africanas. Conforme assinala Anderson (1966, p. 55), “[...] a migração deles [dos trabalhadores angolanos e moçambicanos] é uma evasão efetiva de uma opressão específica – o sistema de ‘contrato’”.

Esse tipo de organização social violenta para a realização da produção nas ex-colônias portuguesas também introduziu e disseminou a violência naquelas sociedades de outras maneiras. Henrique Guerra (1979) toca nesse ponto ao abordar a questão das classes sociais na Angola colonial. Nesse contexto, tratando do proletariado negro naquele país, o autor inclui nessa classe os trabalhadores contratados, que ele chama de proletariado migrante. Um dos aspectos problemáticos do sistema de contrato, para o qual Guerra (1979) chama a atenção, diz respeito às tensões sociais e políticas geradas pelo deslocamento forçado dos trabalhadores. Isso significa, por exemplo, que a fragmentação das comunidades gerava, além das violências a que viemos nos referindo, conflitos entre os próprios trabalhadores. E um dos principais

problemas dessa fragmentação e dos conflitos que a seguiam foi a desagregação dos angolanos no que diz respeito às primeiras tentativas de organização da luta anticolonial, o que serviu bem aos portugueses naquele contexto:

O enquadramento dos trabalhadores migrantes em regiões estranhas suscita problemas gravíssimos. Aquando do levantamento nacionalista de 1961, os trabalhadores “bailundos” idos do Centro de Angola foram mobilizados pela reacção na luta contra os camponeses locais. O grupo de Holden Roberto hostiliza permanentemente esses trabalhadores agrícolas. Mas a região donde eles provêm está bastante proletarizada e o seu controle é considerado fundamental pelas autoridades portuguesas: daí a ênfase dos planos de reordenamento em relação à região central. (GUERRA, 1979, p. 96-97.)

Podemos verificar, com base no que foi exposto acerca do domínio da mão de obra africana pelos portugueses, que o uso amplo do trabalho forçado configurou-se no pilar de sustentação de uma organização económica atrasada, cujos processos irracionais e em grande medida arcaicos faziam que só se pudessem gerar lucros à base da exploração mais extrema e primitiva do trabalho africano, que introduziu naquelas sociedades amplas redes de corrupção e violência. Contudo, é imprescindível que não nos esqueçamos de que os países de capitalismo avançado beneficiaram-se em larga medida dessas estruturas. Quanto a isso, ao tratar da organização da economia colonial nos territórios sob dominação portuguesa e dos investimentos privados na exploração das colónias especificamente na década de 1930, Rosas (1986, p. 76-77. Itálicos do autor.) afirma que

O tipo de exploração colonial desenvolvida, assente numa *submissão formal* das estruturas agrícolas tradicionais [...] ou na sujeição direta de uma força de trabalho compelida a produzir em condições de sobre-exploração – através da sucessiva legislação sobre o “trabalho indígena” e o regime dos “contratos” – proporcionaria aos seus agentes, durante um longo período histórico, a obtenção de elevados lucros a partir de um investimento tecnológico, social ou infraestrutural mínimo.

Sendo assim, o outro aspecto do colonialismo português na África sobre o qual nos debruçaremos é justamente a atuação mais direta e contundente do grande capital na organização social e económica das colónias, principalmente em Angola.

2.2.1.2 Os “donos” de Angola

Para tratarmos da manifestação dos interesses do grande capital em Angola, reportamo-nos inicialmente à implantação, nas colônias portuguesas, das “companhias majestáticas” (ROSAS, 1986, p. 76) nos anos finais do século XIX, que funcionavam segundo os moldes das companhias concessionárias, às quais já nos referimos, que à altura também dominavam outros territórios africanos. Em relação às concessionárias francesas, britânicas e alemãs, Anderson (1966) chama nossa atenção a uma diferença fundamental entre elas e as companhias estabelecidas nas áreas sob domínio português: ao contrário daquelas, as majestáticas eram compostas por capital predominantemente estrangeiro²¹. Além disso, outra peculiaridade importante das companhias instaladas nas ex-colônias portuguesas reside no fato de que, diferentemente do que ocorreu com as companhias atuantes nos outros espaços coloniais africanos, suas formas de atuação e contratos de concessão permaneceram praticamente inalterados por um vasto período de tempo, conforme assinala M’Bokolo (2011, p. 397): “Oneradas pelo arcaísmo e pelas contradições do capitalismo português, essas concessões conservaram por muito tempo as características dos antigos prazos”.

A onipresença do capital internacional nas colônias portuguesas pode ser constatada, por exemplo, por meio da observação do quadro de investimentos estrangeiros em Angola e Moçambique entre 1960 e 1961 (isso sem falarmos da magnitude desses investimentos também em Portugal), que nos é apresentado por Anderson (1966). O que podemos inferir com base nesse quadro coincide com aquilo que é assinalado por Guerra (1979) a respeito do controle da exploração dos recursos e do comércio exterior de Angola, isto é: o fato de que esses setores da economia angolana eram, na década de 1960 e início de 1970, controlados por Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental, Holanda e Japão.

Para detalharmos um pouco mais a ação do capital estrangeiro na África portuguesa, recorreremos a alguns exemplos referidos por Anderson (1966), entre eles, a constituição do capital da Companhia Agrícola de Angola (CADA). Essa companhia, que controlava 80% da produção de café em Angola, cultivada por colonos portugueses estabelecidos em suas fazendas, tinha como acionista majoritário um banco francês, que também detinha a maioria do capital de companhias agrícolas subsidiárias. Além desse exemplo, podemos mencionar o caso da produção de algodão imposta aos africanos, também ela controlada por companhias

²¹ Quanto ao capital dessas companhias no século XX, embora a política do Estado Novo de nacionalizar a exploração colonial, posta em prática nos anos de 1930, visasse beneficiar o capitalismo português, o fato é que mesmo as principais companhias portuguesas instaladas nas colônias eram controladas por capital estrangeiro (M’BOKOLO, 2011), e tal situação não se alterou até o fim do colonialismo.

internacionais, sobretudo belgas, que, detendo o monopólio da compra da produção, estabeleciam os preços a serem pagos por ela aos agricultores.

Se no caso das companhias agrícolas a participação de capital português, embora minoritária, ainda pode ser verificada, o mesmo não acontece com a mineração e a indústria – setores não coincidentemente de extrema importância para o grau de superdesenvolvimento por que passou o sistema capitalista nos anos pós-Segunda Guerra. Na África, o foco dos países em que esse superdesenvolvimento se dava voltava-se primordialmente às matérias-primas minerais energéticas – principalmente o petróleo – e às matérias-primas da indústria de transformação – minério de ferro, manganês, cromo, cobalto, alumínio, cobre, estanho etc. (GUERRA, 1979).

De acordo com o que nos foi possível constatar ao longo de nossa pesquisa acerca da organização da economia nas ex-colônias portuguesas, um dos maiores exemplos dessa espécie de soberania do grande capital na África é a Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG)²², que em 1921 obteve a concessão exclusiva da exploração de diamantes em Angola e que contou, para isso, com uma série de benefícios fiscais e privilégios relacionados ao uso da mão de obra africana (ANDERSON, 1966). De acordo com Anderson (1966), o capital inicial da DIAMANG foi dividido da seguinte forma: 40% para os norte-americanos, 40% para grupos ingleses e belgas e 5% para o governo de Angola (na década de 1960, esse percentual havia passado para 11,5).

Todavia, a DIAMANG não foi a única estrangeira a explorar as riquezas naturais de Angola; a exploração de petróleo, por exemplo, era controlada principalmente por grupos belgas, norte-americanos e por grandes bancos portugueses que em muitos casos, conforme assinalado por Anderson (1966), também possuíam acionistas estrangeiros. Em relação especificamente aos norte-americanos, cabe ressaltarmos ainda o fato de que lhes foi concedido um contrato de cinquenta anos de exploração exclusiva sobre o enclave de Cabinda.

Para finalizarmos a apresentação desses exemplos de investimentos internacionais na África portuguesa, reportamo-nos à concessão, a investidores ingleses, da estrada de ferro de Benguela, de cujos títulos o governo angolano detinha apenas 10%. Além dos lucros exorbitantes que rendia aos ingleses da companhia Tanganika Concessions, o controle dos caminhos de ferro era-lhes de suma importância, pois, junto com o porto de Benguela,

²² Assim como ocorre com a COTONANG, a exploração de diamantes na África e os interesses da DIAMANG nesse sentido também ajudam a compor a elaboração das conexões entre colonialismo e capitalismo em *O esplendor de Portugal*.

“constituem a saída mais rápida para os minérios de Catanga, onde aquela empresa britânica possui também avultados interesses” (ANDERSON, 1966, p. 93).

Outro aspecto importante da presença estrangeira nas áreas (oficialmente) sob controle português diz respeito às relações de cooperação estabelecidas entre as grandes companhias e a administração colonial. Enquanto aquelas repassavam uma parte de seus lucros à administração, que, com isso, cobria em alguma medida os seus défices, recebiam em troca a garantia de seus privilégios e da ordem social necessária para que explorassem como quisessem os recursos naturais e humanos das colônias²³.

Por último, não podemos deixar de assinalar, a respeito da inserção do capital estrangeiro nas ex-colônias portuguesas, as tensões que advieram da contradição entre o capitalismo avançado, de que as grandes companhias eram símbolo, e o atraso do colonialismo capitalista português. Essas tensões relacionam-se ao inevitável travamento do potencial de expansão do capital em um terreno em que predominam relações sociais arcaicas e em descompasso com a sofisticação da exploração da mão de obra que a própria sofisticação do capitalismo exigia para sua expansão. Conforme nos aponta Anderson (1966), tal problemática manifestou-se em solo angolano quando a DIAMANG tentou flexibilizar minimamente as formas de exploração de mão de obra, talvez numa tentativa muito incipiente de racionalização de seus processos com vistas à otimização e à expansão dos seus já volumosos lucros. Nesse contexto, a contradição entre o capitalismo avançado e o capitalismo português arcaico não poderia ser mais visível em sua materialização, pois os colonos do Nordeste de Angola queixaram-se em massa à administração colonial, por estarem perdendo mão de obra para a DIAMANG, acusada por eles de “‘criar um Estado dentro do Estado’ e de ‘manobrar o nativo’” (ANDERSON, 1966, p. 95). Antecipando o resultado lógico dessas tensões para os espaços africanos colonizados por Portugal, Anderson (1966, p. 95) afirma: “Quando o regime chegar aos seus últimos dias, o capital estrangeiro tentará desprender-se de Portugal e conjugar o condomínio atual com um neocolonialismo gerado sob as novas condições de independência”.

2.3 Reconfigurações do poder global, descolonizações e a guerra colonial em Angola

²³ Em *O esplendor de Portugal*, esse tipo de relação é exemplarmente representado por meio da figura do comandante de polícia de Malanje, conforme verificaremos em nossa análise da obra.

Observamos até aqui algumas das estruturas sociais e econômicas estabelecidas nos territórios portugueses na África a partir da última década do século XIX e vigentes, no essencial, até a saída dos portugueses daquele continente. Procuramos focalizar o desenvolvimento dessas estruturas e as tensões que as perpassaram, tendo em vista sua articulação com o processo mais amplo do desenvolvimento do sistema capitalista mundial.

Agora, dando prosseguimento à observação das questões históricas suscitadas a partir da leitura de *O esplendor de Portugal* e que, desse modo, estarão transfixadas em nossa interpretação da obra, sondaremos o modo como as mencionadas estruturas, assim como as relações e políticas coloniais de Portugal, reconfiguraram-se no contexto da reorganização geopolítica do mundo, proeminente no período posterior à Segunda Guerra Mundial. A respeito desse contexto, interessa-nos especialmente examinar as seguintes questões: a continuidade do descompasso português no âmbito das descolonizações que se operavam na África; o início da guerra colonial em Angola; a continuidade da dependência portuguesa em relação às principais forças capitalistas, que agora se atrelava sobretudo às tentativas de manutenção do poder sobre os territórios africanos; a intervenção direta e indireta dos embates econômicos e políticos da Guerra Fria nos conflitos em Angola.

2.3.1 Portugal e suas ex-colônias africanas no contexto das descolonizações

Para chegarmos à guerra colonial iniciada em Angola em 1961 e entendermos em que medida as movimentações políticas e econômicas mundiais atuaram em sua evolução, precisamos antes remontar, mesmo que de maneira breve, à emergência dos processos de independência que alcançaram a África especialmente a partir da década de 1950. A despeito da complexidade inerente a tais processos, para as finalidades deste trabalho queremos destacar principalmente determinados aspectos da dinâmica das descolonizações que evidenciam que a derrocada dos antigos impérios europeus esteve articulada com as reconfigurações geopolíticas mundiais motivadas fundamentalmente pela experiência da Segunda Guerra Mundial²⁴.

²⁴O ponto central de tais reconfigurações, sem dúvida, foi o afloramento das duas superpotências que protagonizaram os principais conflitos relativos à Guerra Fria, caracterizada pela bipolarização ideológica do mundo, dividido em duas zonas de influência ou em dois blocos, o capitalista e o comunista, liderados respectivamente pelos Estados Unidos e pela União Soviética. E a ingerência dessa nova ordem internacional nas descolonizações inicia-se ainda nos anos da Segunda Guerra. Em 1941, por exemplo, elaborou-se a “Carta do Atlântico”, à frente da qual estiveram Estados Unidos e Grã-Bretanha. Nesse documento, entre outras questões, defendiam-se a soberania dos povos e o acesso de todas as nações a matérias-primas e ao comércio

Um dos aspectos do contexto global gerado a partir da Segunda Guerra que conectam as descolonizações a esse contexto é a expansão da economia de mercado verificada em algumas colônias, motivada pelas necessidades de sustentação da Guerra. Tais necessidades fizeram que se aumentasse, por exemplo, a produção e compra de alimentos e de matérias-primas (ALEXANDRE, 2006). Por sua vez, alguns dos efeitos dessa expansão foram o fortalecimento de empresários e proprietários rurais e o impulso à urbanização – essa última, um fator que “[...] criou ou alargou o quadro propício à geração de novas formas de sociabilidade e de identidade, favoráveis ao enraizamento dos nacionalismos” (ALEXANDRE, 2006, p. 39). Nesse sentido, pelo que pudemos concluir com base em nossas leituras de Alexandre (2006) e Ahmad (2002), o fortalecimento – a partir da expansão econômica de algumas das colônias britânicas e francesas – de uma burguesia nacionalista constituiu-se em um dos elementos impulsionadores das independências naqueles territórios.

A esse respeito, o que mais nos importa reter e o que nos levou a aludir à expansão dessas burguesias nacionalistas é a sua relação com o novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, estimulado no período pós-Segunda Guerra, e com os movimentos de independência a cuja emergência assistimos no período. Conforme Ahmad (2002) destaca, nas duas décadas posteriores à Segunda Guerra um grande número de territórios coloniais na África haviam obtido sua soberania, ainda que “principalmente sob a hegemonia das respectivas burguesias nacionais, [e estando esse grande número de territórios] subordinado a regimes de capital avançado” (AHMAD, 2002, p. 38).

No que se refere a Portugal, o país mantinha-se apartado dessa tendência internacional à descolonização – ou, como designa Ahmad (2002, p. 39), desse “[...] processo de transferência do poder governamental do Estado colonial para o Estado pós-colonial da burguesia (existente ou emergente)” – e permanecia intransigente quanto à manutenção de suas possessões na África. Nas colônias portuguesas, as estruturas sociais e os modos de exploração dos recursos naturais e humanos mantinham-se praticamente inalterados em relação ao início do século XX e, além disso, as condições de organização e atuação dos movimentos nacionalistas eram

mundial. A respeito das motivações dos Estados Unidos em participarem da composição das declarações presentes nessa Carta, reportamo-nos a Alexandre (2006), que assinala alguns dos interesses que os norte-americanos objetivavam impor no reordenamento mundial pós-Segunda Guerra, os quais visavam fundamentalmente ao estabelecimento da primazia norte-americana nas decisões internacionais e, em consequência, à ampliação de suas zonas de influência, à abertura de novos mercados e à possibilidade de estabelecimento de bases militares em diferentes regiões do mundo. De acordo com o historiador, “Esta estratégia [norte-americana] implicava a progressiva eliminação dos impérios europeus – a começar pelo da França, potência vencida em 1940 –, com a entrega dos territórios tidos por incapazes de se governar a si próprios a uma tutela internacional” (ALEXANDRE, 2006, p. 40).

dificultadas pelo recrudescimento da repressão contra qualquer forma de manifestação popular que pudesse se configurar em ameaça ao domínio português.

De qualquer maneira, não obstante a vigilância salazarista, quando a vaga das descolonizações aproximou-se geograficamente de Angola e se criaram algumas das condições necessárias à atuação efetiva dos movimentos nacionalistas naquele país, iniciou-se a guerra de libertação nacional angolana²⁵. Nesse sentido, para além do quadro continental de descolonizações, nomeadamente a circunstância da independência do Congo Belga, em 1960, foi imprescindível ao início das revoltas nacionalistas em Angola, pois, além de insuflar novo fôlego aos nacionalistas angolanos, possibilitou-lhes um ponto de apoio a partir do qual poderiam organizar uma base material para suas ações políticas e militares (ANDERSON, 1966).

2.3.2 A internacionalização da guerra colonial em Angola e a atuação capitalista na África Austral a partir da década de 1960

A guerra colonial ou a guerra de libertação nacional em Angola iniciou-se oficialmente em 4 de fevereiro de 1961²⁶ (ROSAS, 2012; WHEELER; PÉLISSIER, 2013). A organização dos diversos movimentos nacionalistas angolanos, suas divergências internas e os delineamentos da luta de libertação nacional são extremamente complexos e envolvem questões políticas e étnicas. Contudo, de maneira geral, podemos afirmar que, num primeiro momento, estiveram à frente da luta de libertação a União das Populações de Angola (UPA), que mantinha

²⁵ A respeito dessas condições, vale a pena, uma vez mais, recorrermos às palavras de Perry Anderson, para quem “O colonialismo português fora sempre um sistema intolerável e odiado, prestes a qualquer altura a ser lançado ao ar pelos sofrimentos e paixões que abafa. Mas a possibilidade material para uma revolta triunfante nunca existira antes. Quando surgiu, a revolta explodiu quase imediatamente” (ANDERSON, 1966, p. 101).

²⁶ Essa data, entretanto, foi antecedida por outro episódio de fundamental importância para o início da guerra, a Revolta do Algodão na Baixa do Cassange, ocorrida em dezembro de 1960, quando os produtores africanos de algodão, em protesto contra a exploração portuguesa, pararam de trabalhar e recusaram-se a pagar os impostos, ao que se seguiu uma retaliação violenta por parte das autoridades portuguesas. Algumas semanas depois, na noite de 3 para 4 de fevereiro, cerca de 180 africanos atacaram uma patrulha da polícia, a prisão de São Paulo, a Casa de Reclusão Militar, os barracões da polícia e a estação de rádio. No dia 4, durante o funeral de 7 policiais e soldados mortos na ação da noite anterior, um grupo de brancos portugueses chacinou os africanos que estavam presentes ao funeral. Esse tipo de atitude estendeu-se depois para os musseques e se deflagrou então um sangrento massacre racial em Luanda (WHEELER; PÉLISSIER, 2013). Logo em seguida, em março de 1961, levou-se a cabo uma insurreição no Noroeste de Angola, quando foram assassinados brancos, mestiços, assimilados e trabalhadores ovimbundo das lavouras de café. A retaliação portuguesa (tanto por parte dos órgãos oficiais como por parte das milícias que se formaram, incluindo-se nelas negros ovimbundos) foi sangrenta. A essa altura, todos os negros que não fizessem parte das milícias brancas eram encarados como terroristas e se iniciou uma matança indiscriminada de negros (WHEELER; PÉLISSIER, 2013).

estreitas relações com os Estados Unidos e a África do Sul, e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), predominantemente composto por intelectuais marxistas, alinhados à União Soviética (WHEELER; PÉLISSIER, 2013). Posteriormente, um terceiro partido entrou em cena, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), fundada em março de 1966, por Jonas M. Savimbi, dissidente da UPA (WHEELER; PÉLISSIER, 2013).

Não obstante o protagonismo dos movimentos nacionalistas angolanos na conquista da independência de Angola, para continuarmos a linha de raciocínio que viemos traçando até aqui e para centrar nosso foco nas questões que se nos apresentaram a partir de nossa leitura de *O esplendor de Portugal*, faz-se necessário o estabelecimento de um recorte em nossa abrangência da guerra colonial. É por isso que, ao tratarmos dos conflitos passados em Angola entre as décadas de 1960 e 1970, focalizaremos essencialmente um de seus inúmeros aspectos: aquele concernente à inserção desses conflitos no subsistema da Guerra Fria na África Austral. Observaremos essa inserção por meio sobretudo do exame da atuação direta ou indireta de interesses políticos e econômicos portugueses e mundiais nos encaminhamentos da guerra colonial.

Tal inserção pode ser verificada desde logo pela movimentação que as notícias acerca dos acontecimentos na então colônia portuguesa desencadearam na Organização das Nações Unidas (ONU). Em março de 1961, o regime salazarista foi surpreendido pelo voto dos Estados Unidos, contrário a Portugal, na ocasião do debate acerca de Angola no Conselho de Segurança da ONU. A surpresa adveio da (pelo menos aparente) ruptura norte-americana com uma tradicional política de tolerância em relação a Portugal no que dizia respeito à questão do colonialismo – tolerância motivada sobretudo pelo interesse norte-americano nas funcionalidades dos territórios da África sob domínio português tanto para a instalação de bases militares quanto para servirem de uma espécie de depósito de alimentos e recursos minerais e energéticos para o Ocidente no caso de novas situações de guerra (ANDERSON, 1966). Além disso, havemos de ressaltar também a agitação das nações afro-asiáticas, que começaram a movimentar-se no sentido de exigir que as principais nações que compunham a ONU intervissem no conflito em Angola, a favor das reivindicações dos angolanos.

A respeito da viragem norte-americana em relação a Portugal, entendemos que ela esteve relacionada principalmente ao impacto internacional na opinião pública das notícias dos extermínios em Angola e, além disso, à percepção de que o avanço das descolonizações, tendo atingido a África portuguesa, poderia abrir caminho, por lá, à inserção do comunismo e à consequente perda de influência ocidental na região, uma vez que um dos principais partidos

da revolução angolana, o MPLA, alinhava-se à URSS. Contudo, é preciso salientar que, no que concerne à posição dos Estados Unidos quanto às descolonizações em geral, as práticas norte-americanas efetivas foram sempre muito ambíguas e contraditórias. De acordo com Alexandre (2006, p. 42), de maneira geral,

[...] a administração norte-americana oscilou entre duas tendências: a de favorecer a conservação dos sistemas coloniais, para evitar um vácuo que a União Soviética poderia vir a preencher; e a de dar o seu apoio a formas moderadas de nacionalismo, cortando o caminho à penetração comunista [...]

A mesma ambiguidade verificou-se na atuação dos Estados Unidos sobre a questão angolana na ONU, pois, aos discursos anticoloniais dos representantes norte-americanos seguiam-se as suas práticas acentuadamente controversas. Assim, analisando a movimentação na ONU a respeito da guerra em Angola, percebemos que os Estados Unidos valeram-se de seu poder de decisão para barrar qualquer proposta mais contundente de condenação a Portugal e de apoio efetivo à independência de Angola. Nesse sentido, Anderson (1966) remete-se a diversas tentativas de apoio aos angolanos engendradas especialmente pelos países do bloco afro-asiático e ao boicote dos Estados Unidos sobre essas tentativas. Foi o que ocorreu, por exemplo, em junho de 1961, quando 40 nações afro-asiáticas, Chipre e Iugoslávia reuniram-se com o Conselho de Segurança para apresentar-lhe uma proposta de intervenção no conflito luso-angolano. Para demonstrar o posicionamento ambivalente dos Estados Unidos a respeito dessa proposta, Perry Anderson (1966, p. 142) transcreve um trecho do *New York Times* de 7 de junho de 1961, em que lemos o seguinte:

Anteriormente à reunião de hoje, as nações asiáticas e africanas discutiram a possibilidade de provocarem sanções econômicas contra Portugal. Mas, na esperança de ganharem o apoio dos Estados Unidos, suavizaram as suas exigências mais de uma vez, acabando mesmo por eliminar o pedido específico de que Portugal autorizasse a entrada de investigadores [internacionais em Angola].

A situação na ONU permaneceu estagnada, e a posição oficial dos Estados Unidos e as suas ações hesitantes concernentes aos conflitos na África portuguesa continuaram praticamente as mesmas nos anos imediatamente seguintes a 1961, embora uma comissão investigadora tenha conseguido entrar em Angola.

Em 1963, entretanto, dois fatos reacenderam a movimentação das potências mundiais no que respeita à luta de libertação angolana e não só a marcaram decisivamente como também explicitaram de maneira irrefutável a sua inserção no contexto mais amplo da Guerra Fria.

Referimo-nos à aceitação, declarada publicamente por Holden Roberto (principal líder da UPA), do apoio material que lhe ofereceram os países comunistas e às declarações proferidas por ele contra os posicionamentos dos Estados Unidos sobre a questão angolana.

Ainda que em Angola a luta anticolonial e a luta socialista tenham sempre convergido no que respeita ao MPLA, o que determinou a relevância das declarações de Holden Roberto, feitas durante as celebrações pela independência do Quênia, foi sobretudo o fato de que, diferentemente dos líderes do MPLA, o então dirigente da UPA esteve tradicionalmente alinhado às políticas ocidentais, nomeadamente às dos Estados Unidos (ANDERSON, 1966; WHELLER; PÉLISSIER, 2013). Por isso, a declaração explícita do apoio material e diplomático do bloco comunista aos guerrilheiros angolanos da UPA mudou em grande medida as coordenadas do conflito, tanto interna como externamente e, conforme aponta Anderson (1966, p. 160), “Um novo processo, caracterizadamente contemporâneo, de complexa interação geopolítica fora iniciado”. Essa “interação geopolítica” manifestou-se sobre os desenvolvimentos da situação em Angola de diversas maneiras, algumas das quais abordaremos a seguir.

No que concerne à ingerência do bloco capitalista no conflito em Angola, ela se materializou em parte indiretamente, por meio, por exemplo, do auxílio financeiro de grandes bancos alemães, franceses e norte-americanos, além do Banco Mundial, para que Portugal conseguisse estancar pelo menos em alguma medida a sangria de recursos que as despesas da guerra e o enfraquecimento da economia angolana causavam na metrópole (ANDERSON, 1966). Além disso, contrariamente ao que se apregoava no âmbito dos discursos contrários a Portugal na ONU, o fato é que na prática o suposto isolamento de Portugal no sentido da manutenção de suas colônias ocorria em paralelo à acentuada inserção de capital estrangeiro em Angola e Moçambique, sobretudo por meio de investimentos relacionados à exploração de recursos minerais e energéticos. No caso do território angolano, Meneses e Gomes (2014) citam, entre outros exemplos: o início da exploração de petróleo em Cabinda pela Gulf Oil Company; a associação entre a Petrangol, a Companhia Francesa de Petróleos e a TEXACO; além do investimento no setor de diamantes por grupos norte-americanos e belgas. Todos esses investimentos, ressaltamos, foram iniciados ou potencializados na década de 1960, paralelamente ao desenvolvimento da guerra colonial, o que não só aponta mas evidencia que estavam em jogo ali interesses relativos à instalação de um projeto de cariz neocolonial capitalista na região.

Outro importante aspecto da manifestação da Guerra Fria em solo africano e do apoio ocidental para a manutenção do poder branco e capitalista nas áreas sob domínio português foi

o estreitamento de relações entre Portugal e a África do Sul. As estratégias de cooperação econômica e militar estabelecidas entre esses dois países e a Rodésia foram imprescindíveis à resistência ao avanço dos movimentos nacionalistas em toda a região da África Austral.

Para entendermos em que medida essas alianças relacionam-se à Guerra Fria, precisamos nos remeter, em primeiro lugar, à circunstância de que a África do Sul configurava-se na grande potência capitalista regional e, assim, manifestava-se radicalmente contra a inserção do comunismo na região. O receio dessa inserção, por sua vez, ligava-se estreitamente aos interesses econômicos da minoria branca no poder naquele país e na Rodésia – minoria controladora não apenas do poder político mas também de uma economia crescentemente assentada em capitais internacionais. Nesses territórios, a manutenção dos regimes brancos minoritários dependia, em grande parte, da manutenção do sistema colonial capitalista, baseado no controle de terras e no domínio da mão de obra barata. Daí o elevado interesse da África do Sul e da Rodésia em combaterem os movimentos nacionalistas angolanos e moçambicanos, além da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), que atuava em prol da autonomia da Namíbia em relação à África do Sul.

Para além dos interesses regionais, as alianças entre África do Sul, Portugal e Rodésia não podem ser dissociadas dos interesses capitalistas internacionais. Meneses e Gomes (2014) enumeram exemplos da atuação de tais interesses nos projetos acordados entre aqueles países. Um desses exemplos trata-se da construção do projeto hidrelétrico de Cahora Bassa, na região do rio Zambeze em Moçambique, que, conforme apontam as autoras, “propunha-se a cumprir um duplo objetivo: gerar uma fonte de energia barata para os interesses sul-africanos e mobilizar o apoio ocidental na defesa da presença de Portugal em Moçambique” (MENESES; GOMES, 2014, p. 70). O caso de Cahora Bassa adquire aqui especial relevância à medida que atentamos à composição do capital do consórcio ZAMCO, que esteve à frente do projeto: faziam parte do consórcio, além de Portugal, empresas sul-africanas, alemãs ocidentais, francesas, britânicas e italianas (MENESES; GOMES, 2014).

Quanto à Angola, podemos destacar, também no que se refere ao reforço da presença capitalista nos territórios coloniais portugueses, a construção do complexo hidrelétrico do rio Cunene, acordada em 1969 entre Portugal e África do Sul. A importância política e econômica dessa obra consistia principalmente no controle, por parte dos países idealizadores, do fluxo de água para o Sudoeste Africano²⁷, território sob domínio da África do Sul, e no abastecimento da indústria mineira atuante na região (MENESES, 2014).

²⁷ Atualmente, Namíbia.

Finalmente, um dos expoentes máximos da coalizão estabelecida na África Austral foi a assinatura, em outubro de 1970, do chamado Exercício ALCORA, entre Portugal, África do Sul e Rodésia (MENESES, 2014). O Exercício ALCORA significou a formalização dos acordos de cooperação econômica e militar entre os países envolvidos, que, entretanto, já vinham sendo realizados na década de 1960, como aponta Meneses (2014, p. 52):

Para além de apoio em armamento e viaturas, a África do Sul participou, desde cedo, em operações conjuntas [com o Exército português], como a “Operação Bombaim”, que se desenrolou no sul de Angola [entre 1968 e 1969].

2.4 A emergência dos nacionalismos independentistas brancos e suas motivações

Esforçamo-nos, até aqui, em demonstrar a maneira como o colonialismo português na África inseriu-se no contexto do desenvolvimento do capitalismo mundial. De acordo com nossa perspectiva, essa inserção caracterizou-se fundamentalmente pela relação dialética entre o capitalismo avançado das potências mundiais e o capitalismo atrasado de Portugal – relação que regulou desde o início a constituição e as reconfigurações das formas de base do colonialismo português na África. Temos constatado que dessa contemporaneidade ou imbricação entre diferentes tempos e espaços do capitalismo foram emergindo, nos territórios coloniais de Portugal, tensões sociais, contradições e impasses inerentes ao descompasso entre o capitalismo avançado e o arcaísmo português. Tudo isso, para entendermos melhor a representação de todas essas questões em *O esplendor de Portugal*.

No ponto em que nos encontramos agora, examinaremos mais um desses impasses históricos, que consideramos crucial para o entendimento da elaboração crítica do colonialismo português efetuada na obra de António Lobo Antunes, por ser emblemático de uma das principais questões que essa obra ilumina: o tensionamento das relações entre os colonos proprietários e a metrópole portuguesa, advindo do travamento das expectativas de expansão econômica desses colonos. Conforme mencionamos no início deste capítulo, no romance a frustração dessas expectativas, escamoteada sobre o discurso melancólico e saudosista dos narradores em relação a Angola, será responsável não apenas pela crise material desses narradores mas também pela desintegração de suas subjetividades.

É nesse sentido, para alcançarmos um melhor entendimento a respeito das contradições e ambivalências dos narradores de *O esplendor de Portugal* e, por conseguinte, da significação

geral da obra, que julgamos relevante a observação do surgimento, em Angola e Moçambique, de nacionalismos brancos independentistas. De motivação notadamente econômica, o surgimento de grupos independentistas formados pelos colonos portugueses fez sobressair as tensões, que há tempos já existiam, entre as aspirações econômicas desses colonos e a condução que a metrópole dava à questão colonial e à exploração das colônias. Embora os nacionalismos brancos não devam ser entendidos como um processo homogêneo, queremos aqui abordá-los essencialmente por dois ângulos, que se inter-relacionam: o da tensão entre os colonos proprietários e a metrópole e o dos interesses capitalistas que motivaram esses movimentos.

Para entendermos o contexto em que esses nacionalismos emergiram, reportamo-nos de início às discussões que se levantaram em Portugal, após o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, acerca dos rumos que tomariam as colônias portuguesas na África. Uma vez que esteve no cerne da chamada Revolução dos Cravos, após o 25 de Abril a questão das descolonizações ocupou o centro dos debates na sociedade portuguesa em geral e, muito especialmente, entre os membros do Movimento das Forças Armadas (MFA) e do novo governo português, à frente do qual estava agora o General António de Spínola.

As posições a respeito do futuro do império eram conflitantes, e Meneses e Gomes (2014) referem-se ao choque entre as duas principais. Uma dessas posições, embandeirada pelo MFA, defendia a negociação direta do cessar-fogo com os movimentos de libertação de Angola e Moçambique, sem a interferência da ONU. Além disso, o MFA era favorável a que as independências das colônias portuguesas na África ocorressem de maneira célere e a que as descolonizações fossem postas em prática diretamente pelos movimentos que estiveram à frente das lutas de libertação. Em oposição às propostas do MFA, o projeto defendido pelo governo português (inclusive pelo presidente Spínola), por retrógrado que possa parecer, ainda continha em suas bases a ideia da manutenção do império português na África, dessa vez proclamando-se a autodeterminação dos povos sob uma roupagem federalista (MENESES; GOMES, 2014). De acordo com esse projeto, o destino das colônias seria decidido por meio de consulta popular, da qual participariam também os colonos. Entretanto, essa proposta não teve força para vigorar, principalmente devido à resistência dos movimentos de libertação tanto de Angola quanto de Moçambique e do grosso do MFA.

O primeiro programa oficial, relativo à independência de Angola, proposto pelos portugueses foi apresentado em agosto de 1974 e incluía a assinatura de um cessar-fogo e a composição de um governo provisório de coligação. De acordo com o projeto, comporiam essa coligação representantes dos movimentos de libertação e dos principais grupos étnicos de

Angola, além de representantes da população de colonos brancos. Essa proposta foi rejeitada tanto pelo MPLA quanto pela Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)²⁸. Pouco depois, em 18 de setembro, um movimento de oficiais das Forças Armadas portuguesas manifestou-se em Luanda para reivindicar que a descolonização estivesse totalmente nas mãos do MPLA, da FNLA e da UNITA, que possuíam, de acordo com o MFA, legitimidade para conduzi-la. Contudo, essa posição do MFA enfrentou forte resistência, principalmente por parte dos colonos proprietários portugueses. Foi, então, nesse contexto de descontentamento dos colonos, que os nacionalismos independentistas brancos começaram a emergir em Angola e em Moçambique (MENESES; GOMES, 2014)²⁹.

Meneses e Gomes (2014) assinalam o fato de que o nacionalismo branco relacionou-se, entre outras coisas, a um processo que se iniciara muito antes de 1974: o processo de identificação dos colonos portugueses com o espaço africano, em contraposição ao da metrópole. Afora a discriminação de que eram alvo esses colonos, considerados em Portugal como uma espécie de portugueses inferiores aos da metrópole, a sua identificação com a África reforçava-se especialmente pela ideia da propriedade sobre aqueles territórios e sobre os lucros que se obtinham sobre eles.

Assim, compreendemos que o cerne do distanciamento em relação à metrópole e do questionamento quanto à sua centralidade por parte dos proprietários portugueses que formavam o núcleo da burguesia colonial em Angola consistia na frustração das expectativas de desenvolvimento capitalista dessa burguesia, uma vez que ela estava subordinada aos desígnios de uma metrópole de desenvolvimento atrasado. Referindo-se ao sentimento de pertença ao território africano por parte dessa burguesia e às contradições que permeavam suas relações com a metrópole portuguesa, Meneses e Gomes (2014, p. 87. Grifo nosso.) afirmam que

Esse processo de identificação [com o espaço africano] foi sendo duplamente reforçado: por um lado, pelo **sentimento de os “seus” territórios serem objetos de exploração por uma metrópole atrasada, incapaz e autoritária que cerceava o seu desenvolvimento**; por outro pelo sentimento de serem discriminados por uma metrópole que os tratava como “cidadãos de segunda”.

²⁸A FNLA formou-se em 1962 a partir da UPA.

²⁹De acordo com Meneses e Gomes (2014), em 1974, em Angola, alguns dos grupos nacionalistas brancos organizados eram os seguintes: União Nacional Angola (UNA), Partido Cristão Democrata de Angola (PCDA), Frente Unida de Angola (FUA), Exército Secreto de Intervenção Nacional de Angola (ESINA), Movimento Popular de Unidade Angolana (MOPUA), Associação Cívica Pró-Angola, Frente Nacionalista e, finalmente, a Frente de Resistência Angolana (FRA).

Na ideologia de fundo que guiava os nacionalismos brancos independentistas, vigorava a insatisfação econômica desses colonos e o seu desejo de se emanciparem da “metrópole atrasada” para, assim, expandirem seus privilégios e seus lucros, obtidos da exploração dos recursos naturais e da mão de obra barata nos territórios africanos. Ainda segundo as autoras cujos apontamentos nos guiam nesta análise, é do profundo abismo que existia entre a ideologia que motivava o desejo de independência da burguesia branca angolana e aquela que impulsionava os movimentos de libertação nacional que advém a ambivalência daquela burguesia diante da possibilidade real da independência de Angola. Isso porque se, por um lado, agradava-lhe em grande medida a possibilidade de emancipação em relação à metrópole, por outro, a tomada do poder pelos movimentos nacionalistas faria que seus planos de expansão econômica naufragassem.

Uma das contradições que observamos em relação aos projetos de emancipação dos colonos proprietários portugueses na África refere-se à circunstância de que, embora esses colonos intentassem emancipar-se da “metrópole atrasada”, não percebemos indício de que pretendessem, por exemplo, sofisticar os modos de exploração capitalista na colônia. Ao contrário, o alinhamento desses grupos ao *apartheid* sul-africano e ao modelo de independência unilateral da Rodésia (MENESES; GOMES, 2014) faz-nos concluir que eles visavam à expansão da exploração capitalista em Angola mantendo-se os moldes como ela vinha ocorrendo até então, ou seja, fundamentalmente por meio do domínio das terras e da mão de obra africana.

2.5 O “tabuleiro” da Guerra Fria em Angola, a independência e as reconfigurações da ingerência internacional em território angolano

A complexidade da conjuntura que havia se instaurado em Angola paralelamente à luta de libertação nacional evidencia que o país e seu destino político e econômico estavam imersos num contexto geopolítico amplo e igualmente complexo, de maneira que não podemos afirmar que a guerra colonial envolveu estritamente os movimentos nacionalistas e o colonialismo português. Assim também as divergências que se acumularam ao longo de anos entre MPLA, UNITA e FNLA à altura da independência de Angola³⁰ também já haviam adquirido novas

³⁰ Proclamada oficialmente em 11 de novembro de 1975.

nuances e se tornado demasiado intrincadas na medida em que passaram também a compor o quadro da Guerra Fria delineado na ex-colônia portuguesa.

A crescente intensificação dos conflitos internos em Angola no período posterior à independência do país emoldura o presente da enunciação de Isilda, aquela que consideramos a personagem mais complexa de *O esplendor de Portugal*. Sua complexidade advém, principalmente, de sua ambiguidade, no sentido de que, embora ela não capte ou, mais do que isso, negue a coparticipação dos colonos na realidade presente que vê e vivencia, Isilda tem uma percepção bastante aguda a respeito da ingerência internacional na independência de Angola e na guerra civil. Essa ambiguidade receberá a devida atenção no capítulo seguinte, quando a analisaremos em seus pormenores. Entretanto, para que, nessa ocasião, possamos melhor compreendê-la, queremos finalizar esses nossos apontamentos históricos tratando justamente desse pano de fundo histórico que envolve a personagem no contexto da Angola independente.

Ao longo de 1975, colonos e autoridades portuguesas embarcavam massivamente em navios e aviões que partiam de Luanda rumo à ex-metrópole e deixavam para trás um país devastado pela guerra colonial e um cenário propício à explosão de novos conflitos: infraestruturas destruídas, impossibilidade de emprego e a cada vez mais difícil subsistência, tensões sociais nascidas nos aldeamentos de camponeses deslocados forçosamente de suas terras no período da guerra e espalhados por todo o interior de Angola, ex-combatentes africanos pró-Portugal, que, agora, encontravam-se acossados tanto pela população quanto pelas novas instâncias do poder (COELHO, 2003). Afora isso, outras das “heranças” da guerra que permaneceram em Angola após a retirada dos portugueses dizem respeito aos arranjos políticos, econômicos e militares que se fizeram durante o conflito e que continuaram a se desdobrar no país recém-independente, exercendo também grande influência na reconfiguração da guerra civil que lá estava em andamento desde antes de 1975. Dessa forma, às tensões vinculadas aos conflitos internos entre os movimentos nacionalistas angolanos vieram juntar-se outras problemáticas, acumuladas do período colonial.

A respeito do complicado “tabuleiro” da Guerra Fria orquestrado em Angola ainda na década de 1960, ele continuou montado depois de 1975, muito embora algumas alianças e posições nesse tabuleiro tenham se alterado. Como sabemos, o posicionamento político-ideológico do partido que esteve à frente da administração após a independência, o MPLA, ia ao encontro do projeto socialista soviético. Assim, conforme apontam Wheeler e Péliissier (2013, p. 363), “[...] ao longo dos primeiros anos de independência, a administração do MPLA adotou por inteiro a ideologia marxista-leninista e os modelos político-econômicos da União

Soviética e de Cuba”. Foi nesse sentido que ocorreu, por exemplo, a nacionalização de setores importantes da economia angolana, que há muito vinham sendo controlados pelo grande capital estrangeiro: “Um elemento importante na gestão da nova economia angolana foi a nacionalização de toda a indústria, minas, fábricas e de uma parte da agricultura. Em Agosto de 1977, por exemplo, a Diamang, e as suas operações mineiras foram nacionalizadas” (WHEELER; PÉLISSIER, 2013, p. 362-363). Disso, não é difícil concluir que as forças capitalistas, ameaçadas pela instauração do comunismo em Angola, tenham se mobilizado no sentido de salvaguardar seus interesses naquele território e em toda a região da África Austral.

No que concerne ao embate político-econômico-ideológico entre os blocos socialista e capitalista consubstanciado em Angola especialmente a partir da segunda metade dos anos de 1970, Gleijeses (2006) sintetiza-o nos seguintes termos: de um lado, estava a defesa da implantação do comunismo em Angola e da independência da Namíbia em relação à África do Sul; no lado oposto, a defesa da manutenção dos interesses capitalistas e dos capitais estrangeiros na ex-colônia e a manutenção da soberania da África do Sul sobre a Namíbia. Na prática, esses projetos antagônicos enfrentaram-se por intermédio dos movimentos nacionalistas angolanos já em conflito – MPLA de um lado e UNITA e FNLA de outro, apoiados, respectivamente, por Cuba e União Soviética e por Estados Unidos e África do Sul. Sendo assim, podemos constatar que, muito especialmente a partir de 1975, a guerra civil em Angola configurou-se explicitamente em um elemento da crise internacional ligada à Guerra Fria.

Protagonizaram esse enfrentamento travado em solo angolano, além dos partidos de Angola, as potências integrantes de cada um dos blocos em disputa na Guerra Fria, notadamente África do Sul e Estados Unidos, União Soviética e Cuba. Neste ponto, para que melhor possamos compreender essas disputas, julgamos relevante a elaboração de alguns breves apontamentos acerca dos principais interesses dessas potências na guerra civil em Angola, referidos e analisados mais detalhadamente por Gleijeses (2006), cujo ensaio guia-nos aqui.

De maneira bastante resumida, podemos dizer que, no que respeita à África do Sul, o principal interesse desse país em combater o MPLA consistia na defesa da manutenção do *apartheid* e do controle sobre a Namíbia, que estariam ameaçados no caso de uma vitória definitiva daquele partido e, por extensão, do comunismo em Angola. Foi assim que, em outubro de 1975, as tropas da África do Sul adentraram o território angolano para combater o MPLA, apoiadas pelos Estados Unidos³¹.

³¹ Muito embora as autoridades norte-americanas tenham negado publicamente que estivessem trabalhando em conjunto com a África do Sul, Gleijeses (2006) indica que os Estados Unidos não apenas conheciam como

Por outro lado, o apoio cubano e soviético no período seguinte à independência teve importante papel nas primeiras vitórias do MPLA contra seus rivais (WHEELER; PÉLISSIER, 2013). Fundamentalmente, esse apoio motivava-se pela defesa da implantação do comunismo em Angola e a consequente ampliação da área de influência socialista. Além disso, Cuba estava comprometida com as lutas contra o *apartheid* e contra os regimes brancos minoritários na região da África Austral; sua intervenção em Angola visava também ao combate ao estabelecimento de um governo afinado com o bloco ocidental capitalista e, sobretudo, com a África do Sul, por meio da ascensão ao poder da UNITA ou da FNLA (GLEIJESES, 2006).

Alguns anos após a independência, a década de 1980 foi marcante para o acirramento dos embates internacionais estabelecidos em solo angolano. A partir de 1981, por exemplo, o suporte dos Estados Unidos à UNITA foi fundamental para a manutenção desse partido na disputa pelo poder em Angola. Mesmo com a proibição oficial do fornecimento de auxílio norte-americano aos grupos angolanos em confronto, o fato é que Jonas Savimbi, principal representante da UNITA, contou em larga medida e ao longo de toda a década com tal auxílio, “[...] sob a forma de fundos, armas e aconselhamento militar de várias organizações [norte] americanas, incluindo a CIA” (WHEELER; PÉLISSIER, 2013, p. 364). Paralelamente, tendo-se em vista a força que viera ganhando a SWAPO na Namíbia, graças ao apoio de Cuba e do MPLA, o exército sul-africano expandiu suas atuações em Angola e, em novembro de 1987, cercou os combatentes do MPLA na região de Cuito Cuanavale. Em 23 de março de 1988 deu-se, então, o famoso Cerco de Cuito Cuanavale, quando, juntamente com os combatentes do MPLA, as tropas cubanas entraram em campo com o objetivo não apenas de derrotar definitivamente os sul-africanos e a UNITA mas também de obter a independência da Namíbia (GLEIJESES, 2006). Quanto à então URSS, ela apoiou logística e materialmente o exército cubano em suas ações, depois de ter condenado a intervenção de Fidel Castro em Angola – condenação devida já aos novos matizes da geopolítica mundial, que incluíam a aproximação entre EUA e URSS, essa última sob o governo de Gorbachev.

também aprovavam e encorajavam as ações sul-africanas em Angola. Um dos documentos utilizados na argumentação de Gleijeses a esse respeito trata-se do discurso proferido pelo ex-ministro da Defesa sul-africano, P. W. Botha, no Parlamento, em abril de 1978. Eis o trecho do discurso, citado por Gleijeses (2006, p. 122): “I know of only one occasion in recent years when we crossed a border and that was in the case of Angola when we did so with the approval and knowledge of the Americans. But they left us in the lurch. We are going to retell the story: the story must be told of how we, with their knowledge, went in there and operated in Angola with their knowledge, how they encouraged us to act and, when we had nearly reached the climax, we were ruthlessly left in the lurch”.

No mesmo sentido, também Wheeler e Péliissier (2013, p. 361. Grifo nosso.), ao discorrerem sobre a investida sul-africana de 1975, citam o apoio norte-americano a ela: “[...] forças sul-africanas, **encorajadas pelos Estados Unidos**, começaram, a partir de Outubro de 1975, a entrar em território angolano para apoiar a FNLA e a UNITA, avançando para norte, a fim de atacar zonas e cidades controladas pelo MPLA”.

Após a vitória de Cuba e do MPLA em Cuito Cuanavale, iniciaram-se as negociações entre as quatro principais potências envolvidas nos confrontos (URSS, EUA, África do Sul e Cuba) com vistas à resolução do conflito em Angola. Nesse contexto, as tropas internacionais começaram a se retirar do país, porém, a guerra civil, extremamente complexificada e internacionalizada ao longo de anos, estava ainda longe de acabar.

Ao longo de toda a década de 1990, MPLA, UNITA e FNLA continuaram se enfrentando. Em 29 e 30 de setembro de 1992, ocorreram as primeiras eleições em Angola, sob a supervisão da ONU. Entretanto, a UNITA recusou-se a aceitar os resultados das eleições e acusou o MPLA de falseá-los, o que reacendeu os combates entre os dois grupos. Assim, de finais de 1992 a novembro de 1994, Angola viveu um período de forte acirramento da guerra civil. Segundo estimativa da ONU, referida por Wheeler e Péliissier (2013), 300 mil pessoas morreram em decorrência da guerra durante o período assinalado. A guerra civil terminou oficialmente em Angola em 2002, depois da captura, pelo MPLA, de altos dirigentes da UNITA e da morte de Jonas Savimbi, na sequência da qual assinou-se um acordo de trégua e operou-se à dissolução da UNITA (WHEELER; PÉLISSIER, 2013).

3 A REDE NARRATIVA DE *O ESPLENDOR DE PORTUGAL*

Quando discorre a respeito do método de análise literária empregado por Antonio Candido em “A dialética da malandragem”, Roberto Schwarz observa que, para que o crítico descobrisse em que medida a realidade brasileira do século XIX teria atuado na composição das *Memórias de um sargento de milícias*, “foi preciso *descobrir* (i. e. pressentir e depois explicar) entre os inúmeros aspectos formais do romance aquele que, sendo a transposição de um aspecto significativo do processo histórico, tinge de atualidade histórica os demais” (SCHWARZ, 1987, p. 138. Itálicos do autor.). Tendo isso em mente, ao longo do tempo em que nos debruçamos sobre *O esplendor de Portugal* (1997), estivemos à procura desse aspecto essencial, enunciado por Schwarz. Assim, embora a cada leitura da obra conseguíssemos visualizar novos procedimentos formais extremamente complexos, esforçamo-nos o tempo todo em “descobrir” qual seria o pilar sobre o qual se assenta a arquitetura geral do romance. Hoje, afirmamos que esse pilar, ou o princípio mediador entre o texto e a sociedade, é a imbricação das temporalidades históricas que envolvem o colonialismo português, o pós-colonialismo nos espaços português e angolano e o descompasso entre o desenvolvimento do capitalismo avançado e o capitalismo português. É, pois, esse o elemento que sustenta e atravessa todos os movimentos da narrativa, desde a organização espaço-temporal até o processo de travamento das existências dos narradores.

O principal aspecto da revisitação do passado colonial operada pelo autor em *O esplendor de Portugal* consiste no esclarecimento da inserção do colonialismo português nos diversos contextos relativos às reconfigurações por que passara o desenvolvimento do capitalismo no mundo, com ênfase às formas sociais violentas que caracterizaram a contemporaneidade entre o desenvolvimento do capitalismo avançado das grandes potências mundiais, o colonialismo português e o atraso econômico de Portugal. Esse esclarecimento se dá fundamentalmente por dois vieses. O primeiro diz respeito à figuração da dinâmica capitalista mundial em sua manifestação no solo angolano, nos anos do colonialismo e nos seguintes à independência de Angola. Paralelamente, o outro viés refere-se ao apontamento contundente da coparticipação e do papel dos colonos portugueses que compunham parte da burguesia colonial, com vistas à manutenção e expansão de seus lucros, na predação do território, na superexploração da mão de obra negra e no estabelecimento das tensões sociais marcadas pelo horror e pela violência que perpassam o livro da primeira à última página. Por fim, a representação da dinâmica dialética entre as temporalidades do capitalismo e do colonialismo

português culmina no entrelaçamento entre a crise material que atinge os personagens narradores após a independência de Angola e a paralela desintegração subjetiva que os acomete paulatinamente.

O desvelamento das imbricações entre os múltiplos tempos e espaços históricos, por meio de procedimentos narrativos que constroem o entrelaçamento desses tempos e espaços também no cerne da composição, e o desnudamento do horror social que perpassa todas as temporalidades e que está diretamente relacionado às práticas de exploração coloniais e capitalistas constituem-se, para nós, nos grandes méritos de *O esplendor de Portugal*. Os principais movimentos da narrativa de Lobo Antunes, como veremos, reproduzem os movimentos dialéticos entre os blocos históricos abrangidos no livro e evidenciam as contradições que emergem do cruzamento desses blocos, além das linhas de continuidade e de ruptura que se estabelecem entre eles – por isso afirmamos tratar-se de uma rede, na qual um ponto relaciona-se intimamente a outro e, juntos, esses pontos ou temporalidades caminham para a construção dos diversos presentes em que se situam os narradores, convergindo todos para o dia 24 de dezembro de 1995.

3.1 Visão geral da organização do enredo

A primeira grande ironia contida em *O esplendor de Portugal* diz respeito, de imediato, ao seu título – uma referência ao hino nacional português, cujos versos abrem o romance:

Heróis do mar, nobre povo
Nação valente e imortal,
levantai hoje de novo
o esplendor de Portugal!

Dentre as brumas da memória
ó Pátria sente-se a voz
dos teus egrégios avós
que te há-de levar à vitória.

Às armas, às armas,
sobre a terra e sobre o mar!
Às armas, às armas,
pela Pátria lutar!
Contra os canhões marchar, marchar.

O peso desses versos, posicionados logo na abertura do livro, reside no fato de que aquilo que lemos nas páginas seguintes caminha justamente na contramão do “esplendor” e dos discursos exaltadores do projeto colonial português, dos quais o hino nacional é emblemático.

Afora isso, a estruturação global da obra é extremamente complexa, a começar pelo acentuado jogo de sobreposições que se manifesta nos diversos componentes da narrativa, como na organização temporal e espacial e na construção fragmentária dos discursos dos narradores, compostos por fragmentos de memórias diluídos ao longo do texto. A captação de um período histórico longo, que abrange desde o século XIX até o ano de 1995, a multiplicidade de narradores e, conseqüentemente, a pluralidade de perspectivas são outros dos fatores que contribuem para a estrutura intrincada dessa obra. Todavia, a complexidade dos recursos formais que vigoram no livro relaciona-se diretamente ao caráter multifacetado das realidades que por meio deles são representadas, também elas extremamente intrincadas.

Quanto ao enredo propriamente dito, seus protagonistas, como já sabemos, são os membros de uma família de colonos portugueses proprietários de terra e outros bens, estabelecida em Malanje, e que o eixo do enredo são as histórias desses protagonistas enquadradas em Angola e em Portugal, durante o colonialismo e no contexto pós-colonial.

No caso dos personagens narradores mais jovens – Carlos, Rui e Clarisse (filhos de Isilda e Amadeu) –, eles embarcaram de Luanda para Portugal em 1978, fugidos da guerra civil que se acirrava em Angola. Em Portugal, os irmãos passaram a viver em um pequeno apartamento da família, no bairro da Ajuda, cuja pobreza destoava muito da antiga casa colonial de Malanje. Nesse contexto, Carlos e sua esposa, Lena, eram os únicos que trabalhavam, e possuíam uma renda que mal dava para se manterem. Esse fato e a manifestação das tensões existentes entre os três irmãos desde Angola fizeram com que Carlos tirasse Rui e Clarisse do apartamento em 1981. Após 14 anos sem notícias dos dois, Carlos decide convidá-los para a ceia de Natal, e é esse convite que motiva as narrativas dos três, situadas em 24 de dezembro de 1995.

Os fatos narrados por esses três personagens abrangem três temporalidades: os anos do colonialismo, em que viveram em Angola, seus primeiros anos em Portugal e o presente (1995). Quando se reportam a Angola, seu foco é sempre fechado na fazenda de Malanje e nas tensões de diversa ordem existentes nela, como a deterioração das relações familiares, a exploração violenta da mão de obra africana, o preconceito sofrido por Carlos por ele ser um mestiço que vivia entre os brancos portugueses etc. Quanto a Portugal, as imagens privilegiadas pelos narradores são todas negativas, focalizando-se sempre a morbidez e a pobreza do espaço em que eles passaram a viver e a sua falta de identificação com aquele espaço, onde esses antigos

colonos – agora denominados “retornados” – têm uma vida material muito precária. Um dos aspectos do saudosismo que sentem em relação a Angola diz respeito justamente à condição material que lá tinham e à posição social que ocupavam naquele país. Assim, desde que chegam a Portugal, eles vagam entre os dois universos: o angolano/colonial e o português/pós-colonial; daí decorre a alternância ou, mais do que isso, a fusão dos dois espaços em suas narrativas.

Quanto a Isilda, mãe de Carlos, Rui e Clarisse, ela é uma ex-colona cujo sentimento de posse sobre Angola fez que se recusasse a partir para Portugal. Durante os 17 anos seguintes ao embarque dos filhos, Isilda arrastou-se de Malanje a Luanda, tentando sobreviver à guerra civil, e, diferentemente do que ocorre com as narrativas daqueles, as dela avançam ao longo do tempo e apresentam datações que correspondem ao avanço das disputas da guerra civil e aos deslocamentos da narradora em fuga com duas de suas antigas empregadas, Josélia e Maria da Boa Morte. As datas que se apresentam em cada um dos capítulos narrados por Isilda são as seguintes: 24 de julho de 1978, 5 de junho de 1980, 21 de junho de 1982, 4 de dezembro de 1984, 26 de fevereiro de 1986, 1 de setembro de 1987, 6 de janeiro de 1988, 10 de maio de 1988, 13 de agosto de 1989, 11 de outubro de 1990, 25 de março de 1991, 10 de abril de 1993, 14 de novembro de 1994, 27 de setembro de 1995 e 24 de dezembro 1995. Assim, enquanto os filhos estão praticamente inertes no presente de sua narrativa, que, por isso, constrói-se quase exclusivamente de lembranças, Isilda narra também o presente visto e vivido no momento mesmo em que tenta organizar seu discurso.

Além disso, se o foco narrativo de Carlos, Rui e Clarisse é mais restrito à fazenda da família em Malanje ou ao apartamento da Ajuda, o de Isilda abrange temporalidades e dinâmicas coloniais e pós-coloniais muito mais amplas e complexas. Essa abrangência, por sua vez, não poderia ser concretizada exclusivamente por meio da narradora personagem, devido à limitação do seu ponto de vista e à própria limitação discursiva a que estava submetida pela precariedade em que vivia. Dessa forma, inserem-se nos capítulos narrados por ela outras vozes, responsáveis pela abrangência de um tempo anterior ao nascimento da personagem e que, assim, ajudam a compor a História do colonialismo português em Angola. Ainda que essa alternância de narradores também ocorra nos capítulos narrados por Carlos, Rui e Clarisse, cujo discurso intercala-se ao de Amadeu (seu pai) e ao de Eunice (sua avó materna), com Isilda esse procedimento é mais recorrente e alcança maiores proporções.

Apesar de os personagens principais situarem-se no século XX, a trajetória dessa família em Angola começou muito antes e desde logo foi mediada pelas relações e disputas internacionais relativas à África no contexto da expansão do capitalismo industrial. Essa mediação, entretanto, somente pode ser constatada cruzando-se dados da ficção e da História,

pois não está explícita no livro. Nesse sentido, vale lembrarmos que foi com vistas a impedir o avanço da ocupação estrangeira em Angola que, pelo início da segunda metade do século XIX, o governo português tentou ocupar o sul angolano, entre outras maneiras, financiando o traslado para lá de famílias de portugueses pobres, numa tentativa de “colonização dirigida e administrativamente financiada” (ANDERSON, 1966, p. 60). O ponto de contato entre ficção e História, nesse caso, diz respeito ao fato de que foi justamente para a primeira cidade estabelecida pelos portugueses no sul (Moçâmedes) que se encaminharam o bisavô de Isilda e suas filhas, e esse dado já nos diz muito sobre a origem da família. Saídos de Portugal, esses camponeses foram praticamente ignorados pelo Estado português, e, tal como em Portugal, em Angola sua vida material continuava a ser bastante precária. Numa ocasião em que esses antepassados de Isilda só tinham para almoçar algumas mandiocas, eis quais eram as ambições do bisavô da personagem naquele contexto de miséria:

uma asa de churrasco, metade de uma asa mesmo raquítica, insignificante, roidinha dos escaravelhos, volta não volta os luchazes furavam uma rã com uma cana, pescavam uma enguia ou um peixito amargo do tamanho de um dedo e o meu avô à espreita, a largar o cigarro, a sair da cantina aos pulos, só bigode, só dentes, a filar o luchaze não com força, não com autoridade, humilde, transtornado de apetite
 – Fica com o quinino todo se quiseres mas dá-me o peixe fica com o quinino mas passa para cá o peixito
 o meu avô na esperança que lhe oferecessem uma enguia, um peixe amargo da planura, uma rã pronta a salgar na ponta de um caniço (ANTUNES, 1999, p. 223. Itálicos do autor.)³²

Essa família de camponeses pobres ascendeu materialmente em Angola após o bisavô de Isilda receber a herança de um primo que fizera fortuna na África. Entre os bens herdados, constavam imóveis, terras e participações na estrada de ferro e na produção de café do Uíje. Não fosse essa herança, esses colonos não teriam condições de possuir o capital nas proporções em que passaram a possuir. Assim, o núcleo familiar que está no centro do enredo, agora detentor de uma porção do capital que circulava em Angola, constitui parte da burguesia colonial, e desse passado mais longínquo alguns dos membros da família não têm conhecimento, e outros, como Isilda e sua mãe (Eunice), embora possam conhecer esse passado, recusam-se a reconhecê-lo.

O posicionamento desse núcleo familiar dentro da rede de exploração que historicamente foi se constituindo em Angola até a independência do país pode ser deduzido,

³² Todas as citações de *O esplendor de Portugal* a que nos reportaremos neste capítulo foram extraídas da referida edição. A partir deste ponto, indicaremos apenas as páginas em que as citações encontram-se, entre colchetes.

entre outros aspectos que detalharemos mais adiante, por meio de inúmeras referências dos narradores ao Estado português e, sobretudo, à Companhia Geral dos Algodões de Angola (Cotonang). Tais referências apontam insistentemente para a subordinação desses colonos tanto à metrópole quanto ao grande capital estrangeiro atuante em Angola. A localização da família de Isilda dentro do colonialismo e, por extensão, da Angola colonial dentro da estrutura capitalista mundial é apontada de forma fragmentária e a todo momento, mesmo quando o foco do discurso do narrador principal aparente ser outro, como no caso em que Isilda discorre melancolicamente a respeito da inércia de seu marido, Amadeu, com relação aos negócios da família:

e era eu, uma mulher educada para ser dona de casa e ter um homem que se ocupasse dos negócios e de mim **quem tinha de falar com os intermediários, discutir com os fornecedores, convencer o Estado a ajudar-nos, argumentar com os bancos a fim de prorrogar as dívidas [...]** [55-56. Grifo nosso.]

Para finalizarmos essas observações gerais acerca da organização do enredo de *O esplendor de Portugal*, é importante não perdermos de vista que, embora subordinados às instâncias que detinham de fato o poder sobre Angola, esses colonos também participavam dessa estrutura como agentes de opressão. Isso porque o funcionamento econômico da fazenda de Malanje sustentava-se no trabalho contratado, sobre o qual discorreremos detalhadamente em nosso segundo capítulo. Esse tipo de dominação da mão de obra ocupa, portanto, lugar de destaque no romance, onde nos deparamos com todo o esquema dos contratos que estava na base da economia angolana e que, assim, constituía-se no sustentáculo de toda a rede de exploração e dos lucros obtidos sobre aquele território.

3.2 O cruzamento de blocos históricos no romance

Referindo-se à importância do elemento “tempo” para a criação romanesca, Mendilow (1972) menciona o fato de os autores estarem submetidos ao limite do recorte temporal do romance para clarificar suas opiniões acerca da realidade representada. Entre outros fatores, é essa limitação que torna laboriosa a seleção e o ordenamento dos pontos que devem receber maior visualização, assim como o estabelecimento das relações causais entre esses pontos. Sendo assim, a análise dessa seleção de acontecimentos, bem como de sua organização no

conjunto do romance, permite-nos apreender em grande medida a visão que ali se constrói sobre a realidade.

Partimos então dessa ideia para iniciarmos nossa análise de *O esplendor de Portugal*, pois o primeiro elemento que nos auxiliará a entendermos a visão crítica do colonialismo e do pós-colonialismo que no livro se apresenta é justamente a concatenação dos diversos blocos históricos que nele são abarcados. O cruzamento desses blocos no corpo da narrativa é o primeiro nível em que se constrói a imbricação entre as experiências colonial e capitalista vividas pelos personagens principais.

Nesse sentido, o primeiro aspecto ao qual queremos atentar diz respeito ao fato de que, embora no romance abranja-se um período de tempo histórico longo, evidencia-se o esforço autoral em estabelecer a impressão de continuidade e de causalidade entre todos os blocos temporais que compõem esse período – que vai do século XIX ao ano de 1995. Entendemos que o principal objetivo de se construir essa impressão seja clarificar a atuação de todas as temporalidades do passado na arquitetura dos presentes em que situam os narradores, o que se revela bastante complexo na medida em que os acontecimentos não aparecem em sequências cronológicas, mas de forma fragmentária ao longo de todo o livro. Apesar do posicionamento fragmentário dos fatos passados, o esforço autoral em ligá-los de maneira que se tornem indissociáveis uns dos outros e do presente foi bem-sucedido, pois é inegável que, ao lermos *O esplendor de Portugal*, uma das impressões mais fortes que nos acometem é a de circularidade, de comunicação intensa entre tempos e espaços objetivos e entre os tempos e espaços da própria narrativa, isto é, entre os capítulos narrados por diferentes personagens, em diferentes datas.

Uma das estratégias formais responsáveis pelo entrelaçamento dos tempos no livro é a interrupção contínua de uma sequência narrativa do presente com a focalização de uma determinada imagem que, imediatamente, conduz o narrador a alguma lembrança de Angola relacionada a essa imagem. Depois disso, as lembranças dos personagens expandem-se gradativamente para tempos cada vez mais anteriores ao presente. Esse movimento é uma das bases da construção narrativa, e, dessa forma, os personagens quase não praticam ações no presente, uma vez que tudo para o que eles dirigem o olhar remete-os ao passado. E isso constrói não apenas a vinculação estreita entre o passado e o presente objetivos, mas também a fusão desses tempos na subjetividade dos personagens. Assim é que, logo no primeiro capítulo do livro, Carlos, pela janela do apartamento da Ajuda, lança a vista aos morros de Almada, e, quase simultaneamente, a janela do apartamento converte-se na janela do jipe através da qual ele observava a paisagem devastada de Malanje que deixava para trás em 1978:

fiquei sozinho na cozinha a ouvir o zumbido do frigorífico e a olhar os morros de Almada, a olhar a fazenda do postigo do jipe à medida que nos afastávamos pelos buracos da picada que dividia os girassóis murchos até ao alcatrão [...] uma patrulha da Unita pulou à nossa frente a mandar parar o jipe acenando as espingardas [...] [12]

Da mesma forma, quando Clarisse se lembra de suas primeiras impressões acerca do bairro da Ajuda, ela descreve a cena de um grupo de homens que jogavam dominó em uma praça tingindo-a de imagens africanas. Assim, os homens que ela vê transformam-se, em sua interioridade, em abutres disputando pedaços de carne, em que foram transformadas as peças do dominó. E essa mesma imagem dos abutres serve para vincular os espaços português e angolano, na medida em que aqueles animais são os mesmos que Clarisse viu rondando o cais de Luanda devido ao cheiro de sangue dos cadáveres espalhados pela cidade e que, depois, rondaram o navio que levava os retornados a Portugal em alto-mar, à espera da morte dos passageiros.

A intercomunicação entre tempos passados e presentes evidencia-se também no modo como os capítulos de diferentes narradores são intercalados e ao mesmo tempo postos em conjunção. Embora as narrativas de Carlos, Rui e Clarisse estejam situadas em Portugal, no dia 24 de dezembro de 1995, elas dialogam intensamente com as de sua mãe, que avançam de 1978 a 1995. Essa continuidade entre as narrativas da mãe e dos filhos estabelece-se por meio da repetição de imagens que vão estabelecendo elos entre essas narrativas e acentuando as impressões de circularidade do enredo e de comunicação entre tempos, espaços e personagens. Assim, por exemplo, Isilda, em 1987, remete-se ao barulho parecido com os silvos de um trem que durante anos interromperam seu sono em Angola; e Rui, em 1995, faz referência aos silvos do trem que o acordavam durante a noite no lar da Damaia. Da mesma maneira, em determinado ponto do enredo, Isilda rememora uma ocasião de sua infância, em que semiadormecida captava a desordem de seu quarto: “[...] estava o meu vestido com as mangas ao contrário, as meias do avesso, uma sandália para cada canto, a boneca no chão [...]” [353]. No capítulo seguinte, deparamo-nos com Clarisse narrando uma cena muito parecida, ocorrida já em Portugal: “e acordei no sofá da sala diante da manhã do Estoril com o ramo de flores espalhado, o vestido e a pulseira no tapete [...]” [361].

No sentido da construção das correspondências entre os narradores, salientamos também a predominância, em suas lembranças da fazenda de Malanje, de certas imagens relativas ao seu funcionamento, como a dos campos de girassol e arroz, a do motor da eletricidade e, principalmente, a do “relógio de caixa alta e números romanos do corredor” [36], fixada nas

memórias de todos eles, que aludem insistentemente ao descompasso desse relógio em relação ao tempo cronológico, às oscilações do pêndulo, ao seu silenciamento ou ao barulho ensurdecedor de suas badaladas.

Essa interpolação frenética de temporalidades distintas na linha narrativa do presente cria de imediato a sensação de que nenhuma dessas temporalidades é distinta, isto é, de que uma está absolutamente incluída na outra. Porém, para além dessa fusão, é o princípio norteador das escolhas das cenas do passado e do presente, bem como o posicionamento estratégico dessas cenas, que nos diz mais a respeito do que o desígnio autoral nos quer mostrar sobre os vínculos intrincados entre os blocos históricos, ou seja, as relações causais estabelecidas entre esses blocos.

O princípio norteador a que nos referimos trata-se da violência, que transpassa todas as relações sociais que são mostradas no romance, estabelecidas em todos os contextos históricos e posicionadas na narrativa de maneira a evidenciarem-se as relações de causa e consequência entre elas. Consideremos, a título de exemplificação desse procedimento, um fragmento enquadrado no capítulo cuja datação é 26 de fevereiro de 1986; no contexto em que Isilda caminha tentando chegar a Luanda, ela avista uma paisagem de eucaliptos e mangueiras. O olhar e a memória da narradora intercalam-se e o elemento comum entre os dois é a violência, a do passado e a do presente:

os eucaliptos da Chiquita onde se penduravam os contratados [no passado], um ou dois sargentos sem pernas nem lugar para onde ir [no presente] estendendo a mão a quem passava, a tropa do Governo ocupando o espaço entre as mangueiras [no presente] destinado pelos cipaiais a reunir o povo para se certificarem que não fugiam [no passado] [131]

Para que tenhamos uma visão mais ampla da atuação desse procedimento na arquitetura global da obra e para esclarecermos que tipo de vínculo se estabelece entre as temporalidades por meio dele, remontaremos a algumas de suas ocorrências.

A primeira delas localiza-se no capítulo de abertura do livro, narrado por Carlos. Entre outras lembranças do narrador, tomamos contato com cenas da Luanda de 1978, devastada pela guerra civil, quando Carlos, seus irmãos e sua esposa encaminhavam-se para o cais para embarcarem rumo a Portugal. Nesse ponto da narrativa, apresentam-se imagens de devastação e horror da guerra civil em Angola. Em meio a essas imagens, opera-se uma ampliação do enfoque narrativo por meio de um recuo a um passado anterior a 1978, quando Carlos e seus irmãos ainda eram jovens e a fazenda em que viviam estava em pleno funcionamento. Dessa forma, ao longo de todo o capítulo, às imagens de Luanda intercalam-se cenas da violência

praticada pelos colonos portugueses contra os trabalhadores angolanos, como ocorre no seguinte trecho, em que Carlos lembra-se quase simultaneamente de imagens de Luanda, do seu casamento com Lena e do enforcamento de um negro na fazenda:

[...] o ruído do avião diminuía a norte para além da mata na Pecagranja ou na Chiquita
lembrei-me das mangueiras e do jinga que o chefe da polícia enforcou, lembrei-me dos restantes jingas calados à espera
 uma bomba, uma segunda bomba, um canhão distante que floria no céu, a minha mãe no receio que os da Unita voltassem e nos sucedesse o mesmo que ao tropa das varejeiras [que fora assassinado em combate]
 – Clarisse
 o jipe avançava às guinadas com a Lena apertando o estômago nos braços [pois havia levado uma coronhada de um soldado da UNITA], magra, de tranças, saindo da igreja em Malanje, o órgão continuava a soprar, as primas jogavam-nos pétalas nas escadas, o senhor bispo sorria, o enforcado estendeu as pernas uma ou duas vezes e ficou a rodopiar no tronco, o chefe da polícia apontou-o com o pingalim
 – É no comércio da patroa que se compra peixe seco não é no comércio da vila
 [14. Itálicos do autor.]

Outro aspecto importante a ser observado nesse episódio é o fato de que nele se põe em relevo a interseção entre colonialismo e capitalismo em sua manifestação mais direta nas relações sociais estabelecidas pelos colonos portugueses proprietários em Angola, na medida em que se evidenciam os modos mais primitivos e violentos por meio dos quais esses colonos garantiam seus ganhos econômicos dentro do sistema do colonialismo português. Para garantir seus lucros e a permanência dos trabalhadores contratados na fazenda, uma das estratégias dos colonos de Malanje consistia no estabelecimento do monopólio da venda de mercadorias aos trabalhadores a preços muito superiores aos de mercado, o que colocava os contratados em dívida perpétua com os patrões. Foi, então, em primeira instância, o lucro que motivou a violência, pois foi por comprar um peixe fora do comércio da fazenda que o negro foi enforcado. Ao narrar esse episódio, Carlos reporta-se nos seguintes termos às justificativas que lhe apresentava o vendedor do peixe (um mestiço) para que não fosse enforcado também:

– Juro que nem sonhei que trabalhavam para vosselência eu não vendo nada aos empregados da fazenda só vendo ao povo da Chiquita
 a mentir com descaro dado que **todo o povo da Chiquita trabalhava para nós e ele nos roubava a percentagem de lucro**, a fazer-se humilde, a tentar comover-nos com a criança, a mostrar-nos a barraca onde morava
 – Sou pobre [15. Grifo nosso.]

A organização das lembranças dos narradores operada dessa forma – recuando-se o foco narrativo gradativamente para passados cada vez mais anteriores ao presente e, assim,

colocando-se em conjunção cenas de violência ocorridas em diferentes contextos históricos – lança luzes sobre as relações de continuidade, ou ainda, de causa e consequência entre as temporalidades sobretudo pelo viés da violência. Assim, no exemplo a que nos reportamos, Carlos narra uma situação de hostilidade praticada pela UNITA; entretanto, ao justapor as temporalidades da guerra civil e do colonialismo, o narrador implícito traz à baila a problematização também das práticas coloniais portuguesas em Angola, inseridas num quadro de interesses econômicos, como um dos fatores que culminaram nas hostilidades presenciadas pelo narrador em 1978. Dessa forma, constrói-se a ideia de que todas as manifestações de violência relacionam-se entre si e forma-se uma espécie de círculo, em cujo centro estão os interesses econômicos e no qual vislumbramos as mudanças das condições históricas e a permanência das formas sociais violentas.

O recuo gradual ao passado alcança as mais altas proporções nos capítulos narrados por Isilda, pois o foco narrativo nesses capítulos retrocede a temporalidades anteriores ao nascimento dela, abrangendo assim cada vez mais elementos históricos que circundam os fatos que ela narra. Para ratificarmos essas afirmações, reportamo-nos de início às primeiras cenas da guerra civil a que temos acesso por meio dessa narradora; trata-se praticamente das mesmas cenas anteriormente referidas por Carlos, isto é, aquelas que eles presenciaram em Luanda, em 1978. Isilda lembra-se das imagens de Luanda e começa a referir-se a elas imediatamente após retornar a sua casa, em Malanje, depois de ter deixado os filhos e a Lena no cais. Nesse contexto, a memória da personagem privilegia os brancos desesperados no cais, tentando embarcar para Portugal, as ruínas e escombros, além da grande quantidade de cadáveres espalhados pela cidade. Não obstante o foco da memória de Isilda esteja nas cenas de Luanda, ele passa gradativamente a cobrir outras questões, que, por se sobrepor umas às outras nas lembranças e no discurso, passam a conectar-se entre si, tal como fragmentos que fossem sendo “costurados” pelo desígnio autoral.

Assim como no exemplo exposto mais acima, relativo ao Carlos, destaca-se, nessas primeiras sobreposições de fragmentos de memórias de Isilda, a vinculação entre a lógica de exploração capitalista e o presente caótico sob o qual Angola encontrava-se. Tal vinculação ganha mais relevo na medida em que Isilda fantasia poder tirar dela algum proveito material. No ponto em que a personagem imagina-se escrevendo aos filhos e mentindo-lhes que tudo ia bem na fazenda, ela acrescenta a isso uma explicação de como, supostamente, poderia lucrar com os danos sociais e econômicos aos quais a população angolana estava submetida naquele contexto. É importante notarmos que, embora esse tipo de relação entre capitalismo e colonialismo também tenha sido vislumbrado quando tratamos da narrativa de Carlos, no caso

de Isilda inserem-se elementos da realidade mais abrangentes, que extrapolam as relações de exploração praticadas na fazenda:

Não há problemas aqui, os empregados das máquinas continuam, ninguém se foi embora, pelo contrário, todos os dias aparecem desgraçados [...]
a suplicar trabalho, por vezes sem um braço, sem pernas, escrever aos meus filhos que com a procura que tenho posso perfeitamente diminuir os ordenados até acabar com os salários que ficam de graça por não haver para onde ir, dizer aos meus filhos que estou bem, hei-de estar bem, não se aflijam, começamos a semear na terça, não vamos ter atrasos na safra deste ano, **se não vendermos a Portugal vendemos ao Japão, fretar paquetes é o menos e no que respeita a transporte basta entender-me com os russos ou os americanos do petróleo a lavrarem o mar em Cabinda** [29. Grifo nosso.]

Conforme a narrativa de Isilda avança, em compasso com o avanço da guerra civil, ampliam-se e se complexificam cada vez mais os delineamentos históricos que circundam o presente em que a personagem se enquadra. No capítulo datado de 4 de dezembro de 1984, por exemplo, ela novamente se reporta àquelas imagens de Luanda – e aqui começam a ganhar vulto as figuras dos mortos, que contribuem em grande medida, e ao longo de todo o livro, para as ampliações dos focos narrativos. Ao recordar-se do cais de Luanda, a memória de Isilda centra-se mais uma vez nos cadáveres vistos por ela naquela ocasião, com a diferença de que agora, em meio às disputas da guerra civil que ela vivencia já há 6 anos desde o embarque dos filhos, não apenas as imagens dos cadáveres vêm à sua memória mas também as vozes desses mortos, que a interrogam: “[...] a ficar [depois de embarcar seus filhos no navio rumo a Lisboa] entre os defuntos que me interrogavam do caramanchão e do pátio, limpando as feridas das balas que os mataram com a ponta do lenço” [102]. Após se referir às interrogações dos cadáveres e, imediatamente depois disso, à ocupação da fazenda pelas tropas do Governo no presente, Isilda, tentando convencer-se do seu direito de propriedade para legitimar sua revolta contra a ocupação da fazenda, remete-se aos portugueses que, muito antes dela, chegaram a Angola. Nesse ponto, acrescentam-se à violência presenciada em Luanda e à violência do MPLA presenciada na fazenda informações que apontam para a violência que esteve nas bases da colonização portuguesa no interior de Angola:

[...] [a tropa do Governo] deixou que o girassol e o arroz secassem no frio do cacimbo e o capim lhes devorasse as raízes ao ponto de não encontrar qualquer vestígio da plantação do meu pai, do que lhe vendera a terra e emigrara para a Venezuela ou o Brasil, e daqueles anteriores a ambos que durante duas ou três ou quatro gerações derrubaram a mata e os ninhos dos animais **à força de escravos e machado, à força de sangue, obrigaram à força de sangue também o algodão a nascer na crista das colinas e a sul do algodão as cabanas dos**

escravos entre o jardim e o rio, junto ao mármore dos crocodilos na areia [...] [102-103. Grifo nosso.]

É por meio do posicionamento imbricado de imagens de diferentes temporalidades, todas perpassadas pela violência, que se constroem nesse capítulo (assim como em todo o livro) tanto as interrogações dos cadáveres quanto as respostas a elas. Isto é, estabelecendo a conexão entre os fragmentos rememorados e atentando à ordem em que eles aparecem no discurso, conseguimos inferir que as interrogações dos mortos direcionadas a Isilda remetem à culpabilidade dos portugueses na construção daquela realidade catastrófica em que a narradora estava inserida e, paralelamente, pelo recuo crescente do foco narrativo a passados cada vez mais distantes, vão-se elucidando as respostas as esses questionamentos.

Entretanto, no capítulo, a construção das conexões históricas que os questionamentos dos mortos suscitam não se esgota aí. O fragmento que transcrevemos apenas inicia a composição de um quadro de devastação e brutalidade pintado de maneira vultosa, do qual fazem parte, no contexto da guerra civil, o assassinato de Fernando (um negro antigo empregado da fazenda de Malanje) e do comandante de polícia, ambos cometidos por soldados do MPLA baseados na fazenda em 1984.

No caso de Fernando, ele foi morto aparentemente porque tentou fugir da fazenda, onde era feito prisioneiro, assim como Isilda, Josélia e Maria da Boa Morte. Quando os soldados levam Fernando de volta à antiga casa colonial (que agora lhes servia de base militar), depois de o terem capturado na mata, ele está completamente desfigurado e, em seguida, ele é fuzilado, numa cena que vale a pena revisitarmos com atenção, pois revela o quanto a violência estava internalizada nos atores sociais e generalizada pelo interior de Angola nos anos de recrudescimento da guerra civil:

o militar com divisas de cabo [...] surgiu atrás de mim a arredar a Josélia, introduziu uma fita na metralhadora, manobrou a culatra, o Fernando desajeitado e elástico principiou a saltar e a saltar e a saltar, com círculos encarnados nos sovacos, na barriga, no peito, e continuou saltando no terraço à medida que os vasos se partiam sozinhos e pedaços do corrimão tombavam em silêncio até que o militar largou a metralhadora no rebordo do tanque, o Fernando finalmente em paz se chegava à terra como se a beijasse, os setters o observavam a meio caminho do medo e da fome, os abutres só maçã-de-adão e unhas caminhavam num andar cansado de perus espanejando o ar com o lodo das asas [...] [105-106]

Chama a atenção também nessa cena a evidenciação de que todos estavam envoltos num um quadro de precariedade e devastação extremas, inclusive os animais. E isso ganha ainda mais relevo na medida em que na sequência narrativa vislumbramos a única situação do livro

em que Isilda, Josélia e Maria da Boa Morte aparecem praticando uma ação juntas e em que a narradora não tenta estabelecer uma distinção interna entre ela e as outras duas:

[...] a Josélia, a Maria da Boa Morte e eu amortálhamos o Fernando em sacos de algodão e enterramo-lo
(três mulheres porque sou mulher ou pelo menos porque fui mulher antes de o ácido do estanho me retalhar de pregas, três velhas com pás e picaretas e ancinhos e as facas de trincar a carne que não tínhamos a ajudarem-se umas às outras numa solicitude empenada) [106]

O outro assassinato que figura no capítulo é o do comandante de polícia, e esse se vincula mais diretamente ao passado colonial. O comandante é, sem dúvida, o personagem mais violento de *O esplendor de Portugal*, encarregado da manutenção da ordem e da satisfação dos interesses do grande capital em Malanje, o que lhe conferia poder de atuação não apenas sobre os contratados mas também sobre os colonos e outras instâncias hierarquicamente superiores a eles, como o adjunto do governador, em quem o comandante mandava com o simples gesto de levantar a sobrancelha. Todos estavam submetidos aos desmandos dessa figura e se mantinham “sem coragem de se queixar a Luanda ou a Lisboa no receio de uma emboscada nos lagos do arroz” [109]. Por isso, quando os portugueses começaram a bater em retirada, o comandante foi rechaçado e não encontrou meio de embarcar nos navios que partiam de Luanda rumo a Lisboa, o que o obrigou a retornar à Baixa do Cassanje, onde se escondeu dentro de um tronco de árvore e foi alimentado, precariamente e quando possível, por Isilda. Considerando a linha de raciocínio que temos traçado até aqui, o mais importante a ressaltarmos neste ponto é a conjunção em que são postas na narrativa as condições de sobrevivência do comandante, escondendo-se dos soldados do MPLA, sedentos de o matar, e a violência exercida outrora por ele, construindo-se assim mais elos entre a violência do passado e a do presente: “[o comandante de polícia] escondido na aldeia dos leprosos que lhe serviam para treinar os cipaios obrigando-os a jogar granadas e avaliando a pontaria pelo número de feridos [...]” [110]. Em seguida, ocorre mais uma conexão entre temporalidades distintas, por meio de símbolos que remetem ao poder do comandante, que, findo o colonialismo, já não valiam nada:

[...] a criança lá dentro com as suas medalhas cômicas e os seus louvores desbotados, tomei a casa, ao que restava da casa, ao que o Governo, a Unita, os sul-africanos e os mercenários consentiam que restasse da casa e só ao entrar na cozinha e ao deitar-me no estrado de bordão ouvi o tiro [...] [111]

Como podemos notar até aqui, o estabelecimento das relações causais entre as temporalidades é marcado pela apresentação de dinâmicas de violência generalizada muito

complexas, que se entrelaçam umas nas outras. Acrescentamos a isso, agora, a posição de destaque que ocupa nessas dinâmicas, quando enquadradas no contexto do colonialismo, a exploração da mão da obra africana. Ao longo de *O esplendor de Portugal*, inúmeras são as referências aos trabalhadores contratados, focalizando-se sempre o modo como essa força de trabalho era submetida às mais diversas arbitrariedades por parte dos colonos, da administração colonial e de outras instâncias. Uma das cenas mais violentas envolvendo os contratados situa-se na terceira parte do romance, no segundo capítulo narrado por Clarisse, e diz respeito, nada menos, a uma ocasião em que o comandante de polícia de Malanje metralhou uma camionete repleta de trabalhadores, como punição à tentativa de extorsão praticada por um falso agente de recrutamento. A cena é de uma brutalidade desmedida e guarda alguma correspondência com as dos assassinatos do Fernando e do comandante, pela via da imagem da metralhadora e suas rajadas:

*[...] o comandante da polícia a pedir a metralhadora ao cipaio, saltos de pipocas de invólucros, o contrabandista de bailundos que se apeou a mostrar licenças falsas, dúzias de contratados soprando pelas frestas da caixa, mesmo de motor desligado a camionete continuava a fumar e a abanar-se, o comandante da polícia rasgou as licenças do homem, os cipaio retiraram-lhe da algibeira moedas, um canivete, um isqueiro a gasolina, a chave da ignição, uma espécie de mapa a lápis em papel pardo, despiram-lhe a camisa, os sapatos, as calças, o comandante da polícia disparou uma rajada para a caixa da camionete e deixamo-los à chuva à espera dos leopardos
[...]
os leopardos em novembro à roda da casa, escutávamos passinhos delicados lá fora poupando as azaléas [...] [287. Itálicos do autor.]*

É também na terceira parte que o livro se encerra, e o último capítulo é narrado por Isilda, que se encontra em Luanda a 24 de dezembro de 1995. A personagem é mantida prisioneira, junto com outros brancos e negros, por tropas do MPLA. Chama-nos a atenção o fato de, nesse último capítulo, lembranças referentes aos contratados da fazenda de Malanje emergirem em meio aos devaneios relativos ao passado que acometem Isilda pouco antes de ela ser morta. De início, a narradora imagina-se celebrando o Natal daquele ano com sua família e com convidados ilustres na antiga casa de Malanje; entre os convidados, o comandante de polícia que antecedeu o comandante que protagoniza o enredo. Nesse ponto, quando se lembra do antigo comandante, Isilda expõe o porquê de ele ter saído de Malanje e de ter sido substituído por aquele outro que já conhecemos. Segundo a narradora, ele não tinha o pulso firme necessário para manter a ordem em Malanje, principalmente em relação aos trabalhadores, que, por isso, faziam “o que lhes dava na gana”. Eis os termos em que Isilda expõe as atitudes dos contratados antes da chegada do novo comandante (termos que também nos remetem ao

primeiro capítulo do livro, quando Carlos reporta-se ao enforcamento do trabalhador que comprara peixe fora da fazenda):

[...] os jingas fazendo o que lhes dava na gana sem consideração pelas pessoas, a comprarem o peixe seco e o tabaco nas cantinas das vilas no pretexto que era mais barato que o nosso e nós, porque não nos deviam nada, obrigados a libertá-los no final das colheitas ou a pagar-lhes vencimentos quase de branco [...] [370]

O capítulo prossegue e, em determinado ponto, a imagem do presente na qual Isilda detém-se é justamente a das camionetes que se aproximam dos prisioneiros, e aí se estabelece o vínculo com as camionetes dos anos do colonialismo, que levavam os contratados para a fazenda. Internamente, Isilda compara os veículos que levavam os bailundos à fazenda àqueles que se aproximavam dela, salientando a diferença fundamental entre eles: “[...] as camionetes vazias no regresso exceto uma sandália, uma muleta, um anel, **só que não eram brancos a conduzirem-nas, eram angolanos** [...]” [375. Grifo nosso.]. A narradora entende então que aquelas camionetes a levariam para a execução, e a visão que temos dos presos acuada e, depois, a bordo da camionete do MPLA aproxima-se à dos contratados que chegavam a Malanje aos montes e, principalmente, àquela imagem rememorada por Clarisse.

Quando os veículos estacionam para que os prisioneiros embarquem, a ligação entre a violência presente e passada por intermédio da imagem das camionetes é completada, na medida em que a narradora as associa explicitamente. Notemos, no trecho a seguir, que tamanha é a imbricação entre presente e passado, que Isilda chega a confundir a vala para onde seriam levados os prisioneiros do MPLA com a Baixa do Cassanje, onde outrora chegavam os contratados para a morte gradual:

tenho medo das camionetes finalmente aqui na estrada da Corimba iguais àquelas em que os assalariados chegavam do Huambo, os cipaio recusavam um ou dois por serem demasiado velhos ou estarem grávidos ou vomitarem, o meu pai paupava-lhes os rins, assinava faturas, pagava ao condutor, as camionetes aos tombos na direção de Malanje, quatrocentos quilômetros na direção de Malanje a Luanda, seiscentos quilômetros de Luanda a Nova Lisboa, tenho frio
[...]
as camionetes na Corimba, os tropas do Governo a destrancarem as caixas [...]
as camionetes na estrada da Corimba a fim de nos transportarem à Baixa do Cassanje [...] [378-379]

Para finalizarmos a primeira parte de nossa análise, queremos ainda aludir a uma das imagens mais potentes de *O esplendor de Portugal*, no sentido da construção da ideia de continuidade entre tempos e espaços coloniais e pós-coloniais: o navio em que Carlos, Rui,

Clarisse e Lena embarcaram em 1978, rumo a Lisboa. Os quatorze dias de viagem a partir de Luanda apontam para a transição espacial e social dos filhos de Isilda, à proporção que o navio avançava em alto-mar e que, no plano objetivo, “já não sobrava nada da África” [262], a não ser as máscaras da Lunda levadas a bordo pela Lena – essas também um poderoso elo material entre Luanda e Lisboa.

O primeiro aspecto da confluência entre as temporalidades evidenciada por meio da viagem dos narradores sugere uma espécie de fechamento de um círculo temporal, em que vislumbramos algumas repetições e desdobramentos relativos às condições materiais e à posição social de determinados sujeitos. Assim, se a trajetória colonial dessa família, que se encontrara à margem da sociedade e da economia portuguesa, iniciou-se no século XIX, quando os antepassados dos narradores foram enviados a Angola numa das primeiras tentativas de ocupação efetiva do território, agora essa família (figurada por Carlos, Rui e Clarisse) é enviada de volta, para novamente se estabelecer às margens de um Portugal que, à altura de 1978, já havia recebido mais de meio milhão de retornados (MENESES; GOMES, 2014), a serem integrados numa economia que, tal como no século XIX, continuava atrasada em relação às potências capitalistas mundiais³³.

Além disso, se no passado o bisavô de Isilda, como vimos antes, desejava intensamente uma rã ou um peixe para comer, no navio os três irmãos cobiçavam as refeições fartas de que desfrutavam os viajantes da cabine de luxo, isto é, os “secretários provinciais, administradores de fábricas, cônegos, presidentes de bancos” [264]. E, justamente, dentro do navio a linha de continuidade entre os diferentes períodos da colonização vivenciados por essa família é evidenciada pela manutenção dos privilégios desses elementos, que detinham o grande capital atuante em Angola. Exceto essa elite, que permanece em posição privilegiada, os demais viajantes encontravam-se todos na mesma posição precária. Nesse sentido, a linha de ruptura desses colonos com o passado colonial é mais uma vez representada por meio da repetição de uma imagem, em que as posições dos sujeitos em diferentes temporalidades são alteradas. Dessa forma, uma das cenas descritas por Clarisse, com a intenção de salientar a decrepitude que paulatinamente tomava conta dos passageiros do navio, aproxima-se muito de uma outra, rememorada por Isilda e que aconteceu nos anos do colonialismo, cujo foco é a pompa e a

³³ Alguns documentos da época permitem-nos ter uma dimensão da pressão social e econômica que a chegada dos retornados gerou em Portugal; entre esses documentos, uma entrevista de Mário Soares a um jornal alemão, da qual transcrevemos um pequeno trecho em que o ex-Ministro trata dos retornados: “Isto é para nós um problema econômico muito sério [...] Temos de criar novos postos de trabalho, mas isso significa igualmente a reestruturação da totalidade da economia portuguesa, que vai precisar de se adaptar às sociedades industriais modernas” (SOARES, 1974. Não paginado. Tradução nossa.).

fatura de que dispunham os convidados ilustres de sua festa de casamento, ao passo que, do lado de fora, alguns negros famintos encontravam-se de cócoras esperando que lhes dessem as sobras. No que diz respeito a 1978, no quadro pintado por Clarisse para focalizar a fome dos passageiros do navio, deparamo-nos com uma espécie de cena invertida em relação àquela rememorada anteriormente por sua mãe:

sopa ao almoço, um prato de feijão ao jantar, uma garrafa de água para o dia todo, encostávamos o nariz às vigias do salão de luxo guardado por marinheiros de pistola onde uma fila de criados entrava com pudins acesos, paus dourados que despendiam estrelinhas [...] [264]

Esses movimentos narrativos que ocorrem dentro do espaço do navio sintetizam dois movimentos que permeiam todo o enredo e dos quais trataremos mais detalhadamente a seguir: por um lado, a evidência da fragilidade das posições sociais e materiais dos colonos proprietários, subordinados que estavam às instâncias detentoras do grande capital; por outro lado, a elucidação do alinhamento desses colonos à estrutura capitalista predatória estabelecida em Angola.

É nesse sentido que a interpolação de tempos e espaços em *O esplendor de Portugal*, além de tornar patentes a participação de uma temporalidade na construção da outra, as interseções entre colonialismo, pós-colonialismo e capitalismo e as linhas de continuidade entre os eventos históricos, em cujas bases estão sempre as formas sociais violentas, presta-se ainda a lançar luzes sobre outra importante questão que permeia a História do colonialismo português: o abrandamento das práticas violentas da burguesia colonial. Dessa forma, o estabelecimento de elos causais entre as cenas narradas pelos protagonistas e a recorrente contradição que atravessa seus discursos desmentirão, ponto por ponto, qualquer pretensão de inocência desses personagens quanto aos horrores que eles narram.

3.3 A ilusão do dinheiro e do poder

Para entendermos o modo como o abrandamento referido acima é aclarado e, mais do que isso, contestado no romance de Lobo Antunes, partiremos da transcrição de algumas das ideias do personagem Eduardo, retomadas constantemente por Isilda:

O meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar na África não era dinheiro nem poder mas pretos sem dinheiro e sem poder algum que nos dessem a ilusão do dinheiro e do poder que de fato ainda que o tivéssemos não tínhamos por não sermos mais que tolerados, aceitos com desprezo em Portugal, olhados como olhávamos os bailundos que trabalhavam para nós e portanto de certo modo éramos os pretos dos outros [...], o meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar na África era transformar a vingança de mandar no que fingíamos ser a dignidade de mandar [...] [243]

Essas são algumas das concepções do pai de Isilda a respeito da posição que sua família ocupava dentro do sistema colonial português. Podemos perceber que Eduardo vincula explicitamente a posição desses colonos a questões de ordem econômica, o que insere de imediato o colonialismo português dentro de uma estrutura mais ampla e complexa – a estrutura capitalista que extrapolava o espaço angolano. Além disso, optamos por iniciar este trecho de nossa análise com esse fragmento por ele nos remeter a uma importante chave interpretativa de *O esplendor de Portugal*, que desenvolveremos a partir daqui e que diz respeito ao desejo de expansão econômica dos colonos proprietários e ao travamento desse desejo, uma vez que ele se subordinava a instâncias como o Estado português e o grande capital internacional. Tal subordinação é, então, o que tornava a satisfação desse desejo em grande parte ilusória.

O primeiro aspecto dessa “ilusão do dinheiro e do poder” ao qual queremos atentar é o fato de que ela pôde ser cogitada e concretizada no tempo e no espaço colonial. É por isso que para todos os colonos que figuram no enredo, que têm origem pobre, Angola se configurou na possibilidade de experimentarem ocupar posições que em Portugal lhes seriam impensáveis. Ainda que haja exceções, no geral os principais personagens do livro puderam experimentar em Angola, além da ascensão econômica, a liberdade de mandar ou, em outros termos, de obter lucros às custas da exploração daqueles que se encontravam forçosamente abaixo deles na rede de exploração capitalista, ou seja, os negros angolanos. E isso esses colonos fizeram de maneira contundente e deliberada, tanto assim que todos eles aparecem no enredo praticando atos de violência brutal e desmedida, principalmente contra os camponeses angolanos³⁴.

O outro aspecto da ilusão referida por Eduardo concerne à circunstância de que os colonos não estavam, conforme gostariam, no topo dessa rede de exploração, o qual era

³⁴ Nesse sentido, é interessante notarmos que mesmo Amadeu, marido de Isilda e o personagem português mais fraco e subalterno do romance, teve a oportunidade de exercer os seus desmandos contra quem, no contexto do colonialismo, estava abaixo dele na hierarquia social. Foi o que ele fez com relação à Carolina, uma negra angolana, empregada da Cotonang (onde Amadeu trabalhava como engenheiro) e mãe biológica de Carlos. Amadeu forçou, por meio de ameaças, a família de Carolina a vendê-la para ele, pelo preço que ele próprio estabeleceu. Amadeu mandou construir uma cabana no bairro da Cotonang onde pudesse manter relações com a moça, e era aquele o único lugar onde ele podia exercer algum tipo de poder, daí o personagem sugerir que sua verdadeira casa era aquela do bairro da Cotonang, e não a outra onde vivia com a família oficial, na qual ele era constantemente humilhado e considerado um peso morto.

ocupado pelas instâncias detentoras do grande capital internacional, que regiam todo o restante da rede. Essas instâncias marcaram acentuadamente as vidas dos protagonistas e são representadas de maneira exemplar pela figura do comandante de polícia de Malanje – não coincidentemente o personagem mais violento e autoritário do romance, que permeia as memórias de todos os narradores de forma muito negativa.

Assim como os outros personagens oriundos de Portugal, o comandante de polícia pertencia a uma família de camponeses pobres, e já vimos que em Malanje esse personagem era temido por todos. Da mesma forma que reprimiu violentamente os trabalhadores negros à ocasião da Revolta do Algodão em 1960, ele também prendeu e torturou quaisquer pessoas que tivesse julgado subversivas; entre elas, fazendeiros que reclamaram do governo de Portugal e padres que acusaram os portugueses de praticarem a escravidão em Angola e que estiveram pregando ideias de liberdade entre os camponeses africanos.

A liberdade de ação do comandante era legitimada e garantida pelas esferas de poder a serviço das quais ele se encontrava. Dessa forma, ao reprimir qualquer tentativa de sublevação dos trabalhadores ou dos colonos, o comandante, em última análise, garantia a manutenção da ordem requerida pelas grandes companhias para continuarem obtendo seus lucros em Malanje sem maiores transtornos ou convulsões sociais; por outro lado, as autoridades portuguesas faziam vistas grossas aos seus desmandos, contanto que a produção e os lucros das companhias continuassem sendo garantidos, assim como as boas relações entre elas e o Estado português:

se ficasse em Portugal continuava a bater autos à máquina numa esquadra qualquer e a perseguir ambulantes nas travessas do Castelo ao passo que em Malanje comandava o bando de brancos e cipaio a que chamavam polícia sem ninguém lhe pedir contas tirando Luanda que era distante demais para exigir fosse o que fosse salvo as toneladas de algodão e girassol não diminuíssem no porto, os holandeses dos diamantes não se queixavam de emboscadas e os padres espanhóis da missão não se lembravam de escrever ao governador participando abusos imaginários e chacinas inventadas [292]

Como podemos notar, o comandante não estava a serviço dos colonos, mas das grandes companhias que obtinham lucros em Angola, e nesse sentido ressaltamos o papel de destaque que, nessa rede de subordinação, teve a Cotonang, que expandia seu poderio pelo norte de Angola sob a conivência do Estado e o autoritarismo do comandante:

a fazenda que a Cotonang ia comprando aos poucos, os fazendeiros queixavam-se do Governo de Lisboa que os sangrava de impostos, dos fiscais que lhes recusavam os fardos
[...] calavam-se quando o comandante da polícia vinha e o comandante da polícia, indulgente

– A conspirar meus senhores? [334]

Ademais, a opinião do comandante acerca dos colonos, vinda à luz no único momento em que ele atua como narrador, evidencia em grande medida a ilusão sobre a qual vivia grande parte daqueles fazendeiros e que fora muitas vezes enunciada por Eduardo:

[...] *como se não conhecesse esses fazendeiros tão desgraçados como eu, tão importantes aqui onde não existia ninguém senão nós e os africanos e tão nada em Lisboa onde existia tudo menos nós, os africanos que não passavam de africanos e nós que não passávamos de algo intermédio entre os africanos e eles* [...]
 [...] *afinal idênticos a mim, afinal vindos de uma aldeia do norte como eu* [...] [301-302. Itálicos do autor.]

Essa concepção é, aliás, bastante mais realista do que muitas das de Isilda, que chega a afirmar que o comandante não passava de um reles camponês que “*respeitaria uma branca no pavor de o lincharem*” [300. Itálicos do autor.]. O ridículo dessa afirmação de Isilda reside justamente no fato de que as origens de sua família são idênticas às do comandante. E essa ideia de empáfia grotesca, de posições inautênticas, ilusórias, sobressai na narrativa em diversos momentos e de diferentes maneiras. Ela transparece, por exemplo, em detalhes como o anel de brasão falso que Eunice, a mãe de Isilda, usava; o automóvel do avô de Eunice, do qual ela se gabava por haver sido o primeiro de Moçâmedes, mas que na verdade tratava-se de uma “*marmita [que] faleceu ao cabo de duzentos metros esguichando cataclismos mecânicos*” [155]; o diploma do pseudodentista, escrito em um pedaço de cartolina; as “*medalhas cômicas*” [111] que continuavam com o comandante anos depois da retirada dos portugueses de Angola, quando ele fugia dos soldados do MPLA; e muitas outras circunstâncias³⁵.

³⁵ Uma das figuras mais emblemáticas da arrogância e da afetação infundada dos membros da família protagonista de *O esplendor de Portugal* é, sem dúvida, Eunice. Essa figura e suas concepções acerca da realidade que a circunda são acentuadamente envoltas por uma aura de inautenticidade e de anacronismo desmedidos, daí a imagem da loucura que envolve a personagem. Um dos episódios em que esse anacronismo é sobremaneira evidenciado ocorre alguns anos antes do início da guerra colonial em Angola, quando a família já passava por uma crise material e o colonialismo português já dava sinais de sua iminente desintegração – o que para Eunice era absolutamente insuportável. No referido episódio, Eunice surge diante de sua filha, dizendo-lhe que ia embora para Moçâmedes encontrar seus antepassados e que levaria consigo a Josélia, para que cozinhasse para ela. Internamente, Moçâmedes constituía-se, para Eunice, em tempo e espaço de refúgio, onde a ordem colonial, a superioridade dos brancos e a dominação sobre os negros estariam intactos, e o tempo histórico, como que congelado. Entretanto, objetivamente esse tempo/espaço de evasão não existia, tampouco os antepassados de Eunice ainda se encontravam vivos. Cada detalhe narrado no episódio clareia crescentemente o deslocamento de Eunice em relação ao tempo e ao espaço presente, bem como delineia a sua interioridade paralisada, presa a um passado que cessara há tempos de existir, em descompasso com o tempo histórico que segue. Vejamos um pequeno trecho: “[...] a minha mãe e a Josélia [...] certas que os sujeitos de chapéu de coco e as tias de balandrau viviam ainda martelando pianos desafinados, colando selos em álbuns, esquecendo-se do tempo nos calendários parados” [155].

De qualquer maneira, o fato é que, mesmo assentados em solo movediço, o exercício do poder, a obtenção de lucros e a condição de proprietários que os colonos personagens vivenciaram em Angola foram incontestavelmente bem-assimilados por eles ao longo das gerações, a ponto de a crise material que atinge os narradores com o fim do colonialismo convergir para a decomposição subjetiva que os acomete num crescente quanto mais eles se distanciam, no plano objetivo, do seu passado colonial. Portanto, o desvanecimento da “ilusão do dinheiro e do poder” em que a própria existência dos personagens narradores sustentava-se é o que está na base de algumas das impressões mais salientes no livro, a saber: a de que esses personagens estão estáticos num presente repleto de passado e cuja percepção é acentuadamente embotada; a de que eles se desconhecem a si próprios crescentemente; a de que, diferentemente do tempo objetivo, o tempo subjetivo parece não avançar; a sensação de ausências irremediáveis e de um saudosismo difuso por toda a narrativa; e, finalmente, a sensação de que não há futuro possível para eles fora do tempo e do espaço colonial.

Todas essas impressões participam da construção da aura de melancolia e desespero que cobre as memórias e a vida presente dos narradores e que pode conduzir (dessa vez a nós, leitores) a uma outra espécie de ilusão: a da redenção ou da vitimização desses narradores. E esse é justamente o problema que subjaz ao tom melancólico de seus discursos e que o narrador implícito faz emergir por meio da multiplicidade de perspectivas e, de novo, do encadeamento de acontecimentos e temporalidades.

3.4 Entre vítimas e algozes

Antes de partirmos para o desenvolvimento da matéria da vitimização dos colonos no texto literário, queremos apresentar alguns dos termos em que ela é discutida por Meneses e Gomes (2014) e por Peixoto (2011), em seus ensaios intitulados, respectivamente, “Regressos? Os *retornados* na (des)colonização portuguesa” e “A mídia portuguesa e o retorno dos nacionais”, os quais contribuíram muito para o nosso entendimento acerca das contradições dos narradores de *O esplendor de Portugal*. Esclarecemos, porém, que as autoras citadas tratam da questão dos retornados de maneira mais ampla do que a trataremos aqui, onde nos deteremos naqueles ex-colonos que deduzimos terem sido pertencentes à burguesia colonial estabelecida na África – dedução que se baseia no fato de que essa parcela de ex-colonos tinha um grau de

instrução e de influência que, no geral, permitiu-lhe, quando retornou a Portugal, intervir de alguma maneira na política e ter acesso aos meios de comunicação.

Dito isso, os pontos que mais nos chamaram a atenção nos ensaios acima referidos vêm ao encontro, em grande medida, daquilo que já vínhamos observando serem as principais características dos narradores de *O esplendor de Portugal*: o descontentamento pela perda dos bens que possuíam na África, a revolta contra o governo português por isso, a tentativa de abrandamento de sua participação na exploração violenta dos africanos e o não reconhecimento do protagonismo dos movimentos nacionalistas na luta pela independência, restringindo-a à influência de conspirações estrangeiras que o governo pós-25 de Abril não teria sido capaz de conter. No caso do ensaio de Peixoto (2011), essas características são analisadas a partir da observação de editoriais do *Jornal O Retornado*, fundado em Portugal em 1975. Entre esses editoriais, dois nos chamaram especial atenção, por evidenciarem algumas das ideias que vigoravam entre os ex-colonos saídos da África e que são importantes para o nosso estudo:

O “retornado” mais não foi, na sua esmagadora maioria, do que um explorado. Para amealhar alguns cobres (que acabou por perder) o que hoje é “retornado” trabalhou de “ver a ver”. Isto é, de sol a sol. Passou privações, que só os que viveram no Ultramar podem e sabem avaliar.

Não é, pois, honesto nem coerente que se hostilize ou se mostre rancor ou azedume para com os “retornados”, violentamente traumatizados não só pela guerra, como ainda pelos saques, prisões arbitrárias, espancamentos, violações, humilhações a que foram sujeitos.

Não é verdade que o “retornado” tenha explorado o negro, [...] (*Jornal O Retornado*, 17/10/1975, p. 1 apud PEIXOTO, 2011, p. 10. Grifos nossos.)

E em número posterior:

É necessário dizer a verdade com coragem. Coragem que escasseia a muitos e não a nós, “retornados” ou deslocados, **vítimas da ambição desmedida de alguns políticos** que sem respeito pelos mais elementares direitos que nos assistem como cidadãos portugueses e contra todos os princípios democráticos **decidiram, nas nossas costas, de nossas vidas e bens**, atraindo-nos vergonhosamente. (*Jornal O Retornado*, 07/11/1975, p. 1 apud PEIXOTO, 2011, p. 13. Grifos nossos.)

É inegável que a questão dos retornados é extremamente complexa e que envolve muitas nuances. Também é inegável que a experiência da saída da África, sob diversos aspectos, tenha sido traumática para esses angolanos de ascendência portuguesa, em diferentes níveis conforme tenham sido ricos ou pobres na África. Por isso, salientamos que nossa intenção aqui não é discutir ou questionar as inúmeras problemáticas relativas a essa experiência, mas sim ressaltar que a vitimização dos ex-colonos também é extremamente problemática, pois acaba por

encobrir sua parcela secular de culpa nos rumos dos acontecimentos históricos, como demonstram os trechos que negritamos acima.

É nesse sentido que a tentativa de disjunção entre as imagens de colonizador (como sendo agente de prosperidade e civilização para os territórios africanos) e de colonialista (como sendo agente de opressão) contribui para que se continue legitimando e abrandando a dominação portuguesa na África, conforme nos apontam Meneses e Gomes (2014). Segundo essas autoras, a referida tentativa de disjunção permeia diversas narrativas de memórias de retornados e, para exemplificar, transcreveremos um trecho de uma dessas narrativas. Trata-se das memórias de um ex-colono que trabalhou como profissional liberal em Moçambique. O trecho que apresentaremos enquadra-se no contexto em que o autor discorre a respeito de situações com as quais se deparou durante o tempo em que exerceu o ofício de advogado na então colônia. Notaremos que, no fragmento, negam-se as práticas de exploração violentas dos portugueses em território africano – cuja existência histórica já atestamos em nosso segundo capítulo e as quais atravessam *O esplendor de Portugal* da primeira à última página. Ao mesmo tempo, justificam-se a presença e a dominação portuguesa na África com base naquela suposta superioridade branca civilizada, que, por sua vez, relaciona-se à ideia de missão civilizatória – assuntos dos quais também já tratamos mais detalhadamente no primeiro capítulo desta dissertação.

Em face destas situações que venho descrevendo e que são reais, pelo menos na minha perspectiva e segundo a minha experiência vivida, e não foi pouca, uma questão gostava de deixar aqui esclarecida: e que é a questão de saber se todos nós que vivíamos em Moçambique explorávamos, oprimíamos, roubávamos e escravizávamos os nativos. Ideia forte que estava em circulação em força no tráfego da intensa propaganda internacional socialista e comunista. [...]

Portanto, segundo tal propaganda, os pretos, que em termos de relações de trabalho estavam quase sempre na situação de empregados, fatalmente estavam em situação de serem explorados. E claro, havendo exploração havia opressão.

Esta era a sua lógica. Mas falsa.

[...]

Quanto a escravizar seria ainda mais difícil de fazer acreditar, visto que a escravatura em termos reais já fora abolida há mais de um século, e na prática estava já longe do espírito das pessoas tal ideia. [...]

E por fim, e para resumir, se não tivesse havido colonização, com esta nossa gente, capaz dos maiores sacrifícios e de enfrentar os maiores perigos, para alcançar os objectivos, não teria havido estradas, nem portos, nem escolas, nem hospitais, nem desenvolvimento, nem progresso, e os nativos continuariam a viver no paleolítico... Seriam ainda uns glabros trogloditas.

[...]

Por isso não posso deixar de declarar, sem receio, e sem complexos, de que me considere de algum modo um colonizador, no melhor sentido da palavra, tendo dado pelo meu trabalho e a minha acção, a minha restrita quota-parte de cultura e civilização a quem dela precisava. [...] E por isso repudio

veementemente o rótulo de colonialista, no mau sentido da insidiosa propaganda da esquerda. (CAVEIRO, 1998. Não paginado. Grifo nosso.)

Certamente, essas concepções acerca da atuação portuguesa na África não eram/são as únicas que vigoravam/vigoram entre os portugueses retornados. Entretanto, são concepções muito alinhadas a essas que guiam os principais personagens do romance que estamos analisando. Vejamos, para exemplificar, as correspondências de fundo ideológico entre um excerto do livro, narrado por Isilda, e o tipo de discurso que apontamos acima. O trecho insere-se no capítulo datado de 10 de maio de 1988, num ponto em que a narradora discorre em tom muito revoltoso a respeito da atuação comunista na luta de libertação em Angola e questiona, entre outras coisas, o fato de os negros terem sido escravizados pelos colonos:

os trabalhadores os camponeses os operários não escravos
comprados ao chefe de posto
[...]
assalariados com vencimentos perfeitamente justos assistência médica gratuita
medicamentos gratuitos escola gratuita habitação gratuita um comércio só para
eles liberdade completa onde estão os escravos, digam-me por favor onde estão
os escravos [...] [202-203]

Além dos dados históricos concernentes ao trabalho contratado, inúmeros são também os momentos do romance que desmentem as afirmações e negações de Isilda a esse respeito, enunciados por todos os narradores, inclusive pela própria Isilda:

[...] mas como os bailundos, por se parecerem todos, a gente não os consegue distinguir, podia ser uma irmã ou uma prima [da Maria da Boa Morte] ou uma criatura vinda de Nova Lisboa no último caminhão de gado, alinhada contra o armazém enquanto os chefes de turno as contavam, o enfermeiro lhes palpava os músculos das pernas, o meu pai pagava ao motorista consoante o número e a saúde deles, a senzala crescia no sentido do rio e com a senzala as galinhas, o pivete e as moscas, trezentos e cinquenta ou quatrocentos no início das colheitas, metade ou menos da metade derivado à disenteria quando acabava o algodão, as camionetes regressavam ao sul com sete ou oito doentes cobertos de varejeiras [...] [126-127]

Também neste fragmento narrado por Carlos podemos ter uma noção das condições sob as quais viviam, ou sobreviviam, os trabalhadores contratados:

[...] os [contratados] do planalto do Huambo, fornecidos pelo administrador a um saco de sementes por camponês, não se cansavam de morrer de amibiana mal chegavam em camionetes de gado, fingindo-se moídos da viagem para não trabalhar, desatavam logo com vômitos e febre, o administrador teimava que agonizavam de propósito, introduzia um cubo de gelo no ânus do soba para servir de exemplo mas na quarta-feira já o soba

[...]

estava morto e enterrado e os súditos, fidelíssimos, apressavam-se em copiá-lo

[17]

Como podemos perceber, em concomitância com a nostalgia, a melancolia e a revolta que perpassa o discurso dos personagens e que vai construindo uma imagem de vítimas desoladas da perda da colônia, opera-se também a relativização dessa imagem. Essa relativização constrói-se não apenas por meio das contradições dos próprios narradores, como notamos nos trechos narrados por Isilda transcritos acima, mas também por meio das contradições entre os enunciados de um e de outro, que nos fazem constatar que de modo algum eles são confiáveis e que as conclusões a respeito do que eles narram somente podem ser inferidas com base na conjunção de todas as narrativas. Assim é que, por exemplo, embora Isilda esforce-se sobremaneira para nos convencer de que Carlos não tivesse motivos para desprezá-la e nos esconda os preconceitos sofridos por ele dentro da casa colonial, as narrativas de Rui e Clarisse põem em relevo esses preconceitos e só então é que começamos a entender algumas das atitudes de Carlos no passado e no presente. No que se refere aos preconceitos da própria Isilda, ele é apenas sugerido quando é ela quem narra, como no caso em que admite que não concordaria que Rui e Clarisse se casassem com alguém de origem pobre como a Lena, com quem ela permitiu que Carlos se casasse. Por outro lado, ele é escancarado em um dos últimos capítulos do livro, narrado por Clarisse. Nesse contexto, expõe-se não só o preconceito de Isilda como também o seu caráter violento e dissimulado. Trata-se de um episódio em que essa personagem castigou fisicamente a Josélia por ela não ter conseguido passar a noite acordada vigiando o Rui, ainda uma criança, para acudi-lo em caso de um de seus ataques epiléticos, e foi Clarisse quem delatou a empregada à mãe. Nessa ocasião, Carlos demonstrou sua revolta em relação à mãe e à irmã, quando então Isilda ameaçou bater-lhe com a vergasta, da mesma forma que batia na Josélia:

– Estás a defender os teus amigos escarumba

a única ocasião em que lhe chamou escarumba, a única ocasião em que entendi que o odiava, tratava-o melhor que nós porque o odiava mais tal como minha avó o odiava

– Devia pôr-te a trabalhar no algodão devia entregar-te ao capataz para meter-te na ordem

[...]

a rondar o Carlos na manhã seguinte, a passar-lhe as camisas a ferro, a insistir para que bebesse mais leite, a servi-lo antes de nós, a deixar-lhe chocolates no travesseiro, a designá-lo ao intermediário de Luanda

– O meu filho mais velho

a soltar a promessa de uma moto na Páscoa e a esquecer-se da promessa uma semana depois [...] [365-366]

Essa concatenação entre o que nos diz cada um dos narradores, bem como o constante encadeamento das temporalidades narradas por eles, faz com que, ao mesmo tempo em que se esforcem para transparecerem ser vítimas injustiçadas de conspirações do governo português e dos interesses estrangeiros sobre Angola, sejam também eles mesmos colocados, sem nenhum abrandamento, no centro dos acontecimentos como agentes de opressão colonial e capitalista. Por outro lado, ao fazer isso, o desígnio autoral também clareia aquilo que subjaz às práticas violentas e primitivas desses colonos e que as motiva: fundamentalmente os seus interesses de expansão econômica e de manutenção de seus privilégios em Angola. E, em última análise, como veremos, é o bloqueio da satisfação desses interesses no contexto da perda da colônia o que, na realidade, está por trás de toda a melancolia e revolta desses narradores.

3.5 Por trás do “amor à África”

Afirmamos, portanto, que existe um segundo nível de significação relativo aos discursos dos narradores de *O esplendor de Portugal*. O primeiro e mais evidente aponta, como já mencionamos, para a vitimização desses sujeitos, sobretudo pelo viés da melancolia e da denúncia contundente, e muito relevante, das instâncias que participaram da pilhagem do território angolano, como as grandes companhias estabelecidas por lá e as potências globais em disputa por hegemonia econômica e política no mundo. A percepção do segundo nível, porém, exige uma observação mais cautelosa e crítica dos discursos e das práticas desses narradores, sobretudo daquilo que eles intentam escamotear de alguma maneira, isto é, a sua cumplicidade e corresponsabilidade nos horrores sociais estabelecidos em Angola nos anos do colonialismo e nos seguintes à independência, bem como os interesses que motivaram essa cumplicidade. Convém ressaltarmos, antes de prosseguirmos, que esse segundo nível não obscurece, absolutamente, a importância e a visibilidade do primeiro; ao contrário, ele atua para ampliar a visão crítica que se traça no livro a respeito da predação colonial e capitalista em Angola.

A primeira pista que nos direciona ao esclarecimento dessa segunda camada dos discursos dos narradores trata-se do desvelamento do tipo de vínculo subjetivo que eles mantêm com a ex-colônia e que os faz sentir tamanha falta do tempo e do espaço coloniais. Nossa hipótese é a de que esse vínculo tem como base de sustentação a condição de proprietários e de patrões, experimentada pelos narradores naquele espaço e que, como já constatamos, somente poderia

ser vivenciada lá, no contexto do colonialismo. É essencialmente a ruptura com essa condição a responsável pelo rancor e pela revolta dos personagens contra Portugal, contra as potências estrangeiras e contra o fim do colonialismo. Essa nossa hipótese baseia-se principalmente no fato de que, ao contrário dos vínculos de propriedade estabelecidos em Angola (que se desintegraram após a independência do país), o sentimento de posse sobre os bens que lá possuíram permanece inalterado nos personagens. E é esse descompasso entre a experiência objetiva e a subjetiva que faz com que paulatinamente suas subjetividades também se desintegram, o que se evidencia sobretudo pelo seu apego excessivo ao passado, pela percepção embotada que têm de si nos períodos posteriores ao fim do colonialismo e pelo imobilismo que caracteriza suas vidas no presente em que narram.

Para examinarmos essas questões, novamente partiremos de algumas observações acerca de Eduardo, um homem plenamente inserido na realidade prática e nas dinâmicas do colonialismo em sua imbricação com o sistema capitalista. Tal inserção deve-se em grande medida à circunstância de que era Eduardo quem geria a fazenda e os negócios da família e, assim sendo, envolvia-se diretamente com a arregimentação e a exploração dos trabalhadores contratados, mantinha relações comerciais com as grandes companhias e lidava com os impostos cobrados pelo Estado e com as propinas exigidas por funcionários da administração colonial, desde os chefes de posto até o veterinário (que em troca de suborno liberava o gado doente da fazenda para venda).

Quanto à crise econômica por que a família passava à altura do início da guerra colonial e à desintegração do colonialismo, em andamento, o ponto de vista e o entendimento do personagem acerca dessas questões são bastante abrangentes e, em parte, esclarecidos. Por isso, quando surgem na narrativa, principalmente por meio das lembranças de Isilda, os discursos de Eduardo salientam o fracasso do projeto colonial português acima de tudo pelo viés das relações entre esse projeto e o contexto político-econômico mais amplo que o envolvia. Contudo, muito embora Eduardo tivesse consciência de que ele e sua família participavam da rede de exploração instituída em Angola, a ênfase de suas críticas recai sempre sobre a elite e o governo português e sobre os interesses econômicos estrangeiros em Angola. No que diz respeito especificamente à revolta de Eduardo contra Portugal, ela se assenta preponderantemente sobre dois pontos: primeiro, a posição de inferioridade material e social que os colonos proprietários ocupavam em relação aos portugueses ricos metropolitanos; e, segundo, o apego desses colonos ao território africano – território que eles estavam prestes a perder.

A despeito da lucidez de muitas das críticas de Eduardo, uma leitura superficial dessas críticas, que as descole do exame das práticas do personagem dentro da dinâmica histórica em que ele se enquadrava, certamente nos conduziria ao erro de deixarmos escapar um aspecto crucial dessa figura, a saber, o fato de que ela é representativa das tensões entre o desejo de expansão capitalista e o travamento da realização plena desse desejo, engessado que estava pela subordinação dos colonos proprietários à estrutura colonial e capitalista em que estavam inseridos. Tanto assim que as frustrações de Eduardo nesse sentido vêm à tona recorrentemente na narrativa e, para exemplificar, apresentaremos um trecho do romance em que isso ocorre. Nesse trecho, narrado pelo próprio Eduardo, ele se lamenta da posição de inferioridade dos colonos proprietários e do fato de a eles serem destinadas as piores condições materiais e os piores bens. Notemos que, nesse caso, os bens de segunda categoria dos quais Eduardo se queixa rancorosamente são mulheres prostitutas, e esse nivelamento de pessoas e mercadorias não deixa de evidenciar traços importantes do caráter desse colono proprietário:

[...] a Clotilde a Berta a Alice a Alda todas com a mesma idade quer tivessem vinte quer cinquenta anos, trazidas para Angola pelos barcos do Estado para uso dos fazendeiros do Uíje e do Cassanje
no entender dos portugueses que mandavam em Lisboa eram as mulheres que merecíamos
 [...] *ensinando-as a pedirem-nos dinheiro e a dançarem num palco, não as filhas deles nem as amigas nem as esposas por sermos pretos*
 [...] *Por aceitarmos o degredo na África a fim de cumprir com menos humilhação e menos vergonha penitências, castigos, condenações obscuras na esperança que morrêssemos das pestes do sertão ou nos matássemos entre nós como bichos e obrigando-nos a enriquecê-los com percentagens e impostos sobre o que lhes não pertencia, tal como nós enriquecíamos à custa do café e do algodão que nos não pertenciam tampouco [...] [251. Itálicos do autor.]*

Sobre a sagacidade que percebemos nas concepções de Eduardo acerca do colonialismo português, ela se deve em grande parte à sua inserção na materialidade prática desse sistema, ou seja, à sua participação em assuntos econômicos e políticos – muito diferente do que ocorre com sua esposa, Eunice, que tem um ponto de vista acerca da realidade extremamente limitado e restrito ao microuniverso da fazenda de Malanje. É essa inserção que permite que o foco de Eduardo possa voltar-se a outros espaços e que ele consiga projetar de maneira bastante certa o futuro da então colônia e dos então colonos portugueses lá estabelecidos. Todavia, apesar da clareza de muitos pontos de suas análises e previsões a respeito dos rumos que tomariam Angola e Portugal a partir da guerra colonial, as entrelinhas dessas análises, ou seja, aquilo que nelas é omitido ou abordado de maneira fugaz, apontam para importantes contradições desse

personagem, cuja continuidade encontraremos, em diferentes proporções, nos narradores que constituem a sua descendência.

Tais contradições, no caso de Eduardo, consistem essencialmente no fato de que, por uma lado, suas concepções a respeito da posição dos colonos no sistema do colonialismo português são de uma clareza inquestionável, de maneira que por meio delas vislumbramos a composição de toda a escala de subordinação e exploração capitalista de que o colonialismo português era uma parte, além das formas como se davam as relações entre os colonos e as diversas instâncias que compunham essa escala (que se iniciava no poderio do grande capital internacional e recaía por último nos negros angolanos). Todavia, ao mesmo tempo em que Eduardo denuncia a atuação da elite portuguesa metropolitana e do grande capital na exploração de Angola, ele abrandava ou mesmo ocultava tanto a corresponsabilidade dos colonos proprietários nos horrores das relações de exploração que se instituíram naquele território quanto os interesses capitalistas dos próprios colonos, que motivaram esses horrores e que estiveram na base do seu desejo de permanecer na África.

Tratando, por ora, de Eduardo e de Isilda – que recorre de maneira insistente às concepções que o pai lhe transmitira –, afirmamos que a desresponsabilização e o ocultamento dos reais interesses desses colonos em Angola intentam concretizar-se por meio sobretudo do esforço dos dois personagens em condenar a elite metropolitana e os estrangeiros que visavam à ocupação do território após a retirada dos portugueses de lá e, paralelamente, em colocar a ambição dos “brancos de Lisboa” e dos estrangeiros em oposição a um suposto “amor à África” [244], sobre o qual estaria assentada a relação dos colonos com o espaço africano. Além disso, não devemos deixar de assinalar também, no que diz respeito às estratégias discursivas desses narradores, o obscurecimento do protagonismo africano nas lutas de libertação. Ao tratarem das tensões que se processavam entre negros e colonos, Eduardo e Isilda não admitem a autonomia dos movimentos nacionalistas angolanos. E isso contribuiu em larga medida para que esses personagens escamoteiem as suas próprias culpas na emergência daquelas tensões. Isso porque, ao enfatizarem que as revoltas dos negros estiveram totalmente subordinadas a interesses de elementos estrangeiros, os narradores pretendem que se subentenda que, no que se refere às práticas portuguesas, não havia motivos para essas revoltas. A citação a seguir demonstrará bem o que expusemos acerca das segundas intenções dos discursos de Eduardo e de Isilda, de isentar a burguesia colonial angolana dos males sociais que se abatiam sobre Angola:

[Os portugueses ricos metropolitanos] olhavam para nós como criaturas primitivas e violentas que aceitavam o degredo em Angola a fim de cumprirem condenações obscuras longe da família, de uma aldeia qualquer sobre penhascos

de onde vínhamos, habitando no meio dos pretos e quase como eles, reproduzindo-nos como eles na palha, nos desperdícios, nos dejetos para formarmos uma raça detestável e híbrida que aprisionavam por medo na África mediante teias de decretos, ordens, câmbios absurdos e promessas falsas na esperança que morrêssemos das pestes do sertão ou nos matássemos entre nós como bichos e entretanto obrigando-nos a enriquecê-los com percentagens e impostos sobre o que nos não pertencia também, roubando no Uíje e na Baixa do Cassanje para que nos roubassem em Lisboa até explicava o meu pai que os americanos ou os russos ou os franceses ou os ingleses convencessem os pretos em nome da liberdade que não teriam nunca, armando-os e ensinando-os a utilizarem as armas contra nós, convencessem os pretos explicava o meu pai a substituírem a condição que lhes impúnhamos pela condição que lhes garantiam não impor depois de nos expulsarem de Angola e se instalarem aqui com as suas máquinas de extrair minério e as suas plataformas de petróleo de Cabinda a Moçâmedes, **tirando mais de Angola do que alguma vez pensamos ou quisemos tirar não só por ignorância mas por amor à África** dado que explicava o meu pai acabamos por gostar da África na paixão do doente pela doença que o esquarteja ou do mendigo pelo asilo que o humilha, acabamos por gostar de ser os pretos dos outros e possuir pretos que sejam os pretos de nós [...] [243-244. Grifo nosso.]

Neste ponto, é importante atentarmos, no que concerne ao trecho transcrito, a alguns dos aspectos da relação entre a metrópole e os colonos que Eduardo e Isilda condenam veementemente; se assim o fizermos, notaremos que se trata de aspectos que permeavam também as relações de exploração estabelecidas entre os colonos e os negros angolanos: “olhavam para nós como criaturas primitivas e violentas”; “obrigando-nos a enriquecê-los com percentagens e impostos [...], roubando no Uíje e na Baixa do Cassanje”. Nesse sentido, o fato de que as ações que os personagens condenam são algumas das que praticavam leva-nos a concluir que a revolta deles não se direciona às formas de exploração em si, mas especificamente à circunstância de eles também estarem a elas submetidos de alguma maneira. E isso deixa muito claro que aqueles colonos não se opunham aos modos como se conduzia a exploração da colônia, especialmente da mão de obra nativa, mas sim ao fato de eles estarem subordinados à metrópole portuguesa e às grandes potências capitalistas às quais ela, por sua vez, subordinava-se. Daí a ambiguidade, a nosso ver problemática, que está no cerne desses personagens: embora eles se opusessem à metrópole e aos arranjos das posições de poder que incidiam sobre Angola, essa oposição deve-se ao bloqueio para a expansão econômica dos colonos proprietários em que sua subordinação àquelas instâncias se constituía.

De qualquer forma, ainda com relação ao fragmento transcrito mais acima, é notável que toda a rede de exploração capitalista que desaguava em Angola esteja ali referida. Apesar disso, porém, não podemos perder de vista a intenção dos narradores de suavizar a participação dos colonos nessa rede. O narrador implícito, de fato, não nos deixará perder esse aspecto de

vista, na medida em que nos mostrará, de ponta a ponta do romance, tanto a procedência da atuação do grande capital e das disputas internacionais em Angola quanto a improcedência da atenuação dos interesses capitalistas desses colonos e de sua consequente participação na exploração predatória da colônia.

O processo de desvelamento da culpabilidade dos colonos nas convulsões sociais que emergiram em Angola faz-se, reiteramos, pela via da sobreposição de lembranças, ações e enunciados de todos personagens, de modo a clarificarem-se contundentemente as suas contradições. Tanto assim que, por exemplo, não obstante a omissão da violência colonial nas falas de Eduardo, foi principalmente em companhia dele que Isilda presenciou e vivenciou, desde muito jovem, as práticas sociais violentas que regiam as relações coloniais.

Fica patente então que, da parte dos narradores, quase não existe revisitação crítica de seu passado e de suas práticas sociais na ex-colônia. No caso de Isilda, por exemplo, se retermos o enfoque que ela dá à realidade que vê diante de si quando narra (a guerra civil, os escombros e a ocupação, pelos movimentos nacionalistas, de espaços antes ocupados pelos portugueses, como a fazenda de Malanje e a antiga casa de um administrador colonial), perceberemos que, assim como Eduardo, ela capta a atuação dos interesses do grande capital no processo de independência de Angola e na guerra civil, e essa percepção evidencia-se em afirmações como esta: “a tropa do Governo me ocupou a casa, me depenou o teto de vigas e telhas para construir abrigos contra os luchazes, os africânderes, os mercenários **pagos pelos diamantes da Lunda**” [102. Grifo nosso.]. Em contrapartida, é também notável que suas críticas relativas à expropriação de Angola não venham acompanhadas de qualquer questionamento da narradora acerca da atuação dos colonos proprietários nesse processo de expropriação, muito menos acerca das implicações dessa atuação nos horrores que ela vê e vivencia no presente. A despeito disso, o narrador implícito vai paulatinamente desmascarando essa pretensa isenção da narradora (e, por extensão, dos colonos portugueses) na construção do presente catastrófico, interpondo em suas sequências narrativas ângulos do passado que o ligam indissolivelmente ao presente e que, em consequência, desmentem a pretensão de inocência de Isilda (bem como a de todos os outros narradores principais). Para tornarmos mais clara a visualização desse procedimento narrativo, procederemos à análise de um fragmento narrado por Isilda:

[...] a tropa do Governo me ocupou a casa, me depenou o teto de vigas e telhas para construir abrigos contra os luchazes, os africânderes, os mercenários pagos pelos diamantes da Lunda, me roubou as vacas e os porcos e as galinhas e as cabras que achava a assar em espetos e escovões, deixou que o girassol e o arroz

secassem no frio do cacimbo e o capim lhes devorasse as raízes ao ponto de não encontrar qualquer vestígio da plantação do meu pai, do que lhe vendera a terra e emigrara para a Venezuela ou o Brasil, e daqueles anteriores a ambos que durante duas ou três ou quatro gerações derrubaram a mata e os ninhos dos animais à força de escravos e machado, à força de sangue, obrigaram à força de sangue também o algodão a nascer na crista das colinas e a sul do algodão as cabanas dos escravos entre o jardim e o rio, junto ao mármore dos crocodilos na areia, os escravos a quem embora continuassem escravos chamávamos portugueses de cor ocupando a minha cama, o meu quarto, o quarto dos meus filhos, o escritório e as salas desertas da minha mobília e dos meus quadros [...] [102-103]

Como podemos verificar, Isilda expressa sua revolta por ver a tropa do governo ocupando tudo o que era de sua propriedade antes da independência de Angola. O vocabulário de que ela se utiliza para descrever as ações dos soldados (ocupou, depenou, roubou) remete de imediato à pilhagem dessas propriedades, fossem elas grandes ou pequenas (a casa, a cama, os animais, os móveis). Além disso, ela associa essa pilhagem não só aos soldados mas também aos interesses que estariam em jogo por trás das figuras desses soldados (“pagos pelos diamantes da Lunda”). Notemos, contudo, que não há menção em tom de crítica às práticas dos colonos; pelo contrário, Isilda prossegue a narrativa lamentando-se pelo fato de os soldados roubarem e avariarem aquilo que, na concepção dela, foi conquistado de forma legítima por seus antepassados e que, por isso mesmo, pertencia, e deveria continuar pertencendo, a ela.

É nesse ponto que a intervenção do narrador implícito se faz certa no sentido de evidenciar a contradição de Isilda e os pontos do colonialismo português nos quais ela intenta não tocar de maneira crítica. E isso se faz da seguinte maneira: primeiro, insere-se no discurso da narradora o modo como os seus antecessores teriam conquistado as posses que foram dela até a independência – “à força de escravos e machado, à força de sangue” desses escravos –; depois, aponta-se a perpetuação, escamoteada, da superexploração da força de trabalho africana ao longo de todo o tempo em que portugueses estiveram em Angola – “os escravos a quem embora continuassem escravos chamávamos portugueses de cor” –; e, por fim, evidencia-se o reposicionamento dos sujeitos no presente, uma vez que aqueles que outrora foram escravos encontravam-se, pela evolução histórica dos acontecimentos, (re)tomando aquelas propriedades – “ocupando a minha cama, o meu quarto, o quarto dos meus filhos, o escritório e as salas desertas da minha mobília e dos meus quadros”.

Essa espécie de jogo dialético entre o que os narradores querem dizer e o que de fato emerge de suas narrativas ocorre de uma ponta à outra do livro e se complexifica gradativamente. No capítulo datado de 1982, por exemplo, adensa-se um dos principais procedimentos que contribuem para a elucidação das contradições dos narradores: a emergência

dos mortos na narrativa, que vêm sempre apresentar ângulos da história desconhecidos ou omitidos pelos narradores principais. Assim, o capítulo em referência inicia-se com uma alusão de Isilda ao cemitério próximo à fazenda, onde antiquíssimos colonos e seus escravos estavam enterrados. Embora a narradora ponha em relevo a circunstância de que, em tempos antigos, brancos e negros eram enterrados lado a lado naquele cemitério, sugerindo assim uma certa harmonia nas relações entre colonizadores e colonizados, ela (sem consciência disso) deixa transparecer que essa suposta harmonia assentava-se na manutenção de distinções sociais bem-estabelecidas e imutáveis entre os atores sociais do processo da colonização:

[...] na época do primeiro dono do girassol e do algodão, sepultaram **os brancos que passeavam a cavalo e davam ordens** e **os pretos que trabalharam as lavras** neste século e no anterior e no anterior ainda [...] [74. Grifos nossos.]

À proporção que o capítulo avança, inclui-se nele a imagem das ervas crescidas ao longo de muitos anos sobre os túmulos desses mortos, do meio das quais surgem vozes acusatórias que Isilda afirma ouvir desde criança. O ponto central das acusações que as vozes saídas das campas lhe dirigem diz respeito justamente à culpabilização dos portugueses pela vilania praticada contra os angolanos:

O autêntico coração da casa eram as ervas sobre as campas ao fim da tarde ou no princípio da noite, dizendo palavras que eu entendia mal por medo de entender, não o vento, não as folhas, vozes que contavam uma história sem sentido de gente e bichos e assassínios e guerra como se segredassem sem parar a nossa culpa, nos acusassem, repetindo mentiras, que a minha família e a família antes da minha tinham chegado como salteadores e destruído a África, o meu pai aconselhava – Não ouças [74]

Entrementes, a memória de Isilda direciona-se a um episódio cujo centro é o assassinato de seu padrinho e o do filho mestiço dele, Sansão. Ao se intercalar a história dos antigos colonos e escravos enterrados no cemitério com o episódio do mestiço, esse último funcionará como representação da continuidade do tipo de relação violenta que os colonos portugueses e os angolanos mantinham desde os primórdios da colonização.

Para que essa representação seja consolidada, operam-se alguns processos no capítulo. Em primeiro lugar, coloca-se em evidência a posição subalterna de Sansão, considerado pelo pai da mesma maneira como qualquer um de seus outros empregados, bem como as humilhações a que, nessa condição, Sansão era recorrentemente submetido. A revolta de Sansão contra o padrinho de Isilda culminou no assassinato desse último com dois tiros à queima-roupa. Quando o português foi levado ao cemitério para ser enterrado, o então comandante de polícia

ordenou que Sansão abrisse duas covas: uma para o morto e outra para si, que logo depois de o pai ser enterrado foi assassinado pelo comandante. As ideias de continuidade entre os quadros rememorados por Isilda nesse capítulo e, além disso, de perpetuidade das formas sociais regidas pela violência evidenciam-se pelo entrelaçamento das duas temporalidades pela via da repetição, nas duas, da imagem do cemitério, assim como daquela do branco que mandava sendo enterrado ao lado do negro que obedecia.

Afora isso, a última cena relativa ao enterro do mestiço e do colono é acentuadamente entrecortada pela imposição das vozes acusatórias que saíam do cemitério num passado mais distante. Embora Isilda continue refutando o que dizem essas vozes, os fatos narrados por ela, postos em conjunção, revelam a pertinência das acusações que elas lhe direcionam. No fragmento abaixo, tomamos contato com uma síntese das contradições que permearam o capítulo (e que permeiam todo *O esplendor de Portugal*), entre aquilo em que a narradora escolhe acreditar e aquilo que os eventos narrados elucidam:

[...] o comandante de polícia guardava o coldre [depois de matar Sansão], a erva das campas contava uma história muito antiga de gente e bichos e assassínios e guerra que eu não entendia por medo de entender, segredando sem parar a nossa culpa, acusando-nos **que injustiça** de termos chegado como gatunos inclusive os missionários, os cultivadores, os enfermeiros que curavam a lepra, a erva das campas repetindo **mentiras que o meu pai aconselhava tapando-me as orelhas**
– Não escutes [80. Grifos nossos.]

Isilda, entretanto, não capta essas contradições e na continuidade do capítulo, quando o foco narrativo retorna ao presente, ela continua não conseguindo estabelecer vínculos entre a realidade violenta que ela presencia e a violência praticada e incentivada nas relações sociais de base em Angola ao longo de séculos. E, novamente, culpa apenas outras instâncias por sua realidade presente:

[Isilda e Eduardo, no retorno dos enterros de Sansão e de seu pai] a olharmos a aldeia e o rio, a mesma aldeia e o mesmo rio de hoje com o cabinda a exigir minha cama para si e o resto da casa para a tropa fandanga do Governo ou do que os africanos adoram chamar Governo para pensar que o têm na ilusão de não obedecerem aos russos e aos cubanos, estarem livres dos portugueses e mandarem na gente, nos humilharem e saquearem no cais à partida dos barcos de Lisboa [81]

Com relação a esse excerto, insistimos que o apontamento dos jogos de poder que se estabeleceram e que recaíram no território angolano é extremamente importante para uma compreensão ampla do quadro da revisão crítica do colonialismo efetuada em *O esplendor de*

Portugal; por outro lado, o problema reside no fato de que, ao privilegiar tal apontamento em sua narrativa, Isilda acaba por encobrir ou, no mínimo, amenizar o legado de violência deixado também pelos colonos em Angola, além, reiteramos, de anular simplesmente o protagonismo africano no processo de independência.

A debilidade das percepções dos personagens quanto às implicações, no processo histórico em que estavam enquadrados, de suas próprias práticas e das de seus antecessores liga-se especialmente a duas questões. Uma delas é a internalização e consequente banalização da violência colonial, que é narrada por todos os personagens no mesmo tom com que tratam de cenas banais do cotidiano, aparentemente sem nenhum tipo de hierarquização – salvo algumas poucas exceções percebidas nas narrativas de Clarisse. A outra questão, que examinaremos mais detalhadamente a partir daqui, diz respeito àquilo que subjaz ao apego dos narradores a Angola, a saber: sua condição de colonos e, para além disso, a de proprietários.

3.6 “visto que moro no que me pertence”

Essa frase, enunciada por Isilda, sintetiza em grande medida o tipo de ligação que os narradores de *O esplendor de Portugal* têm com Angola. Ela evidencia, no contexto em que aparece, muito da visão de mundo e do caráter desses narradores, proprietários de bens e de pessoas, ambos – os bens e as pessoas – constantemente nivelados em seus discursos: “visto que moro no que me pertence, na quinta que fizemos e me pertence como a Maria da Boa Morte e a Josélia as eduquei e me pertencem” [75]. Tendo em vista que esse enunciado é proferido por Isilda no contexto de 1982, quando, absolutamente, nada mais em Angola pertencia a ela, por meio dele podemos também começar a discorrer a respeito de uma importante característica dos narradores principais: o seu descompasso interno em relação à realidade presente que os envolve.

A ruptura com o tempo e, no caso de Carlos, Rui e Clarisse, também com o espaço colonial é o que carrega as narrativas de Isilda e de seus filhos de melancolia, saudosismo e revolta, em diferentes proporções conforme tenha sido a experiência de cada um em Angola. Ao analisarmos os elementos que subjazem ao tom revoltoso de seus discursos, constataremos que ele se deve à ruptura não com o espaço africano propriamente dito, mas com as posições, os bens e as prerrogativas de que os quatro narradores usufruíam nesse tempo e espaço. Em outras palavras, é o bloqueio daquela “ilusão do dinheiro e do poder” o que mais afeta os

personagens e tem como consequência o bloqueio de suas subjetividades; o que, por sua vez, aponta para a inviabilidade de suas existências no presente e no futuro.

As subjetividades de Isilda, Carlos, Rui e Clarisse foram marcadas desde sempre pela corrosão, e um dos principais indícios da intensificação desse processo corrosivo, que acompanha a crise material dos narradores principais, é o constante estranhamento que eles têm de si no presente de sua enunciação. Daí, a recorrência de ocasiões em que eles se veem em espelhos, vidros, retratos, etc., nos quais as suas imagens surgem fragmentadas ou irreconhecíveis para eles próprios. Contudo, não são apenas as autoimagens que se afiguram estranhas para eles, mas também as paisagens e objetos vistos são captados de maneira bastante difusa – em contraste com as imagens do passado colonial, rememoradas sempre de forma nítida e detalhada, o que contribui para a impressão de que, na interioridade dos personagens, o passado se sobrepõe absolutamente ao presente.

Esse estranhamento em relação a si e ao mundo objetivo relaciona-se evidentemente ao fim do colonialismo; mas, longe de vincular-se a qualquer espécie de amor à África, ele tem como base a dificuldade dos protagonistas, ou ainda, a sua impossibilidade mesmo de assimilar o rompimento com suas posições materiais e sociais, acarretado pelas reconfigurações por que suas vidas passaram com o fim do colonialismo. Isso pode ser constatado à medida que detivermos nossa atenção no enfoque de suas lembranças, naquilo que eles mais enfatizam quando se reportam nostalgicamente a Angola e, sobretudo, no fato de que, a despeito das reconfigurações da realidade objetiva, os narradores tentam estender, mesmo que de maneira ilusória, suas experiências coloniais ao presente.

No caso dos filhos de Isilda, nascidos em Angola e saídos de lá após a independência, suas condições materiais de vida já haviam se alterado sobremaneira mesmo antes de eles chegarem a Portugal, como indica, por exemplo, a precariedade sob a qual se encontraram durante a viagem no navio que partira de Luanda rumo a Lisboa. Quando desembarcaram, Carlos, Rui e Clarisse, destituídos não apenas de seus bens e posições mas também da liberdade de mando e desmando que só podiam exercer no âmbito do colonialismo, inseriam-se contra sua vontade em uma sociedade onde eram considerados socialmente inferiores – como demonstra uma exclamação dirigida a Clarisse por uma enfermeira que colhia o sangue dos passageiros do navio para que se constatasse que não traziam doenças da África: “[...] *vocês graças a Deus são quase brancos são diferentes* [dos negros] *tomam ducha com esses baldes giríssimos de furinhos* [...]” [265. Itálicos do autor.].

Tamanho o contraste, em termos econômicos e de posições sociais, entre o passado colonial dos três irmãos e a nova configuração de suas vidas, e tamanha a dificuldade que eles

têm de assimilar essa nova configuração, que, assim como sua mãe na Angola independente, em Portugal eles chegam a duvidar de sua existência concreta. São vários os pontos das narrativas sobretudo de Carlos e Clarisse em que transparece a nebulosidade da percepção deles sobre sua vida e inclusive sobre seu próprio corpo: “[...] como se calhar, volvidos tantos anos, eu não tenha existido” [18. Trecho narrado por Carlos]; “[...] ainda consigo pensar e falar mas da cintura para baixo deixei de ser eu, desapareci, não me vejo [...]” [315. Trecho narrado por Clarisse].

Pelo fato de a experiência colonial estar demasiado enraizada nos três filhos de Isilda, a dificuldade deles em se desvincularem dessa experiência manifesta-se não apenas em sua subjetividade mas também nas relações objetivas que entre eles se estabeleceram desde que adentraram, juntamente com Lena, o pequeno apartamento da Ajuda. Nesse sentido, é interessante notarmos que, na organização social e econômica que se constituiu no apartamento, reproduziram-se, em alguma medida, as posições que aqueles sujeitos ocupavam na ex-colônia. Dessa forma, Rui e Clarisse, que sempre foram inertes economicamente em Angola (uma vez que os negócios da família sempre foram gerenciados por Eduardo, Isilda e Carlos), em Portugal almejavam permanecer nessa condição. Amparados em suas antigas prerrogativas de colonos brancos ricos, Rui e Clarisse ainda se julgam socialmente superiores ao Carlos (por ele ser um mestiço) e à Lena (por ela ser uma branca pobre, que vivia em um musseque em Angola) – Clarisse chega a referir-se ao irmão e à cunhada como “[...] uma espécie de primos de província ou de antigos criados que subiram na vida e não nos tratam por menina já, tratam-nos pelo nome [...]” [367]. Por isso, os irmãos de Carlos, além de suporem natural que ele os sustentasse, também não admitiam receber críticas ou ordens dele, considerado pelos irmãos como “[...] um mestiço comprado por uma ninharia, como se compra um leitão ou um cabrito, à empregada do refeitório da Cotonang [...]” [267].

Essencialmente, foram essas tensões, que desde de Angola permeavam as relações entre Carlos, Rui e Clarisse, que mediarão os conflitos entre os três em Portugal e que tornaram sua convivência no apartamento insustentável. Carlos, que passara a ter sua força de trabalho explorada pela primeira vez na vida em Portugal, não se conformava em trabalhar para sustentar a inércia dos irmãos e, sendo o proprietário nominal do apartamento e o seu mantenedor, exerceu a autoridade advinda dessas condições para tirar Rui e Clarisse de lá. O primeiro a sair da Ajuda foi o Rui, enviado por Carlos a uma espécie de asilo, no bairro da Damaia; em seguida, foi a vez de Clarisse. Embora Carlos afirme recorrentemente que tirou Rui e Clarisse do apartamento devido à loucura de um e às “poucas-vergonhas” [66] da outra, quando se remete aos comportamentos dos irmãos em seus primeiros anos em Portugal, muitas vezes enfatiza a

sua revolta quanto ao ócio de que os dois gozavam, enquanto ele é quem tinha de trabalhar para mantê-los materialmente:

[...] aguentei-os na Ajuda sem um protesto três anos seguidos suportando até aos limites da paciência as maluquices de um e os caprichos da outra, ele a esbracejar na alcatifa e ela, mal me apanhava de costas porque tenho de ganhar a vidinha a deitar Lisboa inteira na cama, chegava a casa estafado do trabalho e a Clarisse muito à vontade repimpada no sofá, a fumar cigarros de filtro dourado que cheiravam para burro imitando tabaco turco, a mamar do meu anis na companhia de um espertalhão de bigodinho qualquer [65-66]

Depois de 1981, quando os irmãos se separaram definitivamente, cada um deles tentou de alguma maneira dar continuidade à forma de vida que levava em Angola. Porém, agora se encontravam limitados economicamente e enquadrados em uma realidade diversa da colonial em vários aspectos, na qual estavam submetidos tanto à precariedade econômica quanto a uma organização social em que seus anseios materiais e liberdade de mando estavam definitivamente bloqueados, o que para eles é absolutamente insuportável e constitui-se na causa do seu desespero e paralisia no presente.

No caso de Carlos, um mestiço que sofreu todo tipo de preconceito e violência em Angola, mas que nunca questionou a estrutura que possibilitava que os sofresse, ele assimilou essa estrutura e usufruiu o quanto pôde dos privilégios de ter sido criado no conforto da casa colonial, assumiu o gerenciamento da fazenda com Isilda e reproduziu nos trabalhadores contratados a violência que sofrera principalmente por parte do comandante de polícia. Em Portugal, tendo de ganhar a vida, como ele mesmo expressa, Carlos passou a trabalhar como representante de vendas de um laboratório de medicamentos, e sua vida com Lena era bastante modesta. Nesse sentido, uma das principais características das memórias do personagem em relação a Angola diz respeito aos acentuados contrastes que ele estabelece entre os espaços português e angolano. Assim, o seu ponto de vista nos apresenta sempre imagens recortadas de um Portugal que ele via pela janela da cozinha, no qual tudo era “acanhado” e “chocho” [71], em contraposição às imagens grandiloquentes da fazenda da Baixa do Cassanje. Os cenários externos são afins com os interiores: se, por um lado, Carlos nos mostra detalhes do pequeno apartamento da Ajuda, com tudo caindo aos pedaços, por outro, ele não se esquece da casa colonial, com “o telhado sem buracos, as tábuas enceradas, o papel de parede acabadinho de comprar” [72].

Embora a condição de mestiço sempre tenha sido um fator de angústia e de travancamento da vida de Carlos, a melancolia de seu discurso e muitos dos seus conflitos em relação à sua origem devem-se sobretudo a questões de ordem econômica. Não é à toa que, até

o presente de sua narrativa, ele se irrita sobremaneira com as máscaras africanas que a Lena levou de Angola para Portugal e que pendurou em uma das paredes do apartamento, por elas o remeterem insistentemente, mais do que ao fato de ele ser mestiço, à sua origem pobre:

[a Lena] trouxe as máscaras para me fazer ver que **não nasci na propriedade** como os meus irmãos, nasci no bairro dos funcionários da Cotonang **ou nem no bairro, nas cabanas dos empregados fora do arame** que se ocupavam da limpeza, da cozinha, da garagem, do ar-condicionado da administração [...] [118. Grifos nossos.]

Assim também são as perdas materiais e o reposicionamento social a que forçosamente fora submetido após o fim do colonialismo os fatores responsáveis pelo tom de revolta e melancolia que permeia a narração das lembranças de Carlos, especialmente quando elas focalizam a discrepância material entre sua vida passada na casa colonial e a sua vida presente. E são também esses fatores que intervêm em grande medida nos seus conflitos com os irmãos já em Portugal. Mesmo quando aparentemente o narrador encontra-se saudoso da terra e da paisagem angolana, percebemos que essa nostalgia na verdade direciona-se a aspectos econômicos e à perda das posições que ele ocupava em Angola:

(e estava ali a prova provada que [Isilda e Amadeu] não gostavam de mim)
me obrigarem a morar num cubículo de viúva de Montepio quando podiam ter comprado um lugar em condições, um apartamento decente, [isso] fez-me agarrar com mais força a Clarisse
– Perguntei-te onde estiveste até agora desgraçada
quando era a mim não à minha irmã que eu achava desgraçado, **a contar tostões ansiosos do princípio ao fim do mês longe da Baixa do Cassanje, do cheiro de algodão, da Maria da Boa Morte, dos criados que faziam por mim com vontade ou sem vontade o que tinha de fazer agora sem vontade nenhuma, eu um criado agachando-se numa cubata da Ajuda** com o mesmo rio, a mesma solidão e a mesma eternidade amarga ao pé de mim [...] [71. Grifo nosso.]

A estagnação econômica, o abafamento forçado de sua índole autoritária e violenta, o bloqueio da liberdade de mando e desmando, tudo isso caminha paralelamente à estagnação ou ao bloqueio subjetivo de Carlos e de seus irmãos. É por isso que ele, assim como Clarisse e Rui, praticamente não se move no presente, que suas narrativas constituem-se quase exclusivamente de lembranças de Angola, que praticamente não há comunicação verbal entre os personagens em Portugal e que, além disso, sua percepção do presente é demasiado defasada. A desorientação de Carlos com relação à realidade que se apresenta diante dele é tamanha, que, quando vê Lena arrumando as malas para deixá-lo, o único pensamento que o perturba diz respeito a quem, a partir de então, limparia a casa e lavaria suas roupas. Além disso, ele não

entende por que ela decidiu ir embora do apartamento, nem está preocupado em entender. O único objeto que lhe causa alguma comoção no momento em que Lena arruma as malas é um urso de pelúcia, pelo fato de provavelmente ele nunca ter recebido um nome.

A mesma lacuna existencial e o mesmo alheamento diante do presente que acomete Carlos podem ser constatados em Clarisse, que, após sair da Ajuda, pôde estabelecer-se materialmente melhor do que o irmão mais velho sem que, contudo, precisasse ter sua força de trabalho explorada como a dele, uma vez que passou a morar em um apartamento que ganhou de um amante português rico, Luís Filipe, que também lhe deu um carro e uma boutique, além de joias e roupas. Mesmo assim, Clarisse também apresenta a realidade que a circunda compondo um quadro extremamente mórbido. Ao narrar os objetos que vê em torno de si no apartamento do Estoril, a personagem detém-se sempre, assim como ocorre com Carlos, nos aspectos de velhice e deterioração desses objetos e, também igual ao Carlos, vê a realidade exterior apenas através de uma janela, e tudo para o que direciona seu olhar é revestido de tristeza.

Permeiam essa tristeza da personagem delírios relativos a Angola, e quase tudo para o que ela olha se reverte em alguma imagem relativa àquele espaço, como as lâmpadas do teto que se convertem em candeeiros. Além disso, sobressaem nesses delírios as máscaras levadas a Portugal pela Lena. Se, no caso de Carlos, essas máscaras o remetem à sua origem pobre, quando se trata de Clarisse, elas assumem principalmente as imagens de antigos criados da fazenda, que a fazem lembrar melancolicamente que, na nova realidade em que se enquadrava, ela não tinha mais posição de mando sobre ninguém. Justamente, um dos aspectos das máscaras que mais irritam Clarisse é o fato de elas não serem capazes de lhe obedecer.

A crise subjetiva dessa narradora evidencia-se não apenas pelos delírios relativos ao passado mas também pela exposição das inúmeras pequenas atividades do cotidiano que estão pendentes e que ela simplesmente não consegue executar, e chega ao ápice quando a personagem chega a cogitar o suicídio:

[...] trancada a sete chaves no Estoril, do sofá à varanda e da varanda ao sofá [...] os cãesitos, os quadros, os retratos a fitarem-me como seu eu fosse uma intrusa tentando fazer-me chorar entristecendo as lâmpadas, desafiando-me a tomar a embalagem inteira de comprimidos de dormir, eu a fazer imensa força para segurar as lágrimas [336]

Entre os irmãos, Rui foi aquele que, sob o pretexto da loucura, conseguiu em alguma medida extravasar em Portugal aspectos do colonialismo introjetados em si. Diferentemente do que ocorre com Carlos e Clarisse, o descolamento da realidade vivenciado por Rui e sua

difficuldade de enquadrar-se na realidade portuguesa pós-colonial advêm não tanto de questões de ordem econômica, mas, sobretudo, do fato de que nessa nova realidade ele estava destituído da liberdade que tinha, em Angola, de exercer o seu acentuado potencial de violência. Assim, a inserção nesse novo contexto, em que ele deveria submeter-se a outras leis e a outros tipos de organização social, em que se via obrigado a controlar seus impulsos de violência (antes direcionados arbitrariamente aos negros trabalhadores da fazenda) é a base das angústias e da suposta loucura do Rui. As palavras de um dos inúmeros médicos a que fora levado pelo Carlos são emblemáticas da perda de liberdade que só se podia ter na colônia e evidenciam uma visão segundo a qual o espaço colonial era propício a diversos tipos de desmandos: “– Se fosse a si mandava-o de volta à África onde tudo é mais ou menos epiléptico a fazer asneiras no sertão para distrair os pretos e a furar-lhes os olhos e as tripas que ninguém se incomoda” [190].

A ocorrência que melhor demonstra a manifestação do caráter violento desse personagem, relacionado à sua experiência colonialista, trata-se de um episódio ocorrido em 1981, imediatamente antes de o Carlos enviá-lo ao asilo da Damaia. Nesse episódio, Rui invade uma retrosaria porque se enervou com um sapo de corda que, em seu entender, fazia pouco dele com os seus saltos e olhos arregalados. A imagem do sapo desencadeia um surto de cólera no personagem, que avança violentamente contra todos os brinquedos da loja e contra a vendedora. Ocorre que, em determinado ponto, constatamos que o ódio e a violência com que Rui lançou-se sobre os bonecos e a vendedora correspondem àquilo que ele gostaria de poder fazer contra os negros angolanos. Rui narra esse episódio como se, à ocasião, tivesse agido como uma espécie de herói por ter esfaqueado os bonecos da loja e se lembra do comandante de polícia de Malanje em atuação no contexto das primeiras revoltas nacionalistas ocorridas no norte de Angola em 1961. Àquela altura, o comandante de polícia matou, por precaução, todos os contratados da fazenda de Malanje, e o Rui, ainda uma criança, acompanhou-o nessa execução com a sua espingarda de chumbinhos. As associações entre os bonecos da loja e os negros mortos e entre o narrador e o comandante de polícia fica explícita quando se insere na narrativa a lembrança da fala deste último após a devastação da senzala, misturada à imagem dos bonecos destruídos na loja: “– Se não fôssemos nós a matá-los eram os ursos e os pinguins que davam cabo da gente” [164].

Entretanto, a violência desse personagem não se limitou à loja de brinquedos e ele chegou a provocar a morte de uma pessoa – um cego acordeonista, que em certa ocasião Rui fez escorregar em uma pedra, de tal forma que ele foi parar nos esgotos do Tejo, onde morreu afogado sem que ninguém nunca o encontrasse. O disparate desse narrador pode ser verificado muito claramente por meio do tom com que ele narra esse e outros atos violentos seus, um tom

absolutamente banal, em que não notamos indício algum de gravidade ou, muito menos, de arrependimento. Pelo contrário, o tom de gravidade e de revolta tomam conta de sua narrativa quando ele se refere a si como vítima de grandes injustiças: os aborrecimentos e recriminações que o Carlos lhe destinava por coisas muito pequenas, segundo ele, e o fato de o irmão obrigá-lo a tomar remédios que lhe tiravam a vontade de praticar suas maldades.

3.6.1 Em Angola

Ao contrário dos filhos, Isilda recusou-se contundentemente a deixar a África, seguindo os antigos conselhos de Eduardo, que sempre insistira com a filha para que não se submetesse às privações materiais e às humilhações com as quais se depararia caso saísse de Angola rumo a Portugal, onde, com o fim do colonialismo, os ex-colonos chegariam “[...] *desapossados do orgulho das nossas fazendas, dos nossos sofás e dos nossos quadros de búfalos olhados até a náusea*” [246. Itálicos do autor.]. A partir disso, podemos começar a dimensionar o que significa para Isilda sobretudo a ruptura dos vínculos materiais que possuía com a ex-colônia – ruptura ainda mais intragável para ela do que para seus filhos. Na narrativa, o entrelaçamento entre a subjetividade de Isilda e a reconfiguração da realidade de Angola vai se traçando desde o primeiro capítulo que ela narra, datado de 24 de julho de 1978. Logo de início, percebemos que o aspecto dessa reconfiguração da realidade para o qual o olhar de Isilda volta-se com maior atenção é a perda de bens materiais, e essa experiência objetiva vai paulatinamente convergindo com a desintegração total da subjetividade da narradora.

Quando retorna à sua casa, em Malanje, após haver deixado os filhos no cais de Luanda, de onde embarcariam para Portugal, no meio das imagens de destruição que presenciou em Luanda, Isilda volta seu foco ao anel e aos pneus que lhe roubaram, aos criados da casa, a quem precisava dar ordens [29]. E é nesse ponto que a personagem começa a sentir e a assimilar de forma mais contundente a ruptura com o seu passado colonial e com sua condição de proprietária de bens e pessoas: “a casa mudara” [24], “a cozinheira mudara também, chinelando nos ladrilhos, pela primeira vez sem medo de mim” [25].

É muito relevante o fato de que, conforme a narrativa de Isilda avança ao longo do tempo e quanto mais se intensifica a perda das propriedades, mais a personagem vai deixando de reconhecer-se, o que evidencia, entre outros aspectos, que a imagem que a narradora tem de si sustenta-se em primeira instância na sua condição de proprietária. No capítulo datado de 21 de

junho de 1982, por exemplo, a fazenda de Malanje encontrava-se ocupada por uma tropa do MPLA, e Isilda era mantida prisioneira junto com seus antigos empregados, Josélia, Maria da Boa Morte e Fernando. O trecho que transcreveremos abaixo, presente no capítulo referido, é um dos que podem atestar a negação da realidade objetiva por parte da personagem, que internamente resiste em “abrir mão” de suas posses. Por outro lado, o trecho também é revelador da vinculação entre propriedade e autoimagem, na medida em que ao deparar-se com a perda objetiva das posses, acomete a personagem uma espécie de estranhamento de si mesma e um baralhamento interno que lhe dificulta até mesmo percepção da passagem do tempo.

visto que moro no que me pertence, na quinta que fizemos e me pertence como a Maria da Boa Morte e a Josélia me pertencem, e nisto, **ontem, na semana passada, pode ser que no último mês**, o capim calou-se, as copas do salgueiro calaram-se, os ramos dos ciprestes desistiram de falar, **os meus passos sumiram-se do corredor, deixei de distinguir a minha sombra** [...] [75. Grifos nossos.]

A evidenciação de que o sustentáculo da subjetividade de Isilda e de suas ligações com Angola é a sua condição de proprietária desponta em todo o discurso da narradora, nas mais diferentes circunstâncias narrativas, mesmo naquelas em o leitor não espera pela inserção do fator econômico, como ocorre em determinado ponto, quando Isilda está se lamentando de sua solidão e afirma que precisa de uma “palavra de amizade, de consolo”, para, em seguida, ressaltar: “que me faça imaginar que colhem o algodão, o vendem, o dinheiro cresce no banco, amanhã ao levantar-me em lugar das lavras desertas encontro os tratores a trabalharem e duas centenas de contratados no campo [...]” [58].

Nesse sentido, não é de se estranhar, por contraditório que nos possa parecer de imediato, que o filho do qual ela mais sinta falta seja o Carlos, sobre quem chega a afirmar: “*(aquele por estranho que pareça de que eu gostava mais)*” [128. Itálicos do autor.]. Essa preferência causa estranhamento na medida em que no livro o preconceito de Isilda em relação ao Carlos e a sua convivência com as violências físicas e morais que ele sempre sofrera na casa colonial são muito evidentes. Entretanto, essa é uma contradição apenas aparente, pois a ligação de Isilda com Carlos é plenamente coerente com o senso econômico que predomina no caráter da personagem. Em primeiro lugar, entendemos que, para ela, Carlos configurava-se em uma mercadoria sua por direito de propriedade e a primeira evidência disso é o próprio vocabulário que predomina em seu discurso quando trata do filho mestiço de Amadeu. Quando, por exemplo, lembra-se da ocasião em que foi resolver a questão de um possível escândalo motivado pelo nascimento do mestiço, Isilda refere-se àquela circunstância nos seguintes termos, que poderiam ser usados para se tratar de qualquer tipo de negociata:

[...] eu de caneta sobre o cheque fitando as nuvens que caminhavam para leste no travejamento do teto, nuvens cinzentas diante das nuvens que traziam a chuva, a escrever o dinheiro que ela [Carolina, mãe biológica do Carlos] me não disse mas aquele que o seu emprego e o seu filho ou antes o meu filho
(como se a mãe de uma pessoa não fosse a que o aceitou desde pequeno e o criou)
 o mais velho dos meus filhos valia [...] [86-87. Itálicos do autor.]

É esse sentimento de propriedade sobre Carlos (“o filho que por o ter comprado se tornou meu” [156]) que faz com que Isilda não suporte o seu desprezo e, menos ainda, a sua preferência em relação à empregada Maria da Boa Morte. E é esse mesmo sentimento de propriedade sobre a casa, a fazenda, os bens e as pessoas o principal vínculo que liga Isilda a Angola. Por isso, a indignação dela com a metrópole e com os interesses estrangeiros sobre a ex-colônia baseia-se justamente na dissolução desse vínculo, que coincide com a perda de sentido da própria existência da protagonista. Nesse sentido, não podemos perder de vista os termos por meio dos quais ela dá vazão à sua revolta pela perda de Angola:

[...] tomem, matem-nos se lhes apetercer, tomem, estamos aqui há vinte ou cinquenta ou cem ou duzentos anos mas tomem o meu girassol, o meu algodão, o meu milho, a minha casa, o meu trabalho, o trabalho dos meus pais, o trabalho dos pais dos meus pais antes dos meus pais [...], os que mandam em Lisboa decidiram que a minha vida e, **mais que a minha vida, a razão dela [ou seja: os bens, as propriedades]** voz pertencem porque os americanos e os russos dizem que vos pertencem e eles obedecem como vocês nos obedeciam a nós com idêntica passividade e idêntica submissão portanto tomem, **tomem o que me custou os olhos da cara** e os olhos da cara da minha família, o meu gado, o meu café, o meu tabaco, as minhas máquinas, o meu dinheiro no banco [...] [276. Grifos nossos.]

Como vemos, a própria personagem relaciona a razão de sua existência à manutenção de suas posses. E, disso, não é difícil inferirmos que a desintegração de sua condição econômica corresponde também à desintegração de sua subjetividade. É nesse sentido que, quanto mais Isilda se afasta no tempo e no espaço da sua antiga condição de colona proprietária, mais angustiante, melancólico e fantasmagórico vai se tornando o seu discurso em relação não só à perda de Angola mas também em relação a si própria, cuja imagem ela percebe de forma cada vez mais fragmentária e estranha: “[...] *não se passa um dia que não me lembre das acácias e do espelho partido do rio devolvendo a minha cara em fragmentos desajustados reunidos numa ordem arbitrária, irônica*” [153. Itálicos do autor.]; “[...] há alturas mesmo aqui, no que resta de mim, no que resta da Chiquita, um fragmento de mulher num fragmento de cubata entre fragmentos de ruínas [...]” [225]. Tamanho o estranhamento de si que vai paulatinamente

acometendo a narradora que ela vai deixando de se reconhecer nos retratos, nos espelhos, e chega por vezes a duvidar de que esteja viva.

Paralelamente a esse estranhamento, evidencia-se o descompasso entre o avanço do tempo histórico e o do tempo subjetivo. Isto é, se o presente é construído por meio da acumulação de passados na narrativa, como vimos ao tratarmos das sobreposições de temporalidades operadas no livro, e está em constante desenvolvimento e mutação conforme as experiências históricas avançam, um movimento diferente desse ocorre na interioridade de Isilda. Isso significa que a percepção interna que a personagem tem acerca de sua localização na realidade objetiva presente não consegue avançar e, assim, sua subjetividade retém-se no passado em que ficaram também retidos os seus bens, suas propriedades e sua posição social. É como se a continuidade da existência de Isilda, para ela, fosse inviável na nova realidade que se lhe apresenta diante dos olhos. Tanto assim, que, após fugir da fazenda de Malanje e seguir o caminho para Luanda com Josélia e Maria da Boa Morte, Isilda encontra-se num estado de quase completa paralisia, a ponto de depender da Josélia para alimentá-la, dar-lhe banho e até mesmo para protegê-la dos ataques da UNITA e do MPLA.

É por isso que, internamente, Isilda evade-se vertiginosamente para os anos do colonialismo, não apenas pela via da rememoração mas também por meio da presentificação desse passado. Dessa forma, mesmo quando capta cenas da realidade imediata, sua subjetividade as funde com o passado colonial. No fragmento abaixo, por exemplo, inserido no capítulo datado de 6 de janeiro de 1988, Isilda vê Josélia improvisando um abrigo para elas passarem a noite. É notável, no trecho, a maneira como o olhar de Isilda reveste a cena vista no presente com a roupagem do passado colonial:

[a Josélia] alongando um oleado de jipe no cuidado de quem faz uma cama, a levantar uma lâmina de zinco como quem fecha uma janela, a arrear os milhafres como arredava os pavões até ao fundo do pátio para que nenhum grito de pássaro me interrompesse o sono, e a aguardar a noite inteira de pé a fim de me acudir no caso de eu ter sede, fome, necessitar de um lenço, do roupão, do casaco de malha, de estender os dedos e não encontrar o candeeiro [...] [179]

Um dos episódios em que a percepção embotada de Isilda funde o presente e o passado colonial de maneira bastante vultosa ocorre no capítulo datado de 13 de agosto de 1989, quando a narradora presencia a morte da Josélia. O capítulo inicia-se com a rememoração da circunstância da morte de Eunice, focalizando-se o fato de ela ter solicitado a presença da Josélia a seu lado no leito de morte. Isilda lembra-se de como se sentiu humilhada por haver sido preterida a uma “mulherzinha de senzala” [216], e esse sentimento reemerge no presente,

quando então começa o entrelaçamento interno entre as temporalidades. No momento mesmo em que essas memórias vêm à mente de Isilda, ela, Josélia e Maria da Morte encontram-se acuadas por cães selvagens, e Josélia tenta desesperadamente espantá-los. Isilda, contudo, não se dá conta da gravidade dessa situação, e o que ela consegue captar da realidade imediata remete-a instantaneamente à cena da morte da mãe e ao desejo de castigar a Josélia pela humilhação que sofrera naquela ocasião. Vejamos como esses sentimentos de Isilda se fundem e como sua interioridade transita quase que simultaneamente entre o presente e o passado:

[...] dado que ao morrer foi à bailunda que chamou exigindo-a ali, segurando-lhe a mão e agora imagine-se a minha zanga, **o que lhe faria depois a seguir ao velório, ao enterro, o que lhe faria logo que os cachorros do mato desandassem** [...] [227. Grifo nosso.]

Todavia, o que é mais gritante nesse capítulo é o ponto de vista de Isilda a respeito da morte da Josélia e o tom como ela é narrada. Josélia morre destroçada pelos cães selvagens, e o quadro dessa morte é pintado por meio de imagens absolutamente sangrentas, que, no entanto, não impressionam Isilda em nada. O que a narradora lamenta a respeito desse quadro é nada mais do que haver perdido a chance de castigar a ex-empregada por ela ter se mantido ao lado de Eunice naquele passado cuja rememoração abriu o capítulo. Assim, quando, a bordo de uma jangada para a qual Maria da Boa Morte a arrastara, Isilda focaliza a luta desesperada de Josélia contra os cães do mato, eis as impressões que a acometem:

enquanto a Josélia olhava para nós a certificar-se que abandonávamos o estrado e caminhávamos no sentido de Marimba, a Josélia batendo nos cachorros do mato com o ramo à medida que o ramo se quebrava, batendo nos cachorros do mato com os punhos, os cachorros avaliando-a, trotando em diagonal, evitando-a, saltando uma raiz, regressando de novo, dez doze quinze cachorros procurando-lhe não a cabeça não o pescoço os tendões das pernas [...], a felicidade da Josélia foi eu não poder voltar atrás e repreendê-la, a metê-la na ordem, a castigá-la, a felicidade da Josélia foi existir um rio entre nós [...]

a felicidade da Josélia foi cair mal um cachorro lhe prendeu o tornozelo, um segundo cachorro lhe prendeu a coxa, foi continuar primeiro de joelhos e a seguir deitada a bater nos bichos com o ramo quebrado, foi desaparecer por fim sob uma confusão de latidos e uivos, uma confusão de unhas, patas, caudas fosforescentes, dorsos que pulavam, a felicidade da Josélia

[...]

foi os cachorros do mato abrirem-lhe caminho no interior da pele, das costelas, arrancando nacos de pulmão de músculos de fígado, olhando-me

[...]

uma última vez como se quisesse me dizer qualquer coisa que eu não entendia, que o barulho do rio me não deixava entender, tentando desculpar-se do que eu não lhe desculpava porque tal como o meu avô não admito liberdades nem má-criações a uma fulana qualquer. [227-228]

Outro elemento que ajuda a compor a impressão de perenidade do passado e de sua sobreposição ao presente captado internamente pelos personagens de *O esplendor de Portugal*, como já referimos, é a emergência, em suas narrativas, de personagens mortos. Essa emergência não se dá apenas pela via das recordações, mas pela própria assunção da narrativa por parte dos mortos. É isso o que ocorre, por exemplo, quando Amadeu desponta na narrativa de Carlos para contar a respeito das circunstâncias em que ele foi gerado, ou quando Eunice apodera-se da narrativa de Isilda para falar dos antepassados de Moçâmedes. No caso de Isilda, ela recorre às imagens desses mortos para que a auxiliem a se evadir do presente. No capítulo datado de 11 de outubro de 1990, por exemplo, é a dificuldade em assimilar sua condição material no presente faz que Isilda recorra à imagem da mãe:

– Mãe
a minha mãe a roçar os dedos no tecido
– Estás tão bonita Isilda
eu descalça, de cabelo num lenço, raspando a erva com um pedaço de metal na
esperança de escaravelhos, de formigas, para a minha mãe como se a pudesse
tocar e ela pudesse responder
– Sou branca não sou branca mãe?
[...]
enquanto caminhávamos para o norte [...] à cata de uma cidade de brancos onde
pudesse ser branca, a Maria da Boa Morte pudesse ser preta, o mundo
redescobrisse a sua ordem antiga [...] [248; 250.]

No capítulo correspondente a 14 de novembro de 1994, quando Isilda encontra-se já muito distante no tempo e no espaço daquela condição de colona proprietária na qual sua personalidade se ancorava, chegam ao ápice a desintegração da sua subjetividade e a paralela precariedade de suas condições objetivas de vida. Um dos resultados, na narrativa, da acentuação das crises subjetiva e objetiva de Isilda é o fato de ela já não conseguir captar, e muito menos julgar, quase nada do que se apresenta diante de si. Tamanha a dificuldade de percepção e, ainda mais, de ordenamento interno da realidade, que, em certo do ponto, Isilda chega a desaparecer como narradora, e o capítulo de 1994 é assumido por outras instâncias que atuam como narradores. Uma dessas instâncias trata-se de um falso dentista português que atuava em Malanje nos anos do colonialismo e que foi degolado, durante a guerra civil, por angolanos em uma floresta. O episódio da morte desse personagem ora é narrado por ele (estando já morto), em primeira pessoa, ora assume o discurso um narrador onisciente cuja narrativa é bem-organizada e distanciada dos acontecimentos, o que faz que ela seja mais bem-ordenada e que contenha elementos organizadores até então completamente ausentes no

romance, como a indicação de falas e pensamentos do personagem (“pensou ele”, “perguntou-se ele”, etc.).

Quando Isilda e Maria da Boa Morte retornam à cena nesse capítulo, depois da narração da vida e da morte do dentista, elas são transformadas nos abutres que as espreitavam da seguinte maneira na abertura do capítulo:

Só quando a Maria da Boa Morte disse
 – Atrás de ti
 e ao voltar-me dei com os cinco abutres no teto da cabana pequena a olharem-nos mais dois nos ganchos das palancas raspando a casca da árvore com o bico, compreendi que tínhamos morrido e estávamos não sentadas na varanda de Marimbanguengo mas inchadas como os cadáveres da guerra à espera que o capim se fechasse sobre nós depois da partida dos pássaros. [316]

A impossibilidade de apreensão da realidade e a consequente impossibilidade de narrá-la, no capítulo em questão, relacionam-se intrinsecamente às condições de vida a que as duas personagens chegaram, evidenciadas por meio da inversão operada entre a imagem dos abutres, presentes no início do capítulo, e a das duas mulheres transformadas nesses animais, no fim. Isilda e Maria da Boa Morte encontravam-se em uma situação de precariedade a tal ponto desesperadora, que foram levadas a comer os restos mortais, encontrados por elas, do falso dentista, que é quem narra o fragmento a seguir:

de forma que logo que as duas velhas, a branca e a preta, ambas descalças e com panos do Congo ao redor da cintura se é que se pode chamar panos do Congo a farrapos desbotados e sujos, um par de velhas como que gêmeas, irmãs, empoleiradas no espaldar a olharem-me de cabeça enfiada nas clavículas, idênticas a abutres, principiaram a raspar com o bico o topo da cadeira agitando os trapos das asas compreendi que tinha morrido sem me importar de estar morto sem me importar que uma delas grasnasse para a outra
 – Atrás de ti
 dado que ao furarem-me a pele e ao puxarem-me as vísceras não doía nada como não havia de doer nada quando o capim se fechasse sobre o meu cadáver depois da partida dos pássaros. [327]

O capítulo seguinte traz a data de 27 de setembro de 1995, quando Isilda e Maria da Boa Morte encontram-se na estrada de Corimba, em Luanda. A cidade com a qual Isilda se depara está em ruínas, ela não consegue captar o que está diante de si e narra o horror e a destruição que via em Luanda interpretando-os como se se tratasse de um teatro arquitetado pelos brancos de Lisboa, com a finalidade de expulsar os colonos de Angola (o que havia ocorrido já há duas décadas) para que pudessem vendê-la aos americanos ou aos russos. Para Isilda, naquele momento, tanto os brancos de Lisboa quanto os soldados que lhe apontavam as metralhadoras

eram fantoches. A falta de senso sobre a realidade que estava diante de si faz que a narradora, sem medo, olhe para os soldados lhes dirija esta afirmação: “– Não me vou embora” [344]. Esses soldados, então, atiram na Maria da Boa Morte e Isilda também não consegue assimilar essa cena. Para ela, Maria da Boa Morte participava da encenação: “a Maria da Boa Morte num papel igual aos atores que representavam cadáveres” [345]. Quando Isilda vira o corpo da angolana, ela se depara com a imagem de Maria da Boa Morte desfigurada pelo tiro, e convence-se de que se trata nada mais do que uma representação, e nesse ponto, assim como ocorreu na ocasião da morte da Josélia, predomina em Isilda o olhar da colona proprietária privada de mais um de seus bens:

um terço do nariz, um terço do crânio, uma franja de carne sobre o único olho, se raspar com um pedaço de pau ou com as unhas as feições a sério aparecem por baixo, se bater palmas, se aprovar
 – Já chega foste ótima
 a Maria da Boa Morte sorri-me e pronto, se lhe garantir que é tardíssimo [...], os miúdos à espera do jantar na Baixa do Cassanje [...] se conseguirem convencê-la que preciso dela, não que sou sua amiga
 tenhamos senso
 preciso dela, despede-se do encenador, desobedece ao contrarregra e vem [...] [345]

Antes de morrer, em 24 de dezembro de 1995, o que resta da consciência de Isilda remete-a a uma das suas últimas evasões ao passado, na qual ela imagina o Natal daquele ano sendo celebrado na antiga casa de Malanje com os filhos, o marido, os pais e os convidados de sempre, o bispo, o governador etc. As cenas da celebração são repletas de imagens do passado da protagonista imaginadas como se houvessem sido diferentes, como se Angola ainda pertencesse a Portugal e a fazenda de Malanje, aos colonos, como se os seus filhos não precisassem ter ido embora para Portugal, como se o Amadeu não fosse quem era etc. Ela capta apenas *flashes* da realidade imediata, como a voz dos soldados do MPLA ordenando que os prisioneiros, entre os quais brancos e negros, subissem na camionete que os levaria para a execução e as paisagens que transitavam nas lentes dos óculos escuros do soldado que vigiava os prisioneiros enquanto a caminhonete seguia pela estrada da Corimba.

Um pouco antes de Isilda morrer, desponta em sua consciência uma faísca de questionamento a respeito das ações portuguesas na África, que ainda assim é impregnada de sua visão de classe e que não tem desdobramentos:

[...] há ocasiões em que me sucede pensar, conforme os comunistas gesticulam em Luanda ou os chefes da Unita, aqueles macacos horríveis do sul, pilhando-nos no Cacuaco, gatunos, gatunos, se seríamos na realidade injustos com eles [376]

Por fim, justamente, essa é uma das indagações a que o romance intenta responder e que tentamos em alguma medida esclarecer aqui.

CONCLUSÃO

Uma das constatações que obtivemos em nossa pesquisa de mestrado refere-se à importância que a Literatura da Guerra Colonial tem crescentemente adquirido no quadro de discussões que se realizam na atualidade, em Portugal, a respeito do colonialismo e do seu fim. Tal importância advém sobretudo do fato de que, nas obras que formam o conjunto dessa Literatura, apresentam-se e problematizam-se pontos do colonialismo português em que os discursos oficiais ainda evitam tocar, como as perdas materiais e humanas que a guerra colonial iniciada oficialmente em Angola em 1961 e o seu prolongamento acarretaram. Justamente por questionarem a guerra e, por conseguinte, o próprio colonialismo, essas obras têm ocupado um “vácuo historiográfico” (SANCHES, 2006, p. 11) no que diz respeito à historização da experiência colonial portuguesa.

A base das reflexões suscitadas – entre críticos literários, sociólogos e historiadores – a partir de tais obras é o apontamento, que nelas se observa, das contradições entre a desastrosa experiência das guerras coloniais (que, por seu turno, motiva a revisitação de todo o passado colonial português) e muitos dos paradigmas ideológicos, intimamente ligados ao império, em que por muito tempo se assentaram a identidade, a economia e a política portuguesas. Assim, tendo em vista o entrelaçamento entre nação e império que se foi construindo ao longo de séculos em Portugal, não é estranho que o fim do colonialismo tenha motivado a emergência e a predominância, nas discussões a respeito das reconfigurações da pátria, de questões ligadas à identidade portuguesa e à necessidade de se reformular a ideia de nação.

Da mesma forma, no que se refere especificamente à crítica literária, são questões como as que citamos acima que predominam nos estudos acerca da Literatura da Guerra Colonial e, dentro desse quadro, acerca da obra de António Lobo Antunes e de *O esplendor de Portugal*.

Em nosso entendimento, porém, a abrangência do romance que estudamos nesta dissertação ultrapassa os tópicos atualmente privilegiados pela crítica, muito restritos aos limites dos contextos português e angolano. Por isso, propusemos aqui uma análise de *O esplendor de Portugal* que amplia o alcance da representação da realidade que se opera na obra e que avança para além dos referidos limites, uma vez que analisamos a elaboração crítica do colonialismo português em Angola entendendo-o como parte integrante de dinâmicas históricas mundiais que envolvem, por exemplo, as reconfigurações dos modos de exploração capitalista e as disputas internacionais ligadas à Guerra Fria, entre outros fatores.

Assim sendo, julgamos importante, antes de partirmos para a análise literária, situarmos objetivamente a História do colonialismo português na África dentro das dinâmicas político-econômicas mundiais. Ao fazermos isso, no capítulo 2, tomamos contato com as influências objetivas que a dialética entre o desenvolvimento do capitalismo das potências mundiais e o secular atraso econômico de Portugal teve sobre o estabelecimento português nos espaços coloniais – marcado sobretudo pela violência, que regeu grande parte das relações coloniais, principalmente a exploração da força de trabalho angolana.

Constatamos também que um dos impasses surgidos nas colônias portuguesas e advindos da dialética que mencionamos acima diz respeito à posição dos colonos proprietários no quadro geral do colonialismo português, ou ainda, ao travamento de suas expectativas de ganhos econômicos sobre a África devido à subordinação desses colonos ao Estado português e ao grande capital estrangeiro. Duas das consequências objetivas dessa subordinação foram a crescente oposição de parte da burguesia colonial em relação à metrópole e o surgimento de nacionalismos independentistas brancos, de viés neocolonial.

Quisemos salientar também, em nosso segundo capítulo, as influências dos interesses econômicos internacionais na condução da guerra colonial. Assim também, a ingerência estrangeira nos conflitos internos em Angola foi em grande medida responsável pela complexificação desses conflitos na medida em que os imbricou no contexto das disputas da Guerra Fria.

Todas essas questões históricas são amplamente representadas em *O esplendor de Portugal* e participam da construção de uma visão crítica mordaz, em nada simplória, do colonialismo português. No capítulo 3, em que procedemos à análise da obra, esforçamo-nos em demonstrar os procedimentos estéticos que dão conta dessa construção. Nesse sentido, constatamos que o sustentáculo da obra é a composição de uma complexa rede de relações causais entre as temporalidades abrangidas no enredo. Nessa rede, destacam-se as linhas de ruptura e de continuidade históricas que confluem de maneira irremediável para o presente catastrófico em que se situam os narradores.

É por meio, fundamentalmente, da imbricação dos blocos históricos que se iluminam, no romance, as relações do colonialismo com as conjunturas políticas e econômicas internacionais e a violência que caracterizou a presença portuguesa, assim como a do grande capital internacional, em Angola.

Por fim, não podemos deixar de salientar que um dos aspectos de maior relevância de *O esplendor de Portugal* é a problematização que ele motiva acerca do abrandamento das responsabilidades dos colonos proprietários na predação de Angola, na disseminação da

violência pelo interior do país e, assim, na emergência das tensões sociais insustentáveis que culminaram nas revoltas nacionalistas. Muito embora, como verificamos em nosso terceiro capítulo, os narradores intentem escamotear ou ocultar essas culpas, elas vêm à tona por intermédio do narrador implícito, que organiza toda a narrativa de maneira a evidenciá-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A questão da colônia portuguesa em Angola. **Boletim Informativo do Movimento das Forças Armadas**. Lisboa, nº 19, 30 maio 1975. CasaComum.org. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04436.019>>. Acesso em: 05 set. 2016.

ADORNO, Theodor W. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: _____. **Notas de Literatura I**. São Paulo: Livraria Duas Cidades e Editora 34, 2003.

AHMAD, Aijaz. **Linhagens do presente**. São Paulo: Boitempo, 2002.

AJAYI, Jacob Festus Ade (Ed.). **História Geral da África VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010. (Coleção História Geral da África da UNESCO). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190254POR.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

ALEGRE, Manuel. **30 anos de poesia**: obra poética completa. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

ALEXANDRE, Valentim. A África no imaginário político português (séculos XIX-XX). **Penélope. Fazer e desfazer a História**, Lisboa, nº 15, p. 39-52, 1995.

_____. A descolonização portuguesa em perspectiva comparada. In: FRANCO, Manuela (Coord.). **Portugal, os Estados Unidos e a África Austral**. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento IPRI – Instituto Português das Relações Internacionais Universidade Nova de Lisboa, 2006. Disponível em: <http://www.ipri.pt/eventos/pdf/FLAD05_VAlexandre.pdf>. Acesso em: 01 out. 2015.

_____. O processo de independência do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco Kirti Chaudhuri (Dir.). **História da expansão portuguesa**. Volume IV. Do Brasil para África. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

_____. **Os sentidos do império**: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

_____. Portugal em África (1825-1974): uma perspectiva global. **Penélope. Fazer e desfazer a História**, Lisboa, nº 11, p. 53-66, 1993.

ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. Trajetos de uma forma literária. **Novos estudos – CEBRAP**, nº 77, p. 205-220, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a10n77.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

ANTUNES, António Lobo. **O esplendor de Portugal**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

_____. **Os cus de Judas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

ANTUNES, Maria José Lobo; ANTUNES, Joana Lobo (Orgs.). **António Lobo Antunes**. D'este viver aqui neste papel descripto: cartas da guerra. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005.

ARANTES, Paulo. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1.)

BETHENCOURT, Francisco Kirti Chaudhuri (Dir.). **História da expansão portuguesa**. Volume V. Último império e recentramento (1930-1998). Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

BLANCO, Maria Luisa. **Conversas com António Lobo Antunes**. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

BRANDÃO, Fiama Hasse Pais. **Obra breve**: poesia reunida. Lisboa: Assírio & Alvim, 2006.

BROWN, Nicholas. The identity of Identity and Difference: Modernism and African Literature. **Via Atlântica**. Publicação da Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. USP. São Paulo, nº 23, p. 63-74, 2013.

BUCK-MORSS, Susan. **Dialética do olhar**: Walter Benjamin e o projeto das passagens. Belo Horizonte; Chapecó: Editora UFMG; Editora Universitária Argos, 2002.

CABRAL, E.; JORGE, C. J. F.; ZURBACH, C. (Orgs.). **A escrita e o mundo em António Lobo Antunes**: Actas do Colóquio Internacional da Universidade de Évora. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004.

CAMMAERT, Felipe (Org.). **António Lobo Antunes**: a arte do romance. Alfragide: Texto Editores, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

_____. **O discurso e a cidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CAVEIRO, Camilo Sarmiento. **Moçambique, meu amor... 1498-1975**: O trágico e o grotesco. Um testemunho contra a mentira da “exemplar descolonização”. 1998. Disponível em: <<http://www.macua.org/livros/caveiro.html>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CHIBBER, Vivek. El universalismo versus los particularismos. Los nuevos asesinos de Marx. **Le monde diplomatique**. Edição chilena, jun. 2014.

COELHO, João Paulo Borges. Abrir a fábula. Questões da política do passado em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 106, p. 153-166, 2015. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/5926>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas. **Lusotopie**, p. 175-193, 2003. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/borges2003.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

FONSECA, Ana Margarida. Identidades impuras – uma leitura pós-colonial de *O esplendor de Portugal*. In: CABRAL, E.; JORGE, C. J. F.; ZURBACH, C. (Orgs.). **A escrita e o mundo em António Lobo Antunes**: Actas do Colóquio Internacional da Universidade de Évora. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004.

GALVÃO, Henrique. Relatório sobre problemas nativos nas colônias portuguesas. In: **O assalto ao “Santa Maria”**. Lisboa: Edições Delfos, 1974.

GLEIJESES, Piero. Conflicting versions: Cuba, the United States and Angola. In: FRANCO, Manuela (Coord.). **Portugal, os Estados Unidos e a África Austral**. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento IPRI – Instituto Português das Relações Internacionais Universidade Nova de Lisboa, 2006. Disponível em: <http://www.ipri.pt/eventos/pdf/FLAD05_PGleijeses.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2015.

GUERRA, Henrique. **Angola – Estrutura económica e classes sociais**: Os últimos anos do colonialismo português em Angola. 4ª ed. Lisboa: Edições 70, 1979.

JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível?. **Novos estudos – CEBRAP**, nº 77, p. 185-203, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a09n77.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra**: história e civilizações. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira. **O Brasil e as colônias portuguesas**. 5ª ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira; Livraria Editora, 1920.

MELLO, L. I.; COSTA, L. C. A. **História Moderna e Contemporânea**. 5ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2006.

MELO, João de (Org.). **Os anos da guerra – 1961-1975**. Os portugueses em África: crónica, ficção e história. Lisboa: Círculo de leitores; Publicações Dom Quixote, 1988.

_____. (Org.). **Os anos da guerra – 1961-1975**. Os portugueses em África: crónica, ficção e história. Volume II. Lisboa: Círculo de leitores, 1988.

MENDILOW, Adam Abraham. **O tempo e o romance**. Porto Alegre: Globo, 1972.

MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina. Regressos? Os *retornados* na (des)colonização portuguesa. In: MENESES, Maria Paula; MARTINS, Bruno Sena (Orgs.). **As guerras de libertação e os sonhos coloniais**: alianças secretas, mapas imaginados. Coimbra: Edições Almedina, 2014.

MENESES, Maria Paula. O olho do furacão? A África Austral no contexto da Guerra Fria (década de 70). In: MENESES, Maria Paula; MARTINS, Bruno Sena (Orgs.). **As guerras de libertação e os sonhos coloniais**: alianças secretas, mapas imaginados. Coimbra: Edições Almedina, 2014.

MORETTI, Franco. **O burguês**: entre a história e a literatura. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

OEHLER, Dolf. Crítica do consumo puro: Flaubert e os iluminados de Fontainebleau. In: _____. **O velho mundo desce aos infernos**: autoanálise da modernidade após o trauma de Junho de 1848 em Paris. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OTSUKA, Edu Teruki. **Marcas da catástrofe**: experiência urbana e indústria cultural em Rubem Fonseca, João Gilberto Noll e Chico Buarque. São Paulo: Nankin Editorial, 2001.

PEIXOTO, Carolina. A mídia portuguesa e o retorno dos nacionais. **O Cabo dos Trabalhos**: revista eletrônica dos programas de mestrado e doutoramento do CES/FEUC/FLUC, nº 6, p. 1-27, 2011. Disponível em: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n6/documentos/06-Carolina_Peixoto.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2016.

PETERS, Christabelle. Cruzando o Atlântico Negro: os cubanos na guerra de Angola. **Via Atlântica**. Publicação da Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. USP. São Paulo, nº 25, p. 231-251, jul. 2014.

QUENTAL, Antero de. **Prosas sócio-políticas**. Publicadas e apresentadas por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

RIBEIRO, Margarida Calafate. As ruínas da casa portuguesa em *Os cus de Judas* e em *O esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Portugal não é um país pequeno**: contar o império na pós-colonialidade. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.

RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (Orgs.). **Fantasma e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo**. Porto: Campo das Letras, 2003.

RIBEIRO, Margarida Calafate. O fim da história de regressos e o retorno a África: leituras da literatura contemporânea portuguesa. In: BRUGIONI, Elena; PASSOS, Joana; SARABANDO, Andreia; SILVA, Marie-Manuelle. **Itinerâncias**: percursos e representações da pós-colonialidade. V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/23588>> Acesso em: 23 ago. 2015.

_____. Percursos africanos: a guerra colonial na literatura pós-25 de abril. **Portuguese Literary & Cultural Studies. Fronteiras/Borders**, nº 1, p. 125-152, 1998. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_MCR_percursos_africanos.pdf> Acesso em: 23 ago. 2015.

_____. **Uma história de regressos**: império, guerra colonial e pós-colonialismo. Porto: Afrontamento, 2004.

RODRIGUES, Urbano Tavares. A narrativa: seus caminhos e modelos em Portugal após a Revolução de Abril. In: _____. **Tradição e ruptura**: ensaios. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

ROSAS, Fernando. Estado Novo, império e ideologia imperial. **Revista de História das Ideias**: Do Estado Novo ao 25 de abril, nº 17, 1995.

_____. **O Estado Novo nos anos trinta**: elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938). Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

_____. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise social**, vol. XXXV, nº 157, p. 1031-1054, 2001. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>> Acesso em: 17 set. 2015.

_____. **Portugal entre a paz e a guerra**: estudo do impacto da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas. 1939-1945. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

_____. **Salazar e o poder**: a arte de saber durar. Lisboa: Tinta-da-china, 2012.

ROSENFELD, Anatol. Reflexões sobre o romance moderno. In: **Texto/Contexto**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

SALAZAR, Oliveira. **Discursos e notas políticas**: 1935-1937. Coimbra: Coimbra Ed., 1937.

SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem**. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.

_____. Introdução. In: _____ (Org.). **Portugal não é um país pequeno**: contar o império na pós-colonialidade. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban. Colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos Estudos – CEBRAP**, nº 66, p. 23-52, jul. 2003. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/100/20080627_entre_prospero_e_caliban.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2016.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** : ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo**. Machado de Assis. 4ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Livraria Duas Cidades; Editora 34, 2001.

SECCO, Lincoln. **25 de Abril de 1974**: A revolução dos cravos. São Paulo: Editora Nacional, 2005.

SEGATTO, José Antonio; LEONEL, Maria Célia. Refiguração do tempo histórico pela ficção. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, nº 39, p. 77-93, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/7449/5743>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

SEIXO, Maria Alzira. **Os romances de António Lobo Antunes**: análise, interpretação, resumos e guiões de leitura. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.

SOARES, Mário. Notfalls auf weiße Siedler schießen. **Der Spiegel**, nº 34. Não paginado. 19 ago. 1974. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-41651528.html>>. Acesso em: 05 set. 2016.

TELLES, Luís Fernando Prado. Nas trilhas do Lobo. **Novos estudos – CEBRAP**, nº 83, p. 219-235, mar. 2009. Disponível em: < <http://novosestudos.uol.com.br/v1/contents/view/1333>> Acesso em: 14 fev. 2015.

VECCHI, Roberto. **Excepção atlântica**: pensar a literatura da guerra colonial. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

WESTAD, Odd Arne. **The global cold war**: third world interventions and the making of our times. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

WHELLER, D.; PÉLISSIER, R. **História de Angola**. 1ª reimpressão. Lisboa: Tinta-da-china, 2013.